



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a
construção do “Brasil grande”

Fernando Dominience Menezes

Brasília
2007

Fernando Dominience Menezes

Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a
construção do “Brasil grande”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade de
Brasília, como requisito à obtenção do título de
Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Celso Silva Fonseca

Brasília
2007

Fernando Dominience Menezes

Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a
construção do “Brasil grande”

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em História, aprovada em 25 de maio de 2007, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Celso Silva Fonseca - UnB
Presidente da Banca

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa - UFG

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins - UnB

Prof. Dra. Vanessa Maria Brasil - UnB
Suplente

*À minha mãe Oliete.
Ao meu pai Carlito.
E ao Mofi.*

Agradecimentos

Embora por vezes tenha se feito sentir como o mais solitário dos empreendimentos, a globalidade humana envolvida na realização desse trabalho foi grande. De alguma maneira, para esta dissertação convergiram inúmeras subjetividades, traduzidas em vivências, solidariedades e sotaques que tive o privilégio de compartilhar em quase dois anos que morei em Brasília. Os que aqui reverencio contribuíram diretamente à realização dessa dissertação, uns mais, outros menos. Todo caso, todos de alguma maneira participaram. Assim, que me perdoem os parceiros do acaso, por mim não esquecidos, mas os nomes que aqui seguem eu não poderia negligenciar. Agradeço:

Ao meu pai, cuja devoção aos filhos fomenta uma base sólida que nos ampara para trilharmos caminhos com resolução e honestidade. O muito que escrevesse seria pouco para agradecer-lo por tamanha dedicação e altruísmo. Com amor.

Ao professor Celso Silva Fonseca pelo acolhimento da proposta que resultou neste trabalho, pelo apoio e confiança sem os quais eu provavelmente não estaria defendendo esta dissertação neste momento.

Ao professor Estevão Rezende Martins pela honra de ter sido seu aluno e podido participar de tão estimulantes discussões sobre teoria da história na disciplina que ministrou. Pela cordialidade, digna de um grande anfitrião, com que nos recebeu por estas paragens nem sempre afeitas à hospitalidade, e aqui falo, também, em nome dos emissários do Recife. Agradeço ainda pela valiosa contribuição no exame de qualificação e pela disposição de participar desta defesa.

Ao professor Élio Serpa, amigo de alguns anos, cuja convivência me foi sempre muito estimulante. Em parte responsável pela minha escolha por este tema, é gratificante tê-lo presente neste rito de encerramento de um ciclo. Agradeço pela profícua contribuição na qualificação, assim como pelas sugestões, críticas e incentivos feitos após a prévia leitura de cada um dos capítulos que constituem este trabalho.

À professora Vanessa Maria Brasil, pela simpatia e cordialidade com que me recebeu. Exemplo de quão significativos podem ser os eventos mais singelos, tornou a UnB à mim uma realidade mais próxima.

Ao professor Marlon Salomon, pelo apoio amigo e intelectual. Companheiro que me fez acreditar que vãos mais altos são possíveis.

À professora Armênia Maria de Souza, pela sensibilidade e companheirismo com que se fez presente em um momento particularmente importante.

Aos funcionários do Programa de pós-graduação, Washington e Pedro, pela atenção no convívio cotidiano, sobretudo no primeiro ano do curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida.

À política de assistência estudantil da Universidade de Brasília, pelo importante suporte oferecido aos alunos de outros Estados.

À amiga Lorena Fonseca e ao seu Mário, cujo abrigo e amparo atencioso em Brasília foram essenciais durante o processo de seleção.

Ao Luciano Dias, amigo dedicado, pela leitura atenta e pelas críticas honestas à primeira versão deste trabalho.

Ao amigo Carlos Augusto pelo empenho na revisão final do texto.

Aos amigos da república, meu primeiro reduto em Brasília, uma extensão do triângulo mineiro na 404 Norte. Uberlândia, Uberaba, Araxá e Monte Carmelo lá representadas por Cid, Tiago, Gustavo e Arthur. Apartamento insalubre, de peripécias ainda hoje não desvendadas e acontecimentos primorosos, desses que habita a memória com certo saudosismo e melancolia, palco de uma “solidariedade de exilados” estabelecida no cotidiano sempre descontraído e amigo daqueles dias.

Ao amigo Jeansley, brasiliense atípico, companheiro sempre preocupado, anfitrião sempre disposto.

Aos confederados do Recife, Caetano e Glauber, amigos cujas peripécias cotidianas, demonstrações de companheirismo e controvérsias profundas mereceriam um texto em separado.

À Carol, cuja “solidariedade de exilados” resultou em um encontro de afeições, revelando uma grande amizade que os corredores da FCHF não possibilitaram.

Aos amigos do mestrado Paula, Sandro, Batista e Dario, esse sempre solícito em viabilizar o acesso aos materiais que precisei na biblioteca do Senado.

Aos amigos do Bloco K da Colina e agregados. André, Arquimedes, Célia, Davi, Eduardo, Eneida, Eurípedes, Frederico, Gilberto, Lauren, Marcelo, Raimunda, Rodrigo, Sheila, Tarcisio, pela oportunidade de aprender um pouco mais sobre a diversidade deste país. Agradeço em especial ao Adnilton, sergipano de Lagarto, uma espécie de amigo meio irmãos que a gente leva pra vida toda.

Gostaria de lembrar ainda Janaína Fernandes, meu padrinho Bené e minha tia Jacira; os amigos Aline Miklos, Léo, Mara, Anna Maria, Burjack, Élby e Núbia, Lívia Batista, Bibi e Adriana, João Marcelo, Patrícia e Cíntia, Tamiel, Adriana Araújo; os professores Carlos Oiti e Luiz Sérgio Duarte.

Por fim, à Júlia, por todo carinho e dedicação com que me acalentou nos momentos finais de realização desta dissertação. Uma grata surpresa, um valioso presente.

Um menino caminha
E caminhando chega num
muro
E ali logo em frente
A esperar pela gente o
futuro está
E o futuro é uma astronave
Que tentamos pilotar
Não tem tempo nem
piedade
Nem tem hora de chegar
Sem pedir licença
Muda nossa vida
E depois convida
A rir ou chorar

Aquarela

Toquinho / Vinícius de Moraes / G. Morra / M. Fabrizio

"Quanta coisa não vou deixando para trás, à direita e
à esquerda, apenas para concretizar uma única idéia,
que já se fez quase velha demais em minha alma!"

Goethe

Resumo

O presente trabalho tem como foco a construção da rodovia Transamazônica, realizada durante o regime militar, no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Entretanto, não se trata de uma crônica da construção da estrada, mas sim de uma problematização da repercussão da obra em duas das principais revistas de circulação nacional do período: *O Cruzeiro* e *Manchete*. São estes os anos do chamado “milagre brasileiro”, portanto, nessa conjuntura, associada à compreensão de um “destino manifesto” da nação, a estrada passou a figurar nas revistas (a exemplo dos discursos oficiais), como importante marco constitutivo de um “Brasil grande”, “Brasil potência”. Sua construção repercutiu ainda nos mais variados tipos de discursos como representando a “maior aventura vivida por um povo na face da Terra”, a “última grande aventura do século”. Estabelece-se o seguinte raciocínio: o desafio/aventura de construir a Transamazônica é o de construir o “Brasil potência”, de modo a adiantar assim o futuro para o qual a nação está predestinada. Este raciocínio traduz uma estratégia de legitimação do regime por se acreditar na capacidade de produzir mobilização social de afetos que a idéia do desafio/aventura portaria. Contudo, qualificá-la apenas como uma estratégia política seria descaracterizá-la. Por isso, entendemos mais adequado explorarmos essa constelação simbólica que envolve construção da Transamazônica, circunscrita pelo tema da aventura e do “Brasil grande”, na forma daquilo que definimos como “mito da grande aventura nacional”. Desta forma, no interior do debate sobre mídia e política, problematizamos a atuação das revistas durante o regime militar, perscrutando ainda a historicidade do “Brasil potência” no pensamento militar brasileiro.

Palavras-chave: Transamazônica, regime militar, *O Cruzeiro*, *Manchete*.

Abstract

This essay approach to construction of the Transamazônica highway, performed during the military regimen in the government of Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974). However, it is not a chronicle of Transamazônica construction events, but a discussion about the repercussion of the highway's building in two important national magazines of the cited period, *O Cruzeiro* and *Manchete*. Those years were known Brazilian miracle. Therefore, in this conjuncture, the road was shown as an important constituent happening in the “Brasil grande”, “Brasil potência”. Its construction still resounded in the several types of speeches representing the “bigger adventure lived for a people in the face of the Land”, the “last great adventure of the century”. The challenge to constructing the Transamazônica is the constructing of “Brasil potência”, so that advances the future for which the nation is predestined. This reasoning means a legitimating strategy of the military regime by believing the capacity to generate social mobilization that the challenge idea would carry. However, to qualify it only as a politics strategy would be to change its characteristics. So, we believe being more suitable to explore this whole symbols that involves Transamazônica's building represented by adventure theme and by “Brasil grande”, defined as “the myth of the great national adventure”. Therefore, up against this discussion about media and politics, we analyze the actuation of the magazines during the military regime, exploring the historic perspective of “Brasil potência” in the Brazilian military thought.

Keywords: Transamazônica, military regime, *O Cruzeiro*, *Manchete*.

Lista de siglas

AERP	- Assessoria Especial de Relações Públicas
ARP	- Assessoria de Relações Públicas
BASA	- Banco da Amazônia S.A.
BIBLIEX	- Biblioteca do Exército Editora
CEBRAP	- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDI	- Centro de Documentação e Informação / Câmara dos Deputados
Cenimar	- Centro de Informações da Marinha
Cisa	- Centro de Informações da Aeronáutica
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CODI	- Centro de Operação de Defesa Interna
DIP	- Departamento de Imprensa e Propaganda
RMVP	- Ministério de Esclarecimento Popular e de Propaganda do Reich
DNER	- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOI	- Departamento de Operações de Informação
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
ESG	- Escola Superior de Guerra
GTRP	- Grupo de Trabalho de Relações Públicas
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Intelsat	- Sistema Internacional de Satélites
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	- Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIN	- Programa de Integração Nacional
SNI	- Serviço Nacional de Informações
SNRP	- Serviço Nacional de Relações Públicas
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNE	- União Nacional dos Estudantes

Lista de imagens

Imagem 1: <i>Manchete</i> , 1/8/1970, n. 954. p. 80.	104
Imagem 2: <i>Manchete</i> , 1/8/1970, n. 954. p. 81.	104
Imagem 3: <i>Manchete</i> , 10/1970, ed. esp. “Brasil 70”. p. 58.	105
Imagem 4: <i>Manchete</i> , 10/1970, ed. esp. “Brasil 70”. p. 59.	105
Imagem 5: <i>Manchete</i> , 20/3/1971, n. 987. p.79-79.	106
Imagem 6: <i>Manchete</i> , 15/4/1972, n. 1043. Capa.	108
Imagem 7: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 80-81.	109
Imagem 8: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 82.	109
Imagem 9: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 83.	109
Imagem 10: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 84.	110
Imagem 11: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 85.	110
Imagem 12: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 86.	110
Imagem 13: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 87.	110
Imagem 14: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 88.	111
Imagem 15: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 89.	111
Imagem 16: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 91.	111
Imagem 17: <i>Manchete</i> , 9/1/1971, n. 977. p. 93.	111
Imagem 18: <i>Manchete</i> , ed. esp. “Amazônia”, 2/1973. p. 68.	115
Imagem 19: <i>Manchete</i> , ed. esp. “Amazônia”, 2/1973. p. 69.	115
Imagem 20: <i>Manchete</i> , ed. esp. “Amazônia”, 2/1973. p. 74.	115
Imagem 21: <i>Manchete</i> , ed. esp. “Amazônia”, 2/1973. p. 75.	115
Imagem 22: <i>O Cruzeiro</i> , 13/10/1971, n. 41. p. 110.	117
Imagem 23: <i>O Cruzeiro</i> , 13/10/1971, n. 41. p. 111.	117
Imagem 24: <i>Manchete</i> , 14/10/1972, n. 1069. p. 4.	118
Imagem 25: <i>Manchete</i> , 14/10/1972, n. 1069. p. 5.	118
Imagem 26: <i>O Cruzeiro</i> , 10/10/1972, n. 41. p. 4.	118
Imagem 27: <i>O Cruzeiro</i> , 10/10/1972, n. 41. p. 5.	118
Imagem 28: <i>Manchete</i> , 16/2/1974, n. 1139. p. 98.	119
Imagem 29: <i>Manchete</i> , 16/2/1974, n. 1139. p. 99.	119
Imagem 30: <i>O Cruzeiro</i> , 13/2/1974, n. 7. p. 107.	119
Imagem 31: <i>O Cruzeiro</i> , 13/2/1974, n. 7. p. 107.	119
Imagem 32: <i>O Cruzeiro</i> , 27/10/1971, n. 43. p. 116.	121
Imagem 33: <i>O Cruzeiro</i> , 27/10/1971, n. 43. p. 117.	121
Imagem 34: <i>O Cruzeiro</i> , 17/11/1971, n. 46. p. 110.	125
Imagem 35: <i>O Cruzeiro</i> , 17/11/1971, n. 46. p. 111.	125
Imagem 36: <i>Manchete</i> , ed. esp. “Brasil 71”, 1971. nº 1000. p.230.	126
Imagem 37: <i>Manchete</i> , ed. esp. “Brasil 71”, 1971. nº 1000. p.231.	126
Imagem 38: Mapa da Transamazônica	147

Sumário

Resumo	1
Abstract.....	2
Lista de siglas	3
Lista de imagens	4
Introdução.....	6
Capítulo 1	11
“Alguém precisa dizer o que nós pensamos”: revistas <i>O Cruzeiro e Manchete</i>	
1.1 Por uma melhor visibilidade pública pela via oficial	12
1.2 Mídia e política – para além da propaganda oficial, os meios de comunicação e a produção de visibilidades desejadas	20
1.3 As revistas – classificação formal, caracterização, mercado editorial	29
1.4 <i>O Cruzeiro e Manchete</i> - história, política e poder	41
Capítulo 2	53
“Aqueles que pensaram o ‘Brasil grande’”: a geopolítica nacional e o “Brasil potência”	
2.1 Transamazônica – do Nordeste a caminho do Norte pela integração nacional.....	54
2.2 Antecipar o futuro na rota para o “Brasil grande”	66
2.3 A geopolítica do “Brasil potência”	76
Capítulo 3	86
“A Lua já não dá mais Ibope”: a Transamazônica e o “mito da grande aventura nacional”	
3.1 Todos juntos vamos construir a maior aventura da face da terra	87
3.2 A estrada, as revistas e o “mito da grande aventura nacional”	96
Considerações finais	129
Fontes e Referências Bibliográficas	137
Anexo	147

Introdução

Parafraseando o historiador Eric Hobsbawm, podemos dizer que inúmeros trabalhos historiográficos surgem “porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la”.¹ A motivação originária deste trabalho foi simplesmente a de procurar entender porque a rodovia Transamazônica encontrava-se tão amplamente noticiada nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* na década de 1970. Entretanto, em se tratando de história, é ingênuo imaginar que perguntas simples implicam em respostas simples. Dessa forma, Transamazônica e revistas surgiram-nos como dois universos particulares que, explorados em sua relação com a ditadura militar implantada no Brasil com o golpe de 1964, se traduz em uma estratégia de legitimação do regime, de modo a estabelecer a problemática que circunscreve esta pesquisa.

Como parte integrante do Programa de Integração Nacional (PIN), a construção da Transamazônica foi anunciada em 16 de junho de 1970 pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici. Com um traçado transversal, que pretendia ligar a região Nordeste à região Norte do país, a sua realização se justificava no interior de duas motivações distintas, entretanto articuladas: por um lado, a estrada representaria uma alternativa aos problemas sociais causados pelas secas sazonais que assolavam os nordestinos; por outro

¹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*, p.220.

lado, trataria de uma resposta à pouca densidade demográfica da Região Amazônica, cuja necessidade de integração era entendida pelo regime como uma questão de segurança nacional e de desenvolvimento econômico. Articulam-se na medida em que, do ponto de vista operacional, tais problemas seriam enfrentados, em síntese, com o deslocamento de fluxos populacionais entre essas duas regiões, partindo-se do Nordeste. Entretanto, uma peculiaridade atribui contornos especiais à construção da estrada: ela é realizada por um governo que estabeleceu como meta-síntese de atuação assegurar a viabilidade do Brasil como uma grande potência mundial até o fim do século XX. Eram os anos do chamado “milagre brasileiro”.

Nessa conjuntura, associada à compreensão de um “destino manifesto” da nação, a estrada passou a figurar nas revistas (a exemplo dos discursos oficiais), como importante marco constitutivo de um “Brasil grande”, “Brasil potência”. Sua construção repercutiu ainda nos mais variados tipos de discursos como representando a “maior aventura vivida por um povo na face da Terra”, a “última grande aventura do século”. Estabelece-se o seguinte raciocínio: o desafio/aventura de construir a Transamazônica é o de construir o “Brasil potência”, de modo a adiantar assim o futuro para o qual a nação está predestinada. Esse raciocínio traduz uma estratégia de legitimação do regime por se acreditar na capacidade de produzir mobilização social de afetos que a idéia do desafio/aventura portaria. Contudo, qualificá-la apenas como uma estratégia política seria descaracterizá-la. Por isso, entendemos mais adequado explorar essa constelação simbólica que envolve a construção da Transamazônica, circunscrita pelo tema da aventura e do “Brasil grande”, na forma daquilo que definimos como “mito da grande aventura nacional”.

Embora fruto mais ou menos refletido de uma estratégia política, o mito é também uma construção coletiva, produto da convicção daquele que o vivencia ou dele usufrui. Sua origem é diversa. Significativo nesse sentido é a reportagem especial escrita por Juscelino Kubitschek para a revista *Manchete*. Com o título “21 razões para confiar no Brasil”, foi publicada em 23 de janeiro de 1971. Nessa, o ex-presidente afirma que cada época possui símbolos e monumentos que compõem a sua imagem. Como exemplo cita a pirâmide de Quéops, os Jardins Suspensos da Babilônia, enfim, as consideradas Sete Maravilhas do Mundo Antigo. No caso do Brasil, argumenta: “Podemos resumir o Brasil em um símbolo? Impossível. Mas conseguimos defini-lo através de 21 gigantescas realizações – verdadeiras maravilhas – que começam pela usina de Volta Redonda e

chegam à Transamazônica”. Ainda: “a competência dos brasileiros fará o Brasil transformar-se, em prazo surpreendentemente curto, numa das grandes potências do mundo. A nação caminha confiante no rumo do ano 2000”.² Embora um desfeto político do regime, que lhe cassou o mandato de senador por Goiás e cancelou seus direitos políticos, obrigando-lhe ao exílio, em seu texto, ao comparar a Transamazônica às sete maravilhas do mundo, ele apresenta a rodovia como um dos símbolos do Brasil moderno, significativa da competência nacional em transformar o Brasil em uma potência mundial. A reportagem de Kubitschek, ao atribuir esse significado à estrada, reforça o “mito da grande aventura nacional”, que possui como um dos pilares de sustentação a convicção na vocação de grandeza do Brasil, como expresso no texto de Kubitschek. Entretanto, procuramos mostrar como essa crença nas potencialidades do Brasil funda-se em uma tradição secular do imaginário social brasileiro, o que corrobora com o entendimento do mito como um produto coletivo, tal qual será discutido.

O mito da “grande aventura nacional”, por sua vez, possui uma historicidade particular, que pode ser balizada entre os anos de 1970 e 1974. A definição desses marcos temporais é coincidente ao surgimento e desaparecimento de reportagens e publicidade sobre a rodovia Transamazônica nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. O ano de 1970 marca o início da construção e, por conseguinte, início da veiculação de reportagens, artigos e publicidade a seu respeito. Após 1974, o foco das revistas volta-se para a sucessão presidencial – era a passagem do governo Médici para o governo Geisel – e para problemáticas relacionadas à crise mundial do petróleo (1973) e a respectiva descoberta pela Petrobrás, em 1974, do campo de Garoupa, na bacia de Campos, uma das grandes províncias petrolíferas do mundo³. Essa notícia, que foi uma das maiores da história nacional, nutriu um espasmo propagandístico que retroalimentou, embora de maneira mais modesta, o sonho do “Brasil grande”. Carlos Fico acrescenta que, “com os fracassos da política econômica, a idéia de ‘grande potência’ foi sendo paulatinamente abandonada. Geisel, no início de seu governo, ainda falava de potência ‘emergente’. Mas mobilização de forças necessárias para o assomar da longa tradição de anseio por um Brasil grande não admite eufemismo”.⁴ Diante de tais circunstâncias, a Transamazônica, já praticamente concluída, embora não pavimentada, transformou-se em uma moeda desgastada a custear legitimidade ao regime.

² *Manchete*, 23/1/1971, n.979. p. 61.

³ GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*.

⁴ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. p. 87.

Entretanto, as balizas temporais que circunscrevem nosso problema de pesquisa são mais flexíveis, na medida em que nela se entrecruzam historicidades múltiplas. Obrigamo-nos a percorrermos algumas dessas inúmeras historicidades, no esforço de somarmos alguns itinerários na construção de nossa trama que, urdida, permitirá compor aquilo que denominamos como “mito da grande aventura nacional”. Por um lado, cabe percorrer a história das revistas discutindo a aproximação dessas ao regime autoritário em sua propagação e construção desse imaginário, que por sua vez, possui uma história de longa duração em nossa tradição intelectual, política, social e geopolítica, que também demanda abordagem. Assim, para realizarmos esses percursos e articulá-los, apresentamos esse trabalho dividido em três capítulos. No primeiro, discutiremos a imbricada relação entre mídia e política. A partir da constatação de que os meios de comunicação de massa assumem um papel de centralidade no jogo político contemporâneo, perscrutamos a atuação das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* na vida política nacional desde as suas fundações (1928 e 1952, respectivamente), levando em consideração a atuação dessas no golpe de 1964. Trata-se de justificar as revistas como importantes agentes políticos durante o regime militar, contribuindo ainda, mesmo que modestamente, com o resgate dessas, até então preteridas pela historiografia política nacional.

No segundo capítulo, nos debruçaremos propriamente sobre aspectos políticos e técnicos que envolvem a decisão da construção da Transamazônica, relacionados ao projeto e ao itinerário da estrada, assim como as justificativas para sua execução. Dos primeiros discursos de apresentação do projeto ao texto cunhado na placa de inauguração do último trecho, a estrada já figura relacionada ao tema do Brasil grande. Dessa forma, buscaremos ainda percorrer a historicidade desse tema, demonstrando não se tratar esse sonho do “Brasil potência” como se fosse uma invenção do regime militar. O enaltecimento das potencialidades do Brasil funda-se em uma tradição secular inscrita no imaginário social brasileiro. Não nos propomos trilhar essa tradição em toda sua historicidade, outros autores já o fizeram, entretanto nos debruçaremos sobre o pensamento geopolítico nacional para localizar no interior do pensamento militar brasileiro as proposições acerca de o Brasil se tornar uma potência, que já datam de 1930, conforme apresentaremos.

No terceiro e último capítulo convergem os dois primeiros: regime militar, revistas, Transamazônica e “Brasil grande” serão fundidos, de modo a discutirmos propriamente o “mito da grande aventura nacional”. Com esse propósito, serão analisados

alguns discursos sobre a Transamazônica produzidos por autoridades do regime e por alguns de seus correligionários, em que se explicita a aposta na capacidade legitimadora da estrada. Demonstraremos como essa estratégia repercute nas revistas, analisando algumas reportagens, artigos e publicidades concernentes à Transamazônica, que foram veiculadas nessas revistas entre os anos de 1970 e 1975, compondo o *corpus* documental básico dessa pesquisa.

Percebam não se tratar de uma crônica da construção da Transamazônica em que se narraria os detalhes da obra e arrolaria as causas de seu respectivo fracasso. Nosso intuito é problematizar o conjunto de construções discursivas produzidas em torno de sua construção. Tendo as revistas como lugar privilegiado, embora não único, de veiculação e produção desses discursos, elas serão problematizadas não como indício de acontecimento, mas como o próprio acontecimento a ser explicado. Dessa forma, se a Transamazônica é um acontecimento, os discursos produzidos e veiculados nessas revistas constituem em um outro acontecimento que reinventa aquele. O trato com as revistas cobrou-nos um trânsito interdisciplinar com incursões na sociologia, na comunicação e na ciência política, isto é nítido no texto. Embora o conceito central para o trabalho de mito político, conforme empregado, tenha sido cunhado por um historiador, demais categorias e conceitos utilizados, sobretudo oriundos da comunicação, foram elucidativos ao empreendimento do nosso debate.

Capítulo 1

“Alguém precisa dizer o que nós pensamos”: revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*

Preocupam-se os regimes políticos com sua visibilidade pública, uma vez que para a conquista do capital político depende significativamente o reconhecimento social, assim, não à toa historicamente criam-se órgãos oficiais de propaganda política. Nesse capítulo, problematizaremos, para além dos órgãos oficiais de propaganda, uma outra dimensão da promoção e produção de visibilidade pública, àquela produzida na e pela mídia. Trataremos assim, de discutir como durante o regime militar, implantado no Brasil com o golpe de 1964, alguns veículos de comunicação de massa se constituíram como importantes meios, embora não-oficiais, de promoção do regime. Para tanto, procuraremos demonstrar a preocupação por parte do regime com a sua visibilidade pública, daí à criação de uma agência oficial de propaganda. Justificaremos a importância dos meios de comunicação como principais produtores e difusores de prestígio e reconhecimento social no mundo contemporâneo. Perscrutaremos o influxo na vida política brasileira das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, importantes participantes da vida política nacional, desde as suas fundações, que exemplificam essa relação entre mídia e política durante o regime militar brasileiro.

1.1 Por uma melhor visibilidade pública pela via oficial

A atividade política exige visibilidade. Sobretudo, visibilidade favorável. Dessa forma, os governos preocupam-se com a sua imagem, com a forma com que pretendem ser vistos. Durante o regime militar implantado no Brasil com o golpe de 1964, então desencadeado por setores preponderantes das Forças Armadas e organizações civis, o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) preocupou-se com a penetração de uma nova imagem para o Estado autoritário. Dessa forma, a implementação de um sistema de relações públicas deu origem à criação da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), que teve seus anos áureos de atuação durante o governo Médici sob a direção do coronel Octávio Costa. Essa agência teve como maior objetivo fornecer uma imagem favorável e de otimismo para a então desgastada imagem da ditadura militar brasileira.

A propaganda política institucionalizada em agências governamentais, departamentos de governo e ministérios, prestou-se historicamente a fomentar visibilidades desejadas. Em regimes autoritários, alguns casos tornaram-se clássicos: a Alemanha nazista criou o Ministério de Esclarecimento Popular e de Propaganda do Reich (Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda – RMVP) que, instituído em março de 1933 sob responsabilidade de Joseph Goebbels, atuava na coordenação da promoção do regime de Hitler, valendo-se de diversos veículos, e tornou-se o símbolo da política da era do rádio; no Brasil, durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas criou em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Com Lourival Fontes ocupando a direção geral, o departamento passou a executar com centralidade todo serviço de propaganda oficial até então produzido nos mais diversos setores do governo. Constituiu-se ainda no principal mecanismo da censura promovida pelo regime Vargas.

Para os militares, a questão da propaganda política e o estabelecimento de uma agência de governo com esse propósito já geravam controvérsias desde o golpe de 1964. Durante o governo de Humberto Alencar Castelo Branco (1964-1967), quando se iniciaram os debates a esse respeito, por um lado alguns entendiam como necessária a produção de uma imagem para o regime por meio de um órgão do governo; por outro, alguns setores questionavam a iniciativa por entenderem que o estabelecimento de uma propaganda oficial evidenciaria o caráter ditatorial do regime que a pouco se instaurava com a proposta

de promover o restabelecimento da ordem política no país, de modo a viabilizar e consolidar o exercício da democracia no Brasil.¹ Relembra Octávio Costa que:

O movimento militar de 64 a cada dia tornava-se mais impopular. Era preciso fazer alguma coisa. Havia pressões para que o Castelo criasse um órgão de comunicação, mas ele se mostrava intransigente, achava que a verdade impõe por si só. Trazia bem nítido o espectro do DIP, e repugnava-lhe qualquer manipulação da opinião pública.²

Dessa forma, o projeto de uma propaganda oficial chocava-se com as convicções castelistas. Nesse sentido, corrobora Maria Toledo de Camargo – chefe da Assessoria de Relações Públicas de Ernesto Geisel – afirmando que “Castelo tinha muitos traços do extinto udenismo. E os udenistas, quando pensavam em propaganda oficial, lembravam logo do DIP de Getúlio, o que lhes provocava até arrepios”.³ Entretanto, a proposta favorável à criação de um órgão que cuidasse da imagem pública do regime foi levada adiante. A Assessoria Especial de Relações Públicas foi criada em 1968, durante o governo Costa e Silva, constituindo-se como o único centro governamental de propaganda política. Até o momento de sua criação, as propagandas governamentais eram produzidas setorialmente, de maneira desarticulada, nos diversos órgãos do governo. Estes possuíam, até então, seus próprios setores de publicidade que se ocupavam basicamente com a divulgação das campanhas de interesse público promovidas por esses órgãos, como: trânsito, vacinação.⁴

O sistema oficial de relações públicas, que originou a criação da AERP, surgiu propriamente sem muitas pretensões, em torno do grupo de apoio do general Costa e Silva, que vinha recebendo inúmeras críticas, até mesmo jocosas, por parte da população, desde o seu anúncio como sucessor do presidente Castelo Branco. Nesse sentido, escreve o jornalista Gilnei Rampazzo em *O Estado de São Paulo* de outubro de 1977:

¹ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. p. 89.

² D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO; Celso (orgs). *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. p. 259.

³ RAMPAZZO, Gilnei. A imagem oficial retocada para o consumo. p. 8.

⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. p.221.

Afastado daquele pleito, mas ainda habituado à movimentação das campanhas eleitorais, o brasileiro foi buscar no inesgotável arsenal de irreverência popular a sua forma de participação. E Costa e Silva, o escolhido para substituir Castelo Branco, tornou-se o alvo principal do humor de um povo que ainda não perdera a espontaneidade do riso.⁵

Preocupados em fomentar um melhor ambiente e uma imagem mais favorável ao candidato, no esforço de controlar o anedotário que assumia grandes proporções, constituir-se-ia, em torno de Hernani d' Aguiar, o Grupo de Trabalho de Relações Públicas (GTRP). Pretendia-se com isso “favorecer a imagem do candidato e equacionar o problema da comunicação social no Brasil, com vistas ao futuro governo”.⁶ Como premissa de fundação, o grupo deveria manter caráter sigiloso. Dessa maneira, procurava-se garantir um caráter de espontaneidade às ações do candidato, uma vez que a impressão de artificialidade poderia comprometer a arquitetura de sua imagem. Sua existência deveria ser entendida, “para todos os efeitos”, apenas como “uma reunião informal de uns poucos amigos”.⁷

Entretanto, a atuação desse grupo que se justificava pretensamente de ordem extraordinária e emergencial, enraizou-se. O que surgiu como aparato de apoio a uma candidatura, aos poucos ampliou o foco de atuação, recaindo sua preocupação sobre a imagem do regime como um todo, denotando sua preocupação com a dita “opinião pública” e as críticas recebidas pelo regime.⁸ Essa ampliação de perspectiva baseava-se em um diagnóstico produzido pelo grupo em que se avaliava a impopularidade da ditadura militar. Afirma:

Um governo digno, honrado, austero e de autoridade, com o receio de praticar demagogia, deixou de dialogar com o povo, deixou de informá-lo. Deixou de esclarecê-lo, não procurou persuadi-lo, conquistá-lo e integrá-lo aos seus alevantados ideais. Em consequência, tornou-se impopular e, mais do que isso, malquisto, por todas as classe sociais e em todos os setores da vida nacional.⁹

⁵ RAMPAZZO, Gilnei. op. cit., p.8.

⁶ FICO, Carlos. op. cit., p.90.

⁷ RAMPAZZO, Gilnei. op. cit., p.8.

⁸ FICO, Carlos. op. cit., p.91.

⁹ RAMPAZZO, Gilnei. op. cit., p.8.

Observa-se um deslocamento de foco: trata-se não mais apenas de promover a imagem de Costa e Silva, mas de estabelecer metas globais para a promoção do regime. Algumas das premissas que consubstanciam as tarefas e os objetivos de criação do grupo já apontam nesse sentido. Afirmam terem por tarefa a produção de “estudo da estrutura, em nível presidencial, de um órgão de relações públicas para funcionar no próximo governo”, com o objetivo de “planejar a evolução paulatina do GTRP para SNRP (Serviço Nacional de Relações Públicas)”.¹⁰ Portanto, pretendiam, institucionalizar a propaganda oficial nos termos de um Serviço Nacional.

O grupo foi extinto com a posse de Costa e Silva em 1967, mas esses objetivos foram estabelecidos com criação da AERP, seis meses após a posse. Substituiu-se a sigla, mas mantiveram-se os princípios e propósitos de atuação. A hesitação no tocante à propaganda oficial por parte de setores do governo consagrara a definição “relações públicas” como um eufemismo apaziguador. A íntima associação entre propaganda oficial e ditaduras era uma marca que o regime militar brasileiro relutava para si. Para Carlos Fico, “uma série de relativizações conformava um regime político que, embora autoritário, ditatorial, não pretendia ser identificado desse modo”.¹¹ É esse ambiente muito desconfiado que marca o surgimento da AERP. Relembra Octávio Costa a esse respeito:

a AERP tinha sido criada pelo D' Aguiar com o Costa e Silva, de forma muito tímida e encabulada.[...] Fora criada por um decreto que tratava de vários assuntos, nada específico. Criação meio escondida, como se o criador quisesse que ninguém tomasse conhecimento ou estivesse envergonhado de sua criação.¹²

A atuação de D' Aguiar à frente da AERP foi efêmera, no entanto lançou as bases de um sistema de comunicação social que teria com Octávio Costa, durante o governo Médici, seu momento de consolidação, permanecendo ativo até o fim do regime, transformando-se na Assessoria de Relações Públicas (ARP) durante o Governo Geisel. Na historiografia brasileira, Carlos Fico, em seu livro *Reinventado o Otimismo*, dedicou parte do seu trabalho ao estudo cuidadoso dos episódios que marcaram a criação, o estabelecimento e a configuração da AERP. Preocupou-se em analisar os mecanismos de

¹⁰ Idem.

¹¹ FICO, Carlos. op. cit., p.95.

¹² D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO; Celso (orgs). op. cit., p.267.

consolidação desse órgão de promoção do regime, entendido como inovador em termos de propaganda oficial ao criar estratégias originais, na medida em que abandonou o tom oficialismo, comum a esse tipo de empreendimento. Fico afirma que “o regime militar brasileiro criou uma propaganda política singular, que, para alcançar grau ótimo de propagação, se travestia de ‘despolitizada’, calcando-se em valores fundados num imaginário forjado por vasto material histórico”.¹³

Para Fico, a criação da AERP está mais relacionada à prevalência da vontade de setores, que compartilhavam um certo ponto de vista doutrinário no interior do regime, entendedores da propaganda como imprescindível, do que propriamente as injunções de conjuntura externa, de contestações populares ao regime, cujas manifestações de oposição se intensificaram realmente a partir de 1968.¹⁴ Surge hesitante. Gozando pouca simpatia de vários setores militares, é estabelecido como assessoria e não como Serviço Nacional. Mesmo com a sua consolidação como sistema de propaganda política do regime, para o autor é difícil falar em um projeto de propaganda política muito claro.

Carlos Fico observa que, de fora, a assessoria poderia parecer produto de um sistema bem arquitetado, porém, seu funcionamento e organização dependiam muito mais de iniciativas pessoais e setoriais. Isso, com efeito, criou um sistema de propaganda que se definiu pelo perfil individual de alguns personagens marcantes, daí a importância de se entender as motivações dos sujeitos que a criaram e a dirigiram no esforço de se entender como se produziu essa propaganda, que pautas eram observadas, que temas eram eleitos e de que maneira eram trabalhados.¹⁵ A atuação da AERP interessa-nos particularmente para os fins desse trabalho, no que diz respeito à sua produção durante o governo Médici, quando essa era dirigida pelo coronel Octávio Costa.

Personagem particular, Octávio Costa era um militar que se interessava por literatura e poesia, sobretudo brasileira. Afirmava-se discriminado pela linha dura ao ser taxado como utópico e alienado. Justifica:

Primeiro, porque sentiam que eu não concordava com eles. Achavam-me um lírico, um poeta, um pseudo intelectual – tudo entre aspas -, inconseqüente e desprezível. Achavam-me vaidoso, ingênuo, irrealista, sem maior importância no cenário. Eu apresentava duas facetas muito

¹³ FICO, Carlos. op. cit., p.129.

¹⁴ Idem. p.92.

¹⁵ Idem.

nítidas: lia, por exemplo, recortes de transmissões das rádios de Tirana e Havana, em que era pintado como fascista, um dr. Goebbels dos trópicos; e, de outra parte, era odiado pela comunidade de informação.¹⁶

Para Fico, “Costa criou uma nova modalidade de propaganda política no Brasil, que se amparava nos modernos recursos dos meios de comunicação de massa e que absorvia e recriava padrões de comportamento, crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como conformadores da sociedade brasileira”.¹⁷ Com presença deliberativa junto ao Instituto Nacional de Cinema, a AERP consagrou os “filmetes” como o seu padrão de produção, sendo a televisão seu mecanismo veiculador. Octávio Costa mostrou-se bastante sensível à possibilidade difusora desse veículo. A propósito desses filmetes veiculados durante os comerciais de Tv, o representante da Agência no Rio de Janeiro, Alberto Rabaça, afirmou que eles pretendiam:

retratar e cercar de significado especial, principalmente através de belos efeitos plásticos e de montagem, aspectos do cotidiano e que lhe são caros, como vida em família o trabalho, o carnaval, o futebol etc. Todos os valores étnicos e morais que o brasileiro incorpora e exercita [...] recebem, nesses filmes, com que um reforço oficial, uma espécie de bênção, e a afirmação de que são corretos e desejáveis.¹⁸

Amplamente divulgados em todos os canais de televisão, tinham sua veiculação gratuita amparada por dispositivo legal, tendo os seus custos de produção pagos por empresas como Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Brasil.¹⁹ As campanhas que os articulavam possuíam traços comuns em seus temas, sobretudo na recorrência de mensagens, enunciando uma atmosfera positiva de otimismo, de construção e de trabalho favorável ao país. Nesse sentido, algumas campanhas são emblemáticas: *Ninguém segura o Brasil* (1971), *É tempo de construir* (1971), *Você constrói o Brasil* (1972), *Sesquicentenário da Independência* (1972), *Povo desenvolvido é povo limpo* (1972), *Conheça melhor o Brasil* (1973), *País que se transforma e se constrói* (1973), *O Brasil merece o nosso amor* (1973). São campanhas que trazem a marca de uma compreensão

¹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO; Celso (orgs). op. cit., p.268.

¹⁷ FICO, Carlos. op. cit., p.100.

¹⁸ *Visão*. A Batalha da imagem, 37(7):20, 10 out. 1970. Apud FICO, Carlos. op. cit., p.103.

¹⁹ RAMPAZZO, Gilnei. op. cit., p.8.

acerca das potencialidades nacionais catalisadas com o advento do milagre econômico. Realimenta-se a retórica do “Brasil grande”, amparada em uma compreensão do “destino manifesto” da nação, em que os próprios militares se apresentam como o meio de acesso, os viabilizadores do sonho de o Brasil tornar-se uma potência mundial.

Para Octávio Costa, em termos de objetivos, essas campanhas representavam o esforço de melhorar a imagem pública do regime por meio de uma estratégia retórica em que se produziam uma propaganda com tons sutis, com uma coloração menos oficial, visando “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”.²⁰ Trata-se da tentativa de desanuviar o ambiente de radicalização e de acirramento das críticas ao regime que se expressava, sobretudo a partir de 1968, em eventos como a passeata dos cem mil, no Rio, na realização do congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, no seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, por grupos da esquerda armada, em 1969, para citar alguns mais conhecidos. Com efeito, nesse esforço apaziguador, as propagandas recorriam a certos “valores nacionais” já consagrados em nossa cultura histórica a exemplo do emblemático “homem cordial”, como discutido na clássica tese de Sergio Buarque de Holanda. Entretanto, são valores que dissimulam a especificidade daquela realidade social conflituosa, representando o apelo à participação da sociedade na tentativa de produção de um ambiente mais favorável e de aprovação, longe de poder ser considerado, contudo, uma proposição democrática com vistas à atuação da sociedade na gerência das coisas públicas.²¹

Matizadas as diferentes linhas políticas constituintes do regime, consagradas em definições como linha dura e moderados ou castelistas, não seria abusivo dizer que, embora pequeno, o grupo ligado à comunicação pública do regime constituiu-se como linha de articulação pela qual militares orientavam sua ação e barganhavam a sua intervenção nos rumos da política nacional. A estratégia de atuação explicitada por Octávio Costa, refletindo sobre sua função como comunicador, e representativa nesse sentido: “A minha esperança era de que, vencida essa fase crítica, serenada a turbulência, um bom trabalho de comunicação, dirigido para a motivação nacional, pudesse ajudar a normalização da vida do país”.²² Prossegue:

²⁰ FICO, Carlos. op. cit., p.94.

²¹ Idem. p. 128-130.

²² Idem. p. 278.

Não achava que a repressão fosse o único caminho. Estava convencido de que uma campanha de comunicação que substitui-se os valores da violência pelos valores da compreensão, do amor ao país, de desarmamento dos espíritos, poderia contribuir, ainda que em pequena escala, para que a situação se normalizasse e, nesse sentido, dava minha contribuição, realizando meu trabalho, usando o instrumento que estava em minhas mãos. Com simples coronel no Palácio do Planalto, dispus de um poder aparentemente inofensivo, mas que poderia representar realmente um grande poder. Usei esse poder para reverter a situação psicológica, e foi uma experiência fascinante. Se não consegui grande coisa, tanto que não perdurou, pelo menos formei a convicção do que podem realizar os verdadeiros homens de comunicação se quiserem colocar seu trabalho a serviço da construção de um grande país.²³

A rigor, percebe-se no depoimento de Octávio Costa a convicção da importância do papel da comunicação no campo das disputas políticas, o que reflete a preocupação com a produção, controle e determinação da imagem do regime, propriamente no que diz respeito à capacidade dessa em, por exemplo, tranquilizar ou excitar a população, melhorando o que ele chamou de situação psicológica. Essa compreensão de uma arena política que se constitui pela disputa de uma imagem favorável e, por conseguinte, uma visibilidade positiva, norteou a atuação da assessoria de relações públicas do regime militar brasileiro, que a seu modo produziu propaganda política oficial, como visto.

“Contribuir para que o espírito nacional melhorasse”.²⁴ Assim Octávio Costa definira sua missão como homem de comunicação do governo Médici. Dessa forma, para além de uma via institucional repressiva, da qual são representativos órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o sistema DOI/CODI (Departamento de Operações de Informação – Centro de Operação de Defesa Interna) e os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) estaduais, a ditadura militar brasileira lançou mão daquilo que podemos chamar de uma via institucional cooptativa, a exemplo do seu sistema de relações públicas, no esforço de garantir a “paz social”, almejando legitimidade para o regime. É preciso considerar que a propaganda tem por princípio elementar a promoção. Assim, passar-se por despolitizada, desinteressada e educativa era uma estratégia retórica que escamoteava o que no fundo se objetivava. Dessa forma, o poder

²³ Idem. p. 271.

²⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO; Celso (orgs). op. cit., p.268.

que se materializou outrora no emprego da força vislumbrou, no campo do simbólico, uma outra possibilidade de se tornar efetivo.

Depreende-se com esse pequeno percurso – em que nos debruçamos sobre a criação e atuação da AERP – a importância atribuída à propaganda política. Auto promover-se, dize-se bem, foi uma estratégia operacionalizada pelo regime na medida em que se reconheceu a importância de se ter uma visibilidade pública favorável no interior do campo das disputas políticas, daí produzir propaganda oficial. Entretanto, a promoção e a produção de uma visibilidade pública favorável não se esgotam na atuação da agência de propaganda do regime. É preciso considerar que para além dos empreendimentos puramente governamentais, os meios de comunicação de massa constituem-se, dada a sua ampliada capacidade de penetração, em importantes veículos produtores de visibilidades desejadas. Desta forma, interessa-nos para os fins deste trabalho discutir essa outra dimensão da promoção política então realizada pelos meios de comunicação de massa ²⁵.

1.2 Mídia e política – para além da propaganda oficial, os meios de comunicação e a produção de visibilidades desejadas

Ocupar-se cada vez mais, na atividade política, com a produção e competição por uma percepção pública ótima é um traço marcante e crescente nas sociedades contemporâneas. Esse fenômeno é caracterizado por Wilson Gomes como “política de imagem”,²⁶ cujos traços ajudam a compreender uma esfera de atuação da ditadura militar brasileira no que diz respeito propriamente a estratégias de atuação do regime, que passam fundamentalmente pelo uso do poder simbólico no exercício do poder político com vias ao

²⁵ Como alerta John Tompson, comunicação de massa é uma expressão infeliz. Entretanto, se utilizada com circunspeção tem importante valor explicativo. Dessa forma, comunicação de massa é entendida para os fins desse trabalho como “uma série de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que procuravam explorar novas oportunidades para reunir e registrar informações, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informações e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira”. THOMPSON, Jonh. *A Mídia e a modernidade*. p. 32. Meios de comunicação de massa, portanto, são entendidos como veículos que, a exemplo da televisão, do jornal, das revistas e do rádio, possuem ampliada capacidade de difusão e circulação, dirigindo-se e atingindo a grandes públicos.

²⁶ GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*.

cultivo e sustentação de legitimidade,²⁷ de tal modo que em quadros em que se configuram experiências políticas não-democráticas, a exemplo do regime militar brasileiro, Gomes argumenta que “o cuidado com a imagem se explicava pelo fato de que apoio popular podia significar um suplemento de força, não raramente física, para a manutenção do exercício do poder por parte de um agente político”.²⁸

Como definida por Gomes, essa política de imagem “indica a prática política naquilo que nela está voltada para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas”.²⁹ Entretanto, reconhece o autor, a preocupação com a imagem na arena das disputas políticas não é um fenômeno recente. Trata-se de uma prática que possui uma historicidade de longa duração. Desde a antiguidade são reconhecidos pela historiografia os usos e manejos políticos da imagem pública de diversos personagens históricos. Logo, esse não se constitui como um modo novo de se fazer política. Entretanto, o que garante contornos particulares a essa prática nas sociedades contemporâneas é a existência dos meios de comunicação de massa, que por sua vez redefinem a compreensão do acesso à informação e à própria formação de opinião acerca da atividade política e de seus atores, das instituições e dos mais diversos temas assumidos diante da população, então mediados e criados pelos mais diversos veículos, a exemplo da televisão, do jornal e da revista.

Dessa forma, nos últimos 50 anos, consolidou-se uma moderna indústria de comunicação de massa no Brasil, de modo que o desenvolvimento da mídia, aqui entendida como o conjunto de meios de comunicação, incluindo, indistintamente, diversos veículos e recursos técnicos, segundo John Thompson “é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social em uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si”.³⁰ Esses mais variados veículos impõem-se como instrumento de mediação entre o mundo, por assim dizer, e os seus consumidores. Para Venício Lima, nas sociedades urbanas contemporâneas, “a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não

²⁷ THOMPSON, J. B. *O escândalo político: Poder e visibilidade na era da mídia*.

²⁸ GOMES, Wilson. op. cit., p.263.

²⁹ Idem. p. 242.

³⁰ THOMPSON, Jonh. *A Mídia e a modernidade*. p. 19.

seria possível sem ela”.³¹ De maneira mais ampla, trata-se de considerar que a mídia constitui-se como uma significativa instância produtora de narrativas articuladoras de sentido aos mais variados fenômenos da vida social. Para Luís Felipe Miguel, “ela revolucionou nossa percepção do mundo, em especial do mundo social e, dentro dele, da atividade política”.³² De tal maneira, opera-se uma nova configuração da atividade política baseada nessa tensa interconexão entre mídia e política.

É ponto comum entre os estudiosos do tema a compreensão de que mídia assume uma posição de centralidade no jogo político contemporâneo. Por centralidade entende-se a sua ampliada capacidade de intervenção na esfera política. Dessa forma, os meios de comunicação, baseados em “repertórios interpretativos culturalmente disponíveis”,³³ embrenha-se na política e desenvolvem um papel importante no que diz respeito à produção de sentidos e visibilidades aos seus atores: governantes, instituições, regimes políticos. Para Miguel, essa posição de centralidade implica pensá-la como a “principal difusora do prestígio e do reconhecimento nas sociedades contemporâneas”.³⁴ Assim, a formação de uma imagem pública,³⁵ entendida como o conjunto de características que, reconhecidas publicamente, compõem um personagem, realiza-se observando elaborações mediatizadas nessa estreita vinculação entre a esfera da visibilidade pública com os meios de comunicação de massa.³⁶ A esse respeito, Gomes compreende que “a imagem pública nos chega como nos chega o mundo: mediatizado pelo sistema institucional e expressivo da comunicação, instrumento predominante onde e por onde se realiza a visibilidade social”.³⁷

Pierre Bourdieu, em um livro polêmico, dedicou-se a discutir o impacto produzido pela mídia no campo político. Fê-lo com o propósito de questionar o peso excessivo que os meios de comunicação de massa fazem sentir na formação de reputações políticas. Ele avalia que:

³¹ LIMA, Venício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. p. 55.

³² MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. p. 155.

³³ SPINK, M.P; MEDRADO, B; MELLO, R.P. *Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia*.

³⁴ MIGUEL, Luis Felipe. *op. cit.*, p.162.

³⁵ Wilson Gomes sugere o termo imagem pública pelo seu valor técnico, uma vez que se trata de um termo que a rigor, não apresenta diferença significativa de expressões como “reputação”, “fama”, “nome” e outros termos correlacionados. Afirma ele que “pessoas e instituições, corporações e produtos dependem de uma boa reputação, de um bom nome, de uma boa fama, isto é, de uma imagem positiva. A vantagem do termo ‘imagem pública’ é simplesmente o seu técnico em nossa época: trata-se simplesmente da terminologia vencedora”. GOMES, Wilson. *op. cit.*, p.256.

³⁶ GOMES, Wilson. *op. cit.*, p.245.

³⁷ *Idem*. p.264.

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão. [...] Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de ser reconhecido, de ter acesso à *notoriedade pública* (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital).³⁸

Esse foi um trabalho polêmico por se tratar de um texto produzido com propósitos políticos muito claros, no que diz respeito ao esforço do seu autor de contribuir com a restauração da autonomia do campo político, representando, assim, uma obra de combate.³⁹ Controvérsias à parte, lançando mão da categoria de campo que lhe é distintiva, Bourdieu corrobora com o entendimento anteriormente exposto – em termos de centralidade da mídia na arena das disputas políticas – na medida em que diagnostica a capacidade de intervenção dos meios de comunicação no campo político, sobretudo no que diz respeito à produção, por meio desses, de notoriedade pública para os políticos, uma vez que os jornalistas possuem condições de terem acesso permanente aos meios de produção de visibilidade pública. Nesse sentido, dissertando especificamente sobre o jornalista, Bourdieu, em seu livro *O poder simbólico*, refere-se a este como “detentor de um poder sobre os instrumentos de comunicação de massa que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico – o poder de ‘fazer ou desfazer reputações’, de que o caso Watergate deu uma medida”.⁴⁰

No Brasil, o conjunto de condições que tornou possível a configuração de um sistema de comunicação que respondesse a consolidação desse processo de centralidade da mídia possui seus marcos temporais bem delimitados, sendo eles balizados inicialmente no começo dos anos de 1970. Venício Lima é preciso ao definir essa historicidade. Segundo ele,

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. A influência do jornalismo e os jogos olímpicos. p. 65-66.

³⁹ MIGUEL, Luis Felipe. op. cit., p.157.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. p.189.

do ponto de vista político, o papel central da mídia, sobretudo da mídia eletrônica, em particular a televisão, foi inicialmente reconhecido pelo Estado militar durante o regime autoritário. Foram os militares e seus aliados civis que – por razões, em primeiro lugar, de segurança nacional, e de mercado, em segundo – criaram as condições de infra-estrutura física indispensáveis à consolidação de uma mídia nacional. E foram também eles que primeiro fizeram uso político dela, não só com o recurso à censura, mas sobretudo com o apoio ‘conquistado’ – explícito em muitos casos – das principais redes impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o próprio regime militar.⁴¹

Octávio Costa relembra que, “quanto mais crescia a reação contra a Revolução, nas ruas e nos meios de comunicação, o ministro Lyra Tavares encontrou-se comigo e disse: ‘Octávio, você precisa escrever nos jornais. Alguém precisa expor nosso ponto de vista’”.⁴² “Expor nosso ponto de vista” não implica tanto nesse caso declarar o que se pensa, mas sim justificar o que se faz, de modo a creditar-se, imbuir-se de legitimidade. Trata-se de dizer-se de maneira positiva. Defendendo-se, contrapondo-se aos críticos, objetiva-se produzir uma imagem favorável. A produção de uma propaganda política oficial, como vimos a propósito da constituição e atuação da AERP, dirigida por Octávio Costa, representou a preocupação por parte do regime com a produção de sua imagem pública, e constituiu-se em um importante dispositivo nesse sentido.⁴³

Para além disso, entretanto, não podemos negligenciar o papel de alguns veículos de comunicação que, em consonância com o Estado militar, representaram um importante tablado por meio do qual o regime autoritário pode “expor ‘o seu’ ponto de vista”, sobretudo se compreendermos a emergência de uma cultura de consumo de massa no Brasil dos anos de 1970, associado a esse processo incipiente de centralidade da mídia imbricada ao jogo político. O deslocamento do foco da propaganda oficial para a mídia como meio de observação da prática política, no que diz respeito à produção de visibilidade desejada na busca por legitimidade, através da produção de imagens públicas

⁴¹ LIMA, Venício A. de. op. cit., p. 54-55.

⁴² D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO; Celso (orgs). op. cit., p.264.

⁴³ É importante destacar que o regime militar brasileiro serviu-se de diversos expedientes produtores de visibilidade, difusores de pontos de vista, nas palavras de Octávio Costa. Um deles, menos ortodoxo, apenas como exemplo, são os livros de Educação Moral e Cívica e de Estudo dos Problemas Brasileiros. Ambas são disciplinas que por força de lei compunham a grade curricular do ensino no país. A primeira era obrigatória nas séries iniciais ao ensino científico, e a segunda era obrigatória no ensino superior. Uma série de questões abordadas nesses livros (não cabe aqui nos determos mais detalhadamente sobre o tema) destacam as ações e os feitos do “governo revolucionário”, de modo a alardear o que se entendia por benefícios produzidos pelo regime, em uma expressão que pode perfeitamente ser entendida como propaganda.

favoráveis, representa o esforço aqui empreendido por percebermos o quão fértil é esse terreno para semearmos nossas indagações sobre mídia e política durante a ditadura militar no Brasil.

Trata-se assim de discutir, para além da propaganda oficial, uma outra dimensão da propaganda política, aquela produzida na e pela mídia. Entendendo que os meios de comunicação ocupam papel de destaque na percepção pública da política e da sociedade, concatenado à perspectiva anteriormente apresentada (da mídia ocupando uma posição de centralidade na arena política contemporânea), interessa-nos, então, discutir como durante a ditadura militar brasileira alguns veículos de comunicação constituíram-se como importantes meios, embora não-oficiais, de promoção do regime, sobretudo se considerarmos que o Estado autoritário apresentou uma relação muito conflituosa com a produção e manutenção da propaganda política produzida institucionalmente, como observamos acerca da AERP.

Esse alinhamento entre o regime e alguns meios de comunicação de massa, que aqui nos interessa particularmente em sua manifestação enquanto imprensa, em sua função de comunicação informativa a exemplo do jornalismo, realiza-se observando questões de ordem econômica e/ ou ideológica, podendo ser explicitado diretamente nos veículos, por exemplo, através de seus editoriais, como também (e uma não exclui a outra) manifesta-se de maneira a selecionar, salientar e omitir em suas formas de apresentação (reportagens, entrevistas, charges) as ações do regime. De maneira geral, ao produzir discursos sobre questões que envolvem processos políticos, a mídia age de maneira enviesada, orientada por diversos interesses concorrentes e pressões presentes na sociedade. De tal modo que esses discursos por eles veiculados, discurso aqui entendido como qualquer mecanismo de transmissão de conteúdo simbólico, no caso discurso midiático, não esgotam a pluralidade das perspectivas e interesses concorrentes na sociedade.⁴⁴ Essa característica da produção midiática está presente nas democracias, e é catalisada em regimes autoritários, sobretudo, como é o caso do regime brasileiro, em função do advento da prática da censura como meio institucional de controle dos conteúdos variados a serem veiculados nos meios de comunicação, como também outras formas de intervenção direta nesses meios que implicam até na da proibição de sua circulação ou divulgação.

Há ainda que se considerar, já em meados do século XVIII, a existência de assessorias de imprensa governamentais que se prestavam a divulgar informações aos

⁴⁴ MIGUEL, Luis Felipe. op. cit., p.163.

jornais⁴⁵. A esse respeito, durante o governo Médici, registra Rampazzo que: “em todos os ministérios – e na própria presidência – foram colocados homens de relações públicas, aos quais estavam subordinado o trabalho de informações à imprensa”.⁴⁶ Sugere-se, dessa forma, que muitas das fontes com as quais os jornalistas trabalhavam eram fontes oficiais, ou seja, é o próprio governo municiando a imprensa de informações sobre a política, idéia essa que reforça a compreensão de que “as fontes oficiais do governo, em especial, tendem a predominar no processo de produção das notícias”.⁴⁷

Esse enviesamento a que nos referimos caracteriza a produção midiática no momento da transmissão da sua perspectiva do cenário político, e da-se de modo a enfatizar certas clivagens sociais em detrimento de outras. Realiza-se observando: seleção, saliência e silêncio dos temas abordados pelos veículos produtores de notícias. Entretanto, isso não implica necessariamente qualificar essas noções em termos de uma intenção deliberada do jornalista com o propósito de maquinar, deturpar ou manipular a produção da notícia. Do ponto de vista operacional, a noção de “enquadramento” nos ajuda a pensarmos essas questões, percebendo inclusive de que forma os meios de comunicação, cumprindo sua função articuladora de sentido, atuaram em deferência ao regime militar, produzindo discursos a esse favorável.

Para discutirmos o conceito de “enquadramento”, faremos uso das reflexões de Mauro Porto, valendo-nos mais especificamente do seu trabalho intitulado “Enquadramentos da mídia e política”.⁴⁸ Segundo o autor, pesquisas em que é problematizado o papel dos meios de comunicação em processos políticos (um enfoque relativamente recente, fundamentado nesse conceito de “enquadramento”), tem alcançado importantes níveis de proeminência e popularidade. Trata-se de um conceito ainda em configuração, constantemente rediscutido no esforço de uma definição mais adequada às demandas crescentes das pesquisas. Entretanto, o autor justifica que a sua operacionalização tem feito notar sua constituição como um instrumental teórico que oferece uma nova perspectiva sobre a relação entre mídia e política, oferecendo uma sólida alternativa às lacunas conceituais existentes.

⁴⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. p. 36.

⁴⁶ RAMPAZZO, Gilnei. op. cit., p.8.

⁴⁷ PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. p.94.

⁴⁸ Idem.

Na confluência entre os estudos de comunicação política e da ciência política, enquadramento foi um conceito apresentado como alternativa ao que Porto chama de “paradigma da objetividade”. Esse paradigma caracteriza-se, de modo geral, por localizar suas críticas à falta de objetividade ou a imparcialidade da mídia na produção de suas mensagens sobre a política. É uma tradição que perde em potencial explicativo, pois parte de um pressuposto frágil, que admite a possibilidade da comunicação objetiva, imparcial, de modo que o contraponto, ou seja, a comunicação que não é realizada observando critério de objetividade, é entendida como distorcida, sendo com isso considerada parcial. Entendem que isso implica incorrer em manipulação, maquinação, deturpação da notícia. Porto, ao discutir a insuficiência deste enfoque tradicional para o estudo das relações entre mídia e política, destaca as contribuições significativas que foram dadas por Robert Hackett no início dos anos de 1980. Apontando na direção da apresentação do enquadramento como alternativa, Hackett propõe a noção mais ampliada de “orientação estruturada” em substituição à de “parcialidade”. Trata-se de uma noção que não exclui questões como favorecimento e/ ou distorção, mas procura entender que a determinação que estrutura o relato noticioso responde a um conjunto variado de orientações, em um jogo complexo de interesses e relações sistemáticas. Somado a isso, Hackett argumenta ser preciso considerar que a produção da notícia pela mídia muitas vezes se dá no interior de uma matriz ideológica limitada, de modo a ser realizada a partir de um conjunto de regras e conceitos, uma “estrutura profunda” que, como explica Porto, “são ativados pelos jornalistas, nem sempre de forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular”.⁴⁹

Dessa forma, embora não exista consenso sobre uma definição mais rigorosa do conceito de enquadramento, Porto argumenta que alguns aspectos principais podem ser destacados a partir da experiência do uso sistemático do conceito em pesquisas abordando os mais diversos temas, no esforço mesmo de uma definição mais rigorosa e consistente. Nesse sentido, destaca duas das mais relevantes definições que, não excludentes, resumem os principais aspectos do conceito e que orientarão nossa apropriação do mesmo.

A primeira definição, amplamente citada, foi elaborada por Todd Gitlin, no início dos anos de 1980, para quem

⁴⁹ PORTO, Mauro. op. cit., p.76.

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramento da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira.⁵⁰

Na definição acima, gostaríamos de ressaltar a compreensão dos enquadramentos da mídia como instâncias articuladoras de sentido que, de maneira a circunscrever eventos empíricos específicos, cumprem a função de dotar de inteligibilidade os mesmos. São marcos interpretativos que permitem às pessoas e aos próprios jornalistas darem sentido aos eventos sociais focados, de modo a ser produzida uma determinada interpretação. Trata-se mesmo de definir sob que ângulo o evento será observado, dentre as inúmeras perspectivas possíveis.

A segunda definição, apresentada em 1994 por Robert Entman, é produto de uma revisão sistemática dos usos do conceito em diversas pesquisas. Segundo ele,

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.⁵¹

A propósito da definição de Entman, a atribuição de sentido realizada pelo enquadramento da mídia, anteriormente mencionada, se realiza observando práticas específicas de seleção, ênfase e exclusão. Dessa forma, os enquadramentos são definidos por aquilo que omitem e por aquilo que incluem quando compõem um esquema narrativo que possibilita interpretar os eventos. Nessa direção, Luiz Gonzaga Motta argumenta que a imprensa “seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o

⁵⁰ GITLIN, Todd. *The whole world is watching*. Apud PORTO, Mauro. op. cit., p. 80.

⁵¹ ENTMAN, R; ROJECKI, A. *Freezing out the public*. Apud PORTO, Mauro. op. cit., p. 82.

real”.⁵² Por sua capacidade de definir e construir realidade, os enquadramentos constituem-se como importantes instrumentos de poder.⁵³

Sendo que parte considerável de nossa política contemporânea se dá pela disputa da produção de uma visibilidade favorável, por meio da produção e imposição de uma imagem pública positiva, cabe sobretudo aos meios de comunicação de massa, como vimos a propósito do processo de centralidade da mídia, um papel privilegiado na produção, veiculação e repercussão dessas imagens. Concatenado a isso, o regime militar brasileiro foi amplamente amparado por esse importante dispositivo de promoção, cuja capacidade de repercussão, de abrangência e de difusão de informações jamais existiu com tamanha intensidade. No interior desse debate, o conceito de enquadramento da mídia surge-nos como um instrumento conceitual muito oportuno por nos permitir perceber como imagens públicas do regime são produzidas pelos meios de comunicação, o que se dá observando certos enquadramentos, explorando certos aspectos em detrimento de outros. De maneira geral, entendemos a produção de uma visibilidade favorável como uma preocupação do regime militar, tendo na mídia, para além da propaganda institucional, um importante veículo de produção e veiculação dessa visibilidade, de modo que o conceito de enquadramento representa para nós, pesquisadores, um mecanismo importante para se discutir como as repercussões do regime na mídia podem indicar a congregação entre eles.

1.3 As revistas – classificação formal, caracterização, mercado editorial

Com o propósito de elucidar como essa relação se deu durante o regime militar brasileiro, decidimos abordar um acontecimento específico e sua repercussão em um meio de comunicação de massa específico. Trata-se, para os fins deste trabalho, de problematizarmos as construções discursivas a propósito da construção da rodovia Transamazônica, que anunciada sua construção em junho de 1970, pelo então presidente Médici, teve divulgação em forma de crônicas, discursos oficiais, publicidade e reportagens, amplamente realizada nas páginas de duas das principais revistas de circulação nacional do período: *O Cruzeiro* e *Manchete*. Essa cobertura jornalística

⁵² MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. p.17

⁵³ PORTO, Mauro. op. cit., p.79.

produziu regularmente notícias sobre a construção da estrada desde o seu anúncio, como projeto, à sua conclusão, em 1974, com a liberação para o tráfego do último trecho licitado.

Com o problema de estudo assim circunscrito, o conceito de enquadramento da mídia vai nos permitir ressaltar a clara ressonância entre uma expectativa do governo e o cenário construído pela mídia, como discutiremos no terceiro capítulo deste trabalho. Entretanto, balizados por essa discussão a respeito dos meios de comunicação que fornece o fio condutor deste capítulo, interessa-nos agora verticalizar o nosso debate propriamente no que diz respeito a essa mídia específica, que são as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Entendidas como importantes meios de comunicação de massa, essas revistas fazem parte da grande imprensa do período. Maria Aparecida Aquino, ao discutir a questão da censura aos jornais ocorrida durante a ditadura, qualifica essa grande imprensa, como

Os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. A grande imprensa [...] não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. A diferença, portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno porte, de médio e de grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente.⁵⁴

Feita essa definição, apresentaremos alguns atributos gerais dessas publicações nos anos 1970, de modo que iniciaremos propriamente pelo que diz respeito à sua caracterização no interior do mercado editorial brasileiro. Na apresentação de um panorama geral, valer-nos-emos das reflexões de Muniz Sodré. De sua autoria, foi publicado em 1972, *A comunicação do grotesco*, um livro em que o autor discute a formação de uma cultura de massa no Brasil avaliando o papel das revistas na composição desse quadro nos anos de 1970.⁵⁵ Para o Sodré, as características econômicas que formam o mercado da indústria de revistas no Brasil respondem, de modo geral, a quatro

⁵⁴ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. p. 37.

⁵⁵ SODRE, Muniz. *Comunicação do grotesco: Introdução a cultura de massa brasileira*.

características básicas: em primeiro lugar, destaca ele a existência de uma alta concentração comercial, representada pela produção majoritária de duas grandes editoras – Bloch Editores e Editora Abril; em segundo, destaca a acessibilidade do mercado. Citando o exemplo de *O Pasquim*, o autor diz da possibilidade de inserção com competitividade no mercado editorial de revistas com apenas alguns meses de criação, fazendo frente, inclusive, às revistas antigas. Em terceiro, refere-se à grande vulnerabilidade desse mercado que, constantemente reformulado, cobra adaptação às novas demandas existentes, de tal forma que à inobservância aos novos padrões exigidos pode representar o cancelamento do financiamento publicitário e, tão logo, o seu fechamento. Nesse sentido, o crescimento da televisão vem impondo o remanejamento de fórmula a algumas dessas revistas. Por fim, em quarto lugar, trata-se de um mercado sazonal, sujeito a variações puramente conjunturais, como o carnaval, que incide diretamente no aumento da vendagem.⁵⁶

Em termos de uma classificação formal, Kardec Pinto Vallada enquadra as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, ao lado de publicações como *O Mundo Ilustrado*, *Revista Semanal* e *Fatos e Fotos* como representativas daquilo que ele definiu classificatoriamente como “revistas de interesse geral”.⁵⁷ Disso decorre se tratarem de revistas voltadas para um público amplo, entre homens e mulheres, de variado poder aquisitivo e faixa etária, com diferentes níveis de escolaridade, dentre os quais analfabetos e semi-alfabetizados, que representavam um público consumidor devido a composição gráfica dessas revistas. Nesse sentido, cabe destacar uma colocação de Sodré ao avaliar a necessidade das revistas em atingirem um grande público. Argumenta ele que “para interessar a um público amplo e heterogêneo, a revista teve de contornar a linguagem articulada com o auxílio da imagem – de decifração mais fácil para os leitores de diferentes níveis culturais. Certas revistas podem ser simplesmente *vistas*, ao *invés de lidas*”,⁵⁸ de tal forma que, para Vallada, em função de tamanha heterogeneidade, o seu leitor-alvo é selecionado apenas pelo seu preço.

Fazendo uma avaliação bastante crítica, e talvez um pouco rancorosa dos conteúdos dessas revistas de interesse geral, Zuenir Ventura escreve que:

⁵⁶ Idem. p. 42-44.

⁵⁷ VALLADA, Kardec Pinto. *Revistas no Brasil: um panorama sucinto*. p. 28-31.

⁵⁸ SODRE, Muniz. op. cit., p.52.

Elas sempre foram para o consumidor dos meios de comunicação um produto de luxo, nunca uma necessidade. Um inconseqüente entretenimento visual para um leitor que elas subestimam e a quem não procuram dar mais do que os jornais lhe dão diariamente a não ser um pouco de artifício formal: melhor impressão mais fotos e um pouco de cor. (...) eles acham que suas revistas são boas e o leitor que não as lê, um imbecil. Como seduzir esse imbecil? Dando, de três em três meses, uma matéria de revelação ou de impacto; toda semana, uma de “sexy”, com Brigitte, Soraya, Sofia Loren...; e, sempre que puder e a publicidade exigir, uma série de cartões postais sobre o Brasil...⁵⁹

Essas revistas essencialmente ecléticas, “que tinha de tudo para todos”,⁶⁰ são definidas como produções mais leves. Abertas as possibilidades de novas técnicas de impressão, com uso ampliado de cores e de fotografias, abordavam questões mais afeitas ao cotidiano, comportamento e entretenimento, entretanto atentas para as questões de ordem política. Para Sodré, mais do que qualquer outra mídia impressa, a revista é a mais voltada para uma estrutura capitalista de mercado, de modo que, para se tornarem mais atrativas e logo alcançarem maiores vendas, lançavam mão do erotismo e do sensacionalismo, fazendo com que o ângulo mais espetacular dos eventos fosse dignos de serem abordados. Em linhas gerais, para o autor, “as revistas visavam ao entretenimento do leitor e procuravam sempre, portanto, liberar-lhe os sentidos, evitando ‘tormento’ intelectuais”.⁶¹

Seguindo esses padrões acima mencionados, Sodré produz um quadro com as principais temáticas abordadas pelas revistas. Observada a regularidade dos assuntos publicados, elabora cinco grupos de temas: o primeiro diz respeito às artes e literatura, com espaços reservados para reportagens sobre intelectuais em voga, textos de autores internacionalmente consagrados e afins; o segundo diz respeito à natureza, paisagens e aventuras. Uma das marcas que consagrariam *O Cruzeiro* é a das grandes reportagens. Seu traço fundamental está em explorar lugares remotos, povos indígenas desconhecidos. Apoiando-se na idéia de que o “Brasil é um país a se descobrir”, os repórteres produziam inúmeras reportagens sobre os lugares mais longínquos do país, sempre amparada por coloridas fotografias e um tom sensacional, diz o autor: “a geografia nacional, que conhecida através de uma imagem real pode-se revelar bastante inóspita e miserável, é um

⁵⁹ Cf. AMARAL, Luis. *Técnica de jornal e periódico*. p. 160.

⁶⁰ ACCIOLY NETTO, Antônio. *O império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. p.124.

⁶¹ SODRE, Muniz. op. cit., p.52.

espetáculo colorido nas páginas das revistas”.⁶² O terceiro grupo é o das personalidades e nobreza: espaço ocupado por estrelas do cinema, da música, da televisão, vida de milionários, com tons geralmente flagrantes e reveladores; o quarto grupo diz respeito à ciência: temas relacionados aos cientistas em seus laboratórios, às grandes descobertas científicas, marcavam presença assídua nas revistas. Há que se destacar que as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, já nos anos 1950, observada a inexistência de publicações científicas especializadas no Brasil, representaram um espaço privilegiado de divulgação da ciência no país.⁶³ O quinto e último grupo diz respeito aos esportes, sobretudo no que diz respeito à cobertura do futebol brasileiro, desde já monopolizando o espaço reservado ao mundo dos esportes. Em linhas gerais esses são os cinco principais grupos de temas que marca a produção editorial das revistas de interesse geral produzidas no Brasil no período, como destacou Sodré. Embora se trate de um esquema geral, que ignore alguns temas importantes pois reiteradamente mencionados nas revistas, como os temas políticos e de interesse feminino, como a moda, ele nos fornece um importante panorama da configuração temática desse veículo.

Outro aspecto, agora formal, é muito significativo, e merece ser tratado com mais vagar. O leitor que acompanhou as reportagens sobre a construção da rodovia Transamazônica nos anos 1970, por meio das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, não pôde ficar indiferente ante à pujante presença das fotografias que, página após página, compunham as matérias. Em um momento em que a televisão ainda se afirmava no Brasil, e a primeira transmissão em cores se tornava possível, embora pouco acessível, somente no ano de 1972, as imagens fotográficas que, coloridas, ocupavam páginas inteiras das revistas, quando não páginas duplas, representavam para a grande maioria de seus leitores o único meio de acesso as paisagens nacionais menos conhecidas. A possibilidade de acesso a lugares exuberantes como a Floresta Amazônica, prestigiada nas reportagens sobre a nova estrada, somado ao potencial de fascínio das imagens coloridas, constituíam-se em importante estratégia comercial, assim como definia a identidade editorial desses veículos. Dessa forma, a valorização da linguagem fotográfica, amparada por um moderno conceito de editoração, marca, nessas revistas, a ruptura com fórmulas consagradas, mas que obsoletas prestigiavam o discurso verbal em sua composição editorial, condenando a fotografia a reles ilustração. Esse leitor dos anos de 1970 tinha em suas mãos, portanto,

⁶² Idem. p.50.

⁶³ A esse respeito ver. ANDRADE, Ana M. Ribeiro de; CARDOSO, José L. Rocha. Aconteceu, virou manchete.

uma revista em que “foto e texto atuam conjuntamente, maximizando o potencial de produção de sentido que cada um teria isoladamente”⁶⁴ – a isso se dá o nome de fotojornalismo.

Em seu sentido mais imediato, fotojornalismo pode ser definido como fotografia vinculada ao jornalismo. Entretanto, sua especificidade está no tipo de relação que se estabelece entre a imagem e o texto, de tal maneira que com o advento do fotojornalismo e da fotorreportagem, opera-se uma redefinição no que se entendia como função da foto quando vinculada a um texto jornalístico na produção da notícia. Como explica Gisèle Freund:

A tarefa dos primeiros repórteres da imagem fotográfica era a feitura de fotografias isoladas, com o fim de ilustrar uma história. É apenas a partir do momento em que a imagem se torna, ela mesma, história de um acontecimento que se conta numa série de fotografias acompanhadas por um texto freqüentemente reduzido apenas a legendas, que começa o fotojornalismo propriamente dito.⁶⁵

Dessa forma, o fotojornalismo se define por uma relação de complementaridade entre a foto e o texto jornalístico, fazendo a foto representar não mais apenas a ilustração da notícia. Em muitos casos, ocorre uma inversão de importância, de modo que o texto, antes absoluto, ocupa uma função aparentemente menor, quando por exemplo é reduzido à legenda. A relação entre texto e imagem passa a criar, a partir de então, uma narrativa própria, uma narrativa bem estruturada que, por explorar de maneira articulada os potenciais semânticos da imagem em coesão com o texto, produz sentido aos eventos focados.

O fotojornalismo, como pode ser percebido, é um fenômeno que remete a uma forma de discurso jornalístico historicamente determinado, possuindo uma historicidade que reporta à imprensa alemã do final dos anos de 1920, e que rapidamente tornou-se um fenômeno internacional que encontrou nas revistas ilustradas seu veículo ideal de expressão. Várias revistas se definiram pelo fotojornalismo, o que constituiu a base do

⁶⁴ COSTA, Helouise. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista *O Cruzeiro*. p. 89.

⁶⁵ FREUND, Gisèle. *Fotografia e sociedade*. Apud SILVA, Silvana L. da. op. cit., p. 31.

sucesso editorial de muitas delas. São, por exemplo: *Life* (Estados Unidos), *Look* (Estados Unidos), *Picture Post* (Estados Unidos), *Paris Match* (França) e *Der Spiegel* (Alemanha).⁶⁶

No Brasil, o fotojornalismo em seu sentido moderno foi implementado pelo fotógrafo Jean Manzon em *O Cruzeiro* no início dos anos de 1940. Francês, Manzon trabalhou como repórter fotográfico na revista *Vu* que, lançada em 1928 por Lucien Voguel, foi a pioneira das revistas ilustradas modernas francesas. No início da Segunda Guerra atuou no jornal *Paris-Soir* e na revista *Match*, mais importante revista francesa na época. Com a França ocupada pela Alemanha nazista, em junho de 1940, Manzon, valendo-se da amizade com o conhecido cineasta brasileiro Alberto Cavalcante, aceita o convite para viajar para o Brasil. Sua chegada, em agosto de 1940, foi noticiada na capa do jornal carioca *O Globo*. Com uma carta de recomendação de Alberto Cavalcante, encontra-se com Lourival Fontes de modo a ser contratado para trabalhar como o responsável pelo departamento de fotografia e cinema do DIP, cuja principal função era produzir material sobre o Brasil para ser veiculado no exterior. Manzon ocupou essa função até 1943, quando passou a trabalhar para *O Cruzeiro*.⁶⁷

Segundo Helouise Costa, até o início dos anos 1940, *O Cruzeiro* ainda estava vinculada ao modelo da primeira geração de revistas ilustradas brasileiras, o que significa dizer, uma publicação com linguagem rebuscada, com ênfase a acontecimentos da alta sociedade, possuindo uma circulação restrita à capital federal. No que diz respeito ao uso da fotografia, ela era bastante utilizada pela revista. Entretanto, cumpriam geralmente a função de ilustração do texto, ou documentação na forma de registro de formaturas, casamentos. Para tal, recorria-se a um único fotógrafo, ou a agências estrangeiras, quando de notícias internacionais.⁶⁸ Capitaneada por seu novo diretor, Frederico Chateaubriand, a revista começa a passar por uma reformulação editorial nos anos 1940. É nesse momento que Manzon, convidado por Frederico, passa a integrar a equipe da revista, em que trabalharia de 1943 a 1951, conseguindo o fotógrafo implementar em *O Cruzeiro* um modelo de fotorreportagem nos moldes internacionais. Para Helouise Costa, “é como se Jean Manzon tivesse esperado o momento certo para implantar uma fórmula há muito concebida: a das fotorreportagens da *Paris Match*”.⁶⁹

⁶⁶ COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. p. 139.

⁶⁷ COSTA, Helouise. *Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo*. p. 127-137.

⁶⁸ COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. p. 140.

⁶⁹ Idem. p.141.

No que diz respeito ao uso do registro fotográfico, Manzon implementou uma mudança de ordem qualitativa, tornando a fotografia elemento de destaque na composição da notícia, implicando ainda em uma valorização estética da revista, com a utilização de novos recursos gráficos. A implementação do fotojornalismo foi de fundamental importância dentro dessa proposta de renovação⁷⁰. Em termos numéricos, as mudanças refletiram em um aumento extraordinário das tiragens. Com 48 mil exemplares vendidos em 1942, a revista passaria para 300 mil em 1949, atingindo a marca de 630 mil exemplares em 1955.⁷¹ Jornalista consagrado no início da segunda metade do século, Manzon transfere-se em 1954 para *Manchete*, com o propósito de implementar na concorrente a fórmula que fizera sucesso em *O Cruzeiro*.

Na caracterização desse fotojornalismo como produzido no Brasil em seu momento de inauguração, explica Helouise Costa que “o registro fotográfico para Jean Manzon é resultado desse adensamento espaço-temporal. Concentrando elementos normalmente dispersos no tempo e no espaço, cada imagem passa a apresentar em si uma narrativa própria, repleta de significados”.⁷² Assim, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, que repletas de fotografias chegavam semanalmente para serem vendidas nas bancas de revista durante os anos de 1970 noticiando a construção da rodovia Transamazônica, fazem eco a essas mudanças, que implementadas nos anos de 1940–1950, estabeleceram um novo estatuto para a relação texto-imagem adequado às novas demandas dessa mídia.

No que diz respeito à questão comercial, esses veículos apresentaram um importante crescimento de mercado na década de 1970, logo atingindo um número maior de leitores. Em 1960, o mercado nacional de revistas era de 104 milhões de exemplares, passando para 202 milhões em 1975.⁷³ Segundo Renato Ortiz, esse crescimento é fruto de uma sociedade de consumo que, se nos anos de 1940 e 1950 pode ser considerada incipiente no Brasil, se consolida nos anos de 1960 e 1970. Para o autor, esse quadro tornou-se possível em função de transformações estruturais pelas quais passaram a sociedade brasileira e que, para ele, estão diretamente relacionadas ao golpe de 1964. O autor argumenta que, se por um lado, o regime militar se define por sua clara dimensão política, no que diz respeito às arbitrariedades do Estado autoritário, como prisões, torturas,

⁷⁰ COSTA, Helouise. *Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo*. p. 157.

⁷¹ -*Revista PN*. Rio de Janeiro, dez. 1942; Anuário Brasileiro de Imprensa, 1949 e Anuário Brasileiro de Imprensa, 1955, respectivamente. Apud COSTA, Helouise. *Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo*. p. 157.

⁷² COSTA, Helouise. *Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo*. p. 265.

⁷³ ORTIZ, Renato. *Moderna tradição brasileira*. p. 122.

repressão, exílio, assassinatos, por outro lado, define-se pelas mudanças estruturais de ordem econômica, referidas por economistas como a “segunda revolução industrial” no Brasil, realizadas pelo aprofundamento de medidas econômicas tomadas no governo de Juscelino Kubitschek. Desse modo, essa reorientação econômica incidiu no crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalecendo ainda o mercado e a produção de bens culturais, do qual as revistas fazem parte. Para o autor, “é o momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos bens culturais. Isso se deve pelo fato de ser o Estado autoritário o promotor do desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada”.⁷⁴

Entretanto, conforme defende Ortiz, há de se considerar que, sob a égide do regime autoritário, essa ampliada difusão de bens culturais (da qual se refere o autor), fez-se observando as diretrizes e determinações impostas pelo controle e pela vigilância exercidos pelo Estado, baseados na Doutrina de Segurança Nacional. Orientação comum às ditaduras que se proliferam na América Latina nos anos de 1960 e 1970, a questão da “segurança nacional”, cunhada no contexto da Guerra Fria, tem como traço marcante o combate ao inimigo interno, quais sejam, os segmentos sociais que possuem orientação socialista, o que implicou na repressão a movimentos sociais, ao movimento estudantil, à organização sindical, que eram vistos pelos regimes militares como movimentos de caráter subversivo, logo, comprometedores da ordem social.

No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), como discutiremos com mais vagar no próximo capítulo, e representou, por um lado, em um importante elemento de constituição de uma identidade militar. Por outro lado, e que nos interessa diretamente para o momento, representou o fundamento do pensamento militar oficial de Estado durante o regime, sendo entendida como “sistema nacional do *dever ser* destinada a orientar a ação política”,⁷⁵ de modo que, fixada em estratégias de defesa interna contra o elemento subversivo, na busca pela paz social e preservação dos “valores ocidentais”, fez o peso do seu controle sentir-se nas mais variadas esferas da vida social. No que diz respeito aos meios de comunicação, e no caso as revistas, a observância da Doutrina pôde ser percebida em duas frentes: na ordem do incentivo e na ordem do controle.

⁷⁴ Idem. p. 113-115.

⁷⁵ Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. p. 23.

No que diz respeito ao incentivo, tendo como uma de suas premissas o desenvolvimento econômico como elemento essencial de promoção da segurança nacional, os militares procuraram desenvolver a infra-estrutura produtiva, o que incluiu o setor de comunicações, no interior do qual os maiores privilegiados foram os grupos televisivos,⁷⁶ beneficiados por uma política modernizadora para o setor de telecomunicações, baseadas em inúmeras iniciativas como a criação da Embratel, interligando todo o território nacional através de um sistema de microondas via satélite, a associação do Brasil ao Sistema Internacional de Satélites (Intelsat) e a criação do Ministério das Comunicações em 1967. Concatenada a um outro pilar da Doutrina, essas iniciativas visavam contribuir, por meio desse sistema de comunicações, com a “integração nacional” e com a “integração social” da nação. Essa política reflete a importância política atribuída pelos militares aos meios de comunicação de massa, da seguinte maneira teorizados no *Manual Básico*⁷⁷ da ESG:

Constitui o instrumento pelo qual se dá a interação e o vínculo próprio para a difusão das correntes de opinião. É óbvia sua influência sobre a Expressão Política. Sua importância cresce quando se considera os meios de comunicação de massa, cuja influência sobre o povo e sobre a cultura não precisa ser realçada, porquanto possibilitam a rápida divulgação de fatos, idéias, sentimentos e emoções, atingindo, num espaço de tempo muito curto, uma grande área de população. Quando se utilizam meios eletrônicos, encurtando distâncias e permitindo amplíssima difusão de receptores, criam-se possibilidades insondáveis para a comunicação direta a uma grande massa de pessoas. Desse modo é possível, inclusive, criar – em pouquíssimo tempo – estados emocionais coletivos. Como quer que seja, os meios de comunicação de massa constituem um instrumento poderosíssimo para a célere e padronizada difusão de idéias, criação de estados emocionais, alteração de hábitos e atitudes.

Bem utilizado pelas elites, constituir-se-ão em fator muito importante o aprimoramento dos componentes da Expressão Política; utilizados tendenciosamente, podem gerar e incrementar inconformismos.⁷⁸

Dado esse reconhecimento à importância dos meios de comunicação de massa, é possível notar que suas potencialidades são percebidas em duas frentes, podendo converter-se em instrumento a favor ou contra o regime, daí a importância da dimensão do

⁷⁶ Sobre isso, no que diz respeito ao surgimento da Rede Globo de Comunicações, ver, por exemplo, CARVALHO, Elizabeth et alii. *Anos 70/televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

⁷⁷ No *Manual Básico* se encontra codificada a doutrina da ESG, ele teve edições em 1973, 1976, 1977/78 e 1986.

⁷⁸ Escola Superior de Guerra. op. cit., p.308.

controle, que se realiza propriamente com a prática institucional da censura. Nesse sentido, Ortiz argumenta que a prática da censura manifesta-se por duas vias: uma repressiva e outra disciplinadora. A primeira, mais evidente, é aquela que diz “não”, que fecha jornais, impede a veiculação de determinada notícia ou opinião, proíbe músicas, peças teatrais, que se impõe pelo veto e pela proibição direta. A segunda é mais sutil e opera adaptando perspectivas, definindo orientações, como a decidir o que deve ser divulgado, de modo que, aqueles que querem dizer, acabam por moldarem o que será dito, evitando assim incorrerem no veto, próprio da primeira modalidade de censura. Trata-se, podemos dizer, de uma censura *a priori*, que evita a enunciação de posturas divergentes da perspectiva do regime antes mesmo que elas sejam manifestadas através de uma auto-regulação pelo próprio sujeito enunciador: artistas, jornais, revistas, televisão.⁷⁹

No campo da produção cultural e dos meios de comunicação, essa modulação de perspectiva, própria dessa face disciplinadora da censura, obedece a um importante dispositivo do regime, ao qual Ortiz se refere como “censura econômica”. Como vimos de acordo com a definição de Aquino, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* por integrarem a grande imprensa do período, dependiam, para funcionarem, não apenas dos recursos oriundos de suas vendas das bancas, mas sobretudo careciam de um alto financiamento publicitário para continuarem existindo. Dessa forma, é preciso considerar que, no caso brasileiro, o recurso oriundo da publicidade feita para o Estado representa uma parcela muito significativa da receita das revistas. Nesse sentido, Ortiz constata que “a evolução do mercado de propaganda no Brasil está intimamente associada ao Estado, que é um dos principais anunciantes”.⁸⁰ Desagradar ao Estado poderia implicar em redução de receita publicitária, logo não só evita-se o que não deve ser publicado, como, em contra-partida, fomentam-se dizeres que agradem ao preço de mais financiamento, daí a operacionalidade da “censura econômica”.

As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* se relacionaram bem com essa prática. Afinal, agradar ao poder como prerrogativa de benefícios particulares não é nenhuma novidade para esses veículos. Trata-se, ao contrário, de prática comum das revistas, desde que foram inauguradas. No interior de uma lógica clientelista, esses veículos souberam como bem transitar e se relacionar historicamente com os círculos dominantes do poder político, como discutiremos adiante, ao reportarmos à história dessas revistas. Dessa

⁷⁹ Idem. p. 114-115.

⁸⁰ Idem. p. 121.

forma, como exemplo, é representativo o caso das “matérias recomendadas”, que já nos anos 1940 fazem-se presentes nas edições de *O Cruzeiro* à determinação de seu dono, Assis Chateaubriand. “As chamadas ‘matérias recomendadas’ sempre focalizavam com exagero os festejos e comemorações, cujo único objetivo às vezes era agradar aos poderosos”.⁸¹

Dentro do período que abrange propriamente a ditadura militar, em 1972 Joaquim Lagreca assume a direção comercial de *O Cruzeiro*. Habilidade angariador de matérias pagas, uma prática difundida na redação em meados dos anos 1960, sugere o que entendia como a solução para o saneamento da dívida da revista. Tratava-se de uma nova modalidade de matéria paga que, travestidas de caráter jornalístico, funcionaria de modo aos órgãos do governo sugerirem empreendimentos – obras e ações em realização ou a serem realizadas – se ocupando a revista de publicá-los. Em contra partida, o governo entraria com uma ajuda financeira na forma de uma cota mensal de publicidade. Exemplo desse tipo de prática é o caso das comemorações a propósito do sesquicentenário da independência em 1972 que, promovidas pelo regime, renderam uma edição especial em *O Cruzeiro* com 294 páginas coloridas de reportagens, financiadas em sua maioria pelo governo federal e alguns governos estaduais.⁸² Assim, o apoio ao regime significava ampliar a força política do veículo, como também se convertia em uma considerável fonte de renda. Ou seja, fazia-se um bom negócio ao se dizer bem do regime.

Ainda sobre os meios de comunicação de massa, um outro trecho do *Manual Básico* da ESG faz a seguinte avaliação: “característica importante da comunicação de massa e social sob o ponto de vista do Poder é que seus meios não só influenciam a ordem política, econômica, social e militar em que atuam como, também, são influenciados por ela”.⁸³ Percebe-se a compreensão de uma relação entre o poder político e os meios de comunicação que obedece a lógica de uma via de mão dupla, ou seja, esses meios servem e se servem do poder. É no interior desse quadro político e econômico bem particular que, essas revistas, embora dirigidas para um público diversificado e voltadas para o entretenimento, não se enganem, imiscuíram-se efetivamente na vida política nacional.

⁸¹ ACCIOLY NETTO, Antônio. op. cit., p.85.

⁸² CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*: David Nasser e *O Cruzeiro*. p. 521-522.

⁸³ Escola Superior de Guerra. op. cit., p.365.

1.4 O *Cruzeiro* e *Manchete* - história, política e poder

Tanto *O Cruzeiro* quanto *Manchete* tiveram marcante participação em importantes acontecimentos da história política brasileira. Reportar às suas histórias, percorrendo um itinerário que prestigie essa face política, permite perceber o traço de uma tradição que, fundada na compreensão da imprensa como destacado agente político, desde de seus primórdios intervindo diretamente nos assuntos nacionais de natureza política, dão a perceber a inextricável atuação desses veículos com a vida política brasileira em seu período republicano, numa relação de instrumentalização mútua: mídia e poder. Ignorar essas relações, que se dão muitas vezes de maneira promíscua, é perder muito em potencial explicativo sobre a história política do país.

Ao iniciar por *O Cruzeiro*, há de se destacar que a revista refletiu as oscilações políticas do seu dono, que se expressaram no seu apoio à causa da Aliança Liberal em 1929, e o respectivo engajamento na conspiração que desencadeou o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930, à frente do Governo Provisório. Posteriormente, na crítica a esse governo, por ele reiteradamente referenciado como uma ditadura, no apoio à Revolução Constitucionalista de 1932. Malgrado o movimento, teve conseqüentemente sua deportação decretada e *O Cruzeiro* saiu de circulação por um mês. Por volta de 1932, antes da Assembléia Constituinte em novembro de 1933, reconciliou-se com Vargas, atuando como importante apoiador do Estado Novo, iniciado em 1937. Com a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo em 1945, apóia a democratização do país e volta novamente a atacar Vargas. Entretanto, em 1950, apoiou a candidatura do político gaúcho, mas não demorou muito. Após a eleição de Getúlio, colocou-se novamente na oposição, agora se expressando também no parlamento, uma vez eleito Senador pela Paraíba. Apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek, colocou-se contra Jânio Quadros, apoiou a posse de João Goulart, mas, opondo-se ao seu governo, participou ativamente da conspiração que levou ao Golpe de 1964.

Assis Chateaubriand faz jus a feliz definição de Bernardo Kucinski, para quem os barões da imprensa desse momento da história brasileira eram “chantagistas que se imiscuíam no jogo regular de poder das elites dominantes”.⁸⁴ Escreveu Adolpho Bloch, um de seus principais concorrentes: “ele é uma personagem que Shakespeare teria medo de

⁸⁴ KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome da antena parabólica*. p. 167.

usar”.⁸⁵ Dessa maneira, esse paraibano de Umbuzeiro radicado em Recife, que ganharia notoriedade pública nacional no Rio de Janeiro, tornou-se o mais importante nome do setor de comunicações no Brasil até o final dos anos 1960. Assim, barganhava sua atuação na vida política do país utilizando-se do império de comunicação que construía. Para se ter uma idéia, os Diários Associados, como se chamava o seu grupo,

em 1956, período de expansão, tinham trinta e um jornais, cinco revistas, vinte e uma emissoras de rádio, três estações de televisão, uma agência telegráfica, duas agências de representação e duas empresas industriais. *O Cruzeiro*, para empregar a imagem mais usada pelos entrevistados, era uma espécie de TV Globo da época.⁸⁶

O Cruzeiro era o órgão mais destacado de sua cadeia. Foi publicada entre os anos de 1928 e 1975.⁸⁷ Com seus 46 anos de existência, é apontada como, possivelmente, uma das maiores revistas da América Latina, e representou indiscutivelmente o mais expressivo e importante periódico brasileiro, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960. A revista, a exemplo dos demais veículos dos Associados, refletiu em sua publicação as flutuações das posições políticas de Chateaubriand, que de maneira muito habilidosa e muitas vezes assumindo posturas aparentemente contraditórias, manteve-se sempre presente de maneira ativa na vida política nacional. Tratava-se de uma revista com grande projeção, que foi mantida geralmente associada aos grandes círculos do poder político – seus repórteres transitavam convenientemente e com conforto nessa esfera, em um constante jogo de interesses, com arrojados acordos e negociações. David Nasser, seu mais importante e polêmico repórter entre os anos 50 e 70, é bem ilustrativo ao definir esse gosto pelo poder e o conjunto de práticas que o sustentou: “O melhor é ter um empório de palavras, sem filiais, sem complicações, uma casa de alto luxo, sem muita clientela, mas

⁸⁵ CARVALHO, Luiz Maklouf. op. cit., p.488.

⁸⁶ Idem. p. 20.

⁸⁷ Esse recorte corresponde ao período em que *O Cruzeiro* pertencia aos Diários Associados. Em 1979 a revista voltou a circular, porém nada mais tinha a ver com o grupo fundado por Chateaubriand: tratava-se de um empreendimento particular de Hélio Bianco e Joaquim José Freire Lagrecia – ambos ex-funcionários da Revista – que sob essa direção circularia por apenas mais um ano. Novamente vendida, passaria pelas mãos da Editora Von Baumgarther Indústria e Comércio Ltda., e em seguida seria vendida para a A. A. Editores Associados Ltda. Malogrados sucessivos empreendimentos, a revista foi definitivamente fechada em 1981.

selecionada – vendendo pouco a poucos, para vender caro a mercadoria da opinião, no supermercado da imprensa venal e rica”.⁸⁸

Não cabe aqui percorrer toda a história de *O Cruzeiro*, pormenorizando em que medida o posicionamento político de Chateaubriand reverberou em suas páginas. Mesmo porque se trataria de uma empreitada que demandaria um estudo particular, tendo em vista que a história de *O Cruzeiro* se confunde com um período considerável da história republicana do país. Entretanto, entende-se que a explicitação dessa vinculação é muito ilustrativa da prática política dessa revista, não podendo ser aqui negligenciada, sobretudo por se entender que, de alguma maneira, sua explanação corrobora com a elucidação do problema sobre o qual se debruça este trabalho. Dessa forma, do amplo período e conjunto de acontecimentos possíveis de serem abordados, apenas dois momentos particularmente importantes serão aqui destacados: em primeiro, a aproximação com Getúlio Vargas, que se confunde com a criação da revista e o respectivo apoio da mesma ao golpe de 1930; em seguida, as intrigas com João Goulart e a respectiva associação à conspiração que a levaria a saudar o golpe de 1964.

O primeiro contato entre Chateaubriand e Vargas se deu em fins dos anos 1920. Então deputado federal pelo Rio Grande do Sul, o político gaúcho pediu a seu companheiro de bancada, o deputado Lindolfo Collor, que lhe apresentasse a Chateaubriand. Lindolfo, além de deputado também era jornalista, e trabalhava como redator-chefe do jornal governista *O País*. Chateaubriand, no fim daqueles anos 1920, ganhara notoriedade no Rio de Janeiro, despertando o interesse de Vargas. Na primeira conversa entre os dois, aquele paraibano recém-chegado do “norte” falou de sua pretensão em construir uma cadeia nacional de informação, almejando a criação ou compra de novos jornais no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A dimensão da integração nacional por meio da comunicação que porta esse projeto entusiasmou Vargas, que passou a freqüentar assiduamente a redação de seu *O Jornal*, único veículo de Chateaubriand naquele momento que, com sede no Rio, fora adquirido em 1924.⁸⁹

A oposição aberta de Chateaubriand ao presidente Washington Luís não abalou a sua relação com Vargas, que a final de contas era o então ministro da fazenda. Esse continuou freqüentando a redação de *O Jornal*, munindo-o, ainda, de importantes informações referentes ao seu ministério, além de outras informações pertinentes à esfera

⁸⁸ Idem. p. 62.

⁸⁹ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. p. 144-145.

federal e à política nacional, como é o caso da sigilosa punição ao general Nepomuceno Costa, recebida pelo ministro da guerra, o general Nestor Sezefebre que, revelada por Vargas a Chateaubriand, tornou-se uma manchete de *O Jornal*, cujo artigo foi escrito pelo seu dono. Em 1927, Chateaubriand recebe de Vargas em primeira mão a notícia de que ele seria candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Essa nova guinada política de Vargas incide no estreitamento da relação entre os dois. Segundo Fernando Morais,

É impossível afirmar que razões levaram Chateaubriand, a partir de então, a colocar seus jornais, e sobretudo o influente *O Jornal*, escancaradamente a serviço de Vargas. Pode ter sido apenas uma retribuição aos favores que lhe prestava o gaúcho – afinal, à época apenas mais um político de importância regional. Mas a raiz desse apoio poderia muito bem estar no apurado olfato político de Chateaubriand, capaz de farejar, a anos ou quilômetros de distância, a canoa certa em que embrenhar. A verdade é que Getúlio Vargas passaria a ser o objeto freqüente e preferencial de seus artigos de primeira página em *O Jornal* e no *Diário da Noite Paulista* [esse adquirido em 1925].⁹⁰

Inicia-se dessa maneira uma campanha aberta em seus jornais no que diz respeito à promoção de Vargas. Inflando as virtudes políticas do governador eleito, anuncia-o como importante força à eleição presidencial, que ocorreria dali a dois anos, já o insinuando como uma alternativa à política do café-com-leite, que há quarenta anos elegia quase que sucessivamente um paulista ou um mineiro à presidência da república. Diz ele: “Vargas é a novidade que o Brasil saúda como o novo sol”.⁹¹ Se por tino político ou gratidão, o certo é que Getúlio e o seu grupo político se constituiriam em importantes incentivadores dos empreendimentos de Chateaubriand desde que se seguiu o primeiro encontro entre os dois. Dessa forma, a criação de *O Cruzeiro* é fruto direto da intervenção de Vargas, que “não deixou dúvidas quanto ao interesse no potencial político da nova revista”.⁹²

Em 1927, quando ainda era ministro da Fazenda do governo de Washington Luís, foi procurado por Chateaubriand para apresentar-lhe o projeto de uma revista ilustrada que teria circulação nacional em todo o Brasil. O projeto inicial da revista não era originalmente seu, e sim do jornalista português Carlos Malheiros Dias, que chegou a

⁹⁰ Idem. p. 175.

⁹¹ Idem. p. 175-176.

⁹² *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol.2. p. 1727.

iniciar o projeto, o que resultou inclusive na construção de uma modesta editora para esse fim, mas, em função de problemas financeiros, estava prestes a encerrá-lo, de modo que resolveu vendê-lo. Ao saber que Dias estava disposto a se desfazer do projeto, Chateaubriand interessou-se em assumir o controle do empreendimento, o que lhe custaria a importância de quinhentos contos de réis. Esse dinheiro, que Chateaubriand não tinha, o levou a procurar Vargas. A revista que descreveu ao ministro era bem mais ambiciosa que a revista de Dias. Chateaubriand falava-lhe de *Cruzeiro*⁹³, uma revista feita em papel couchê, impressa em Buenos Aires em sistema de rotogravura com quatro cores, sendo repleta de imagens fotográficas e com textos escritos pelos principais articulistas do Brasil e do exterior. Sua circulação seria semanal, com tiragem de cinquenta mil exemplares a serem distribuídos em todas as capitais e principais cidades do país. Vargas entusiasmou-se com a revista, intercedendo junto ao recente por ele nomeado presidente do Banco do Brasil, o banqueiro Antônio Mostardeiro, de modo a conseguir um empréstimo no valor de duzentos e cinquenta contos de réis necessários ao lançamento da revista, então ocorrido em 10 de novembro de 1928.⁹⁴ Selam-se dessa forma laços de compadrio que seriam marcados por muitas idas e vindas e que, ao sabor das reviravoltas da política nacional, produziria promoção, ataques, intervenção e reconciliações entre Vargas e a revista que ajudara viabilizar.

Com as eleições presidenciais se avizinhand, Chateaubriand coloca o time em campo e ataca a política do café-com-leite em janeiro de 1929, no editorial do seu *O Diário de São Paulo*, lançado por ele nesse mesmo ano. Propunha o fim dessa prática e sugeria que do Rio Grande do Sul poderia vir um candidato a suplantiar o rodízio entre Minas e São Paulo na alternância de poder que esses dois Estados articulavam para sucederem representantes seus na presidência da república desde 1894. Avaliando a conjuntura política pré-eleitoral no esforço de pensar estratégias de inserção da candidatura de Vargas na busca de apoio ao candidato gaúcho, Fernando Morais argumenta que Chateaubriand foi peça-chave ao interceder junto ao presidente de Minas Gerais, Carlos Ribeiro de Andrada, no sentido de demovê-lo da idéia de lançar-se candidato, permitindo que Vargas o fosse, no estabelecimento do acordo de criação da Aliança Liberal que, fazendo frente ao Catete, lançaria Vargas como candidato e João Pessoa, governador da Paraíba, como vice.

⁹³ A revista foi lançada com o título de *Cruzeiro*, sendo o *O* incorporado apenas posteriormente.

⁹⁴ MORAIS, Fernando. op. cit., p. 177.

Valendo-se de recursos financeiros da Aliança Liberal, Chateaubriand lança mais um jornal no Rio, o *Diário da Noite*, e compra o mineiro *O Estado de Minas*, além de importar dos Estados Unidos cinco monumentais impressoras de rotogravura para rodar a revista *O Cruzeiro* no Brasil. Iniciada a campanha, o alinhamento da revista à causa aliancista tornou-se evidente. Segundo Fernando Moraes,

Os diretores e editores de suas publicações recebiam, simultaneamente, ordem para que toda a rede fosse colocada à disposição da campanha eleitoral aliancista. Já circulando com o *O* inicial, *O Cruzeiro* inundava páginas e páginas com coberturas fotográficas de rigorosamente tudo o que fizesse a dobradinha Getúlio Vargas - João Pessoa: para cada página à dupla Júlio Prestes - Vital Soares, Getúlio e João pessoa recebiam sete, oito páginas repletas de fotografias.⁹⁵

São conhecidos os desdobramentos que conduziram a vitória eleitoral de Júlio Prestes e a respectiva conspiração que levou ao levante militar que, em 21 dias, depôs o presidente Washington Luís, de modo que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. Para Moraes, “o prestígio de que Chateaubriand desfrutava junto ao alto comando aliancista não era apenas um reconhecimento aos serviços prestados por seus jornais e por *Cruzeiro* à causa da aliança Liberal. Ele era considerado um dos membros do primeiro e mais fechado círculo da conspiração”.⁹⁶ No decorrer dos acontecimentos, *O Cruzeiro* teve participação importante, sobretudo no que diz respeito ao enfoque dado à cobertura do caso do assassinato de João Pessoa que, vítima de um crime passional, foi morto com dois tiros em uma confeitaria em Recife. Alegando-se crime político, sua morte representou uma importante arma política contra Júlio Prestes. Em oito páginas que tratavam propriamente do funeral do candidato a vice-presidente, depois de seguidas edições abordando a questão, a revista transformou o “enterro da vítima de um crime passional em uma colossal apoteose política”.⁹⁷ Instaurado o Governo Provisório, sucessivas edições da revista se prestaram a saudá-lo, em uma nítida expressão de apoio a Vargas. Com uma foto de Getúlio na capa, a edição de 8 de novembro de 1930, estampava: “Um sorriso que promete a vitória”, em matéria afirmava que “as forças armadas e a população restauraram a paz no

⁹⁵ Idem. p. 208.

⁹⁶ Idem. p. 204.

⁹⁷ Idem. p. 221.

Brasil”. No final do ano foi lançada uma edição especial intitulada: “A revolução nacional: documentos para a história”. Porém o mais significativo foi a iniciativa de mudar a numeração da revista, que passou a ser contada novamente a partir do número um, apesar de seus três anos de circulação. Justificava-se dizendo que com isso a revista e o país renasciam com a revolução.⁹⁸

Dezenove anos depois, Chateaubriand, que já estava morando alguns anos em São Paulo, fixa residência no número 55 da rua Polônia, no Jardim Europa. Manda erguer ali a réplica de um solar construído em São Luiz do Maranhão no ano de 1873. Pintado de amarelo, na porta do casarão, a inscrição em uma placa dizia: “Casa Amarela – Recife”. Tetraplégico e com muita dificuldade para falar, decorrente de uma trombose cerebral que o acometeu em fevereiro de 1960, Chateaubriand continuaria a escrever, valendo-se de uma engenhoca criada pela IBM. No alto de seus artigos diários lia-se “Da Casa Amarela - São Paulo”. Trinta e três anos depois do início da conspiração que levou Vargas ao poder, a tetraplegia não afastaria o dono de *O Cruzeiro* da vida política nacional, de modo que a Casa Amarela “se transformaria num ponto obrigatório de encontro de civis e militares ostensivamente empenhados na derrubada do presidente João Goulart”.⁹⁹

O dispendioso e deficitário empreendimento que foi *O Cruzeiro Internacional*, somado a crises administrativas, a melhoria da qualidade da concorrência (no caso, a revista *Manchete*) e, sobretudo, as dívidas com os bancos governamentais e com a Previdência Social, acumuladas após anos de sistemática sonegação de impostos, levou a revista e, por conseguinte, os Diários Associados, a uma profunda crise econômica no início dos anos 1960. Nos debates públicos, os históricos desafetos dos Associados muniam-se do argumento da dívida pública para (contra-) atacarem o grupo. Foi assim com o Deputado Leonel Brizola, o concorrente Roberto Marinho e o Presidente da República João Goulart que, por sua vez, diante da oposição promovida pelos Associados, mais especificamente na pessoa do jornalista João Calmon, diretor da revista, ameaçou executar as dívidas do grupo com o Banco do Brasil e a Previdência Social.

Diante de tal ameaça, o então dono da maior rede de comunicações do país acirrou ainda mais as críticas a Jango, colocando todos os seus veículos na trincheira de combate ao seu governo, imiscuindo-se, inclusive, no embrião da conspiração civil-militar que levaria ao golpe de 1964. Após encontros com José de Magalhães Pinto, governador de

⁹⁸ *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol.2. p. 1728.

⁹⁹ MORAIS, Fernando. op. cit., p. 646.

Minas, e receber na Casa Amarela personagens como o general Olimpio Mourão Filho e Nelson de Melo, Chateaubriand se tornou parceiro do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), destacando Edmundo Monteiro como representante dos Associados no Instituto.¹⁰⁰ Há de se destacar, a esse propósito, o importante estudo realizado por René Armand Dreifuss, em que sustenta que a queda de João Goulart não ocorreu em decorrência de uma um golpe exclusivo das Forças Armadas, mas sim de um movimento civil-militar que teve suas bases também assentadas no empresariado do Rio e de São Paulo, então articulados em torno do complexo IPÊS / IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).¹⁰¹

No plano público, os artigos escritos por Chateaubriand voltaram-se contra importantes homens da base aliada de Jango, a exemplo do superintendente da Sudene, Celso Furtado, do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes e Almiro Afonso, Ministro do Trabalho. Em *O Cruzeiro*, naturalmente alinhada à campanha difamatória do dono, coube ao seu principal redator e então diretor, David Nasser, um dos mais conhecidos jornalistas brasileiros e que fez fama ao lado do fotógrafo francês Jean Mazon, nos anos áureos da revista, conduzir as críticas ao governo. O alvo escolhido por Nasser foi o deputado federal e cunhado de Jango, Leonel Brizola. David se dedicava em suas duas páginas semanais da revista a afrontar o ex-governador gaúcho e, por conseguinte, o presidente. Com a queda de Jango e o desfecho do golpe, Chateaubriand assim escreveu-lhe: “Essa vitória teve com você um de seus mais formidáveis generais. Foi o maravilhoso anjo vingador”.¹⁰² As edições que se seguiram após o 31 de março são representativas da postura dos Associados e da revista, que saudaram o golpe. Em 10 de abril de 1964, uma edição extra estampava: “Edição histórica da Revolução”, destacando os seus “heróis”. Duas semanas após lia-se na capa: “Castelo Branco - o cérebro da Revolução”.¹⁰³

Lançada doze anos antes do golpe, em 26 de abril de 1952, a revista *Manchete* foi publicada até o ano de 2000. Foi criada por Adolfo Bloch, nascido na Ucrânia e emigrante com a família para o Brasil após a Revolução Russa, de 1917. Constituindo uma família de gráficos, os Bloch dão continuidade à sua atividade no Brasil ao se instalarem no Rio de Janeiro em 1922 com uma pequena gráfica em que imprimiam cartazes, folhetos e embalagens. Após trinta anos no mercado gráfico nacional, Adolfo Bloch decide criar

¹⁰⁰ Idem. p. 637-639.

¹⁰¹ ver DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*.

¹⁰² CARVALHO, Luiz Maklouf. op. cit., p.430.

¹⁰³ *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol.2. p. 1729.

uma revista semanal em cores para concorrer com o veículo dos Associados. Inspirada no modelo da francesa *Paris-Match*, a importância da imagem colorida, o uso da fotografia e o apuro gráfico dão a tônica à produção de *Manchete* que, no fim dos anos 1960, suplantaria *O Cruzeiro*, imersa em inúmeras crises.

A origem diversa de *Manchete* é destacada por Glauco Carneiro, para quem “um axioma da imprensa da época era o seguinte: *O Cruzeiro* é uma revista que se dá ao luxo de ter uma gráfica, enquanto *Manchete* é uma gráfica que se dá ao luxo de ter uma revista”.¹⁰⁴ Trata-se de uma origem diversa na medida em que, se por um lado, *O Cruzeiro* foi cunhada no interior de uma tradição de imprensa, *Manchete*, por outro, surge de um imperativo gráfico que a orientava inicialmente mais pelo apreço ao aspecto gráfico do que propriamente jornalístico do seu conteúdo. Faceta, entretanto, melhor privilegiada nos anos seguintes à sua criação, com a incorporação de importantes jornalistas para sua redação, no esforço de se alinhar beleza estética com informação. Nesse sentido, para Sodré, das revistas brasileiras do período, foi a *Manchete* “que levou mais longe, seguindo a fórmula francesa *Paris-Match*, a tecnologia da imagem: valorização da paginação, impressão bem cuidada, fotografias abundantes e selecionadas com apuro técnico”.¹⁰⁵

A propósito do anteriormente abordado sobre *O Cruzeiro*, também perscrutar a tradição de participação efetiva de *Manchete* na história política nacional, no que diz respeito a essa aparelhar-se de modo a fornecer suporte a candidatos, presidentes e/ ou regimes políticos, exige um recorte que, no caso da revista, se define tradicionalmente pelo seu apoio a Juscelino Kubitschek. Nesse sentido, formaram-se laços bastante estreitos que perduraram até a morte do ex-presidente, em 22 de agosto de 1976, sendo que, inclusive, por decisão da viúva, Sara Kubitschek, o corpo do ex-presidente foi velado nas dependências da sede de *Manchete*. No ano mesmo de sua fundação, a revista já indicava certa simpatia pelo político mineiro. Na sua edição de 23 ao falar sobre Juscelino, então governador de Minas Gerais, a revista já o sugeria como “provável futuro presidente da república”.¹⁰⁶ Então eleito presidente em 1955, a revista assumiu a sua bandeira do desenvolvimentismo, em uma defesa engajada das propostas de JK.

Marca de sua proposta editorial, esse perfil desenvolvimentista e otimista das potencialidades do Brasil, entretanto, é um traço de fundação da revista que coincide com o caráter do governo. Nesse sentido, justifica Roberto Muggiatti, diretor de redação de

¹⁰⁴ CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. p. 371.

¹⁰⁵ SODRE, Muniz. *Monopólio da fala: Função e linguagem da televisão no Brasil*. p.93.

¹⁰⁶ *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol.3. p. 3519.

Manchete, que a “revista tinha uma opção editorial centrada um pouco na filosofia de Adolpho Bloch, de não denúncia, de não mostrar coisas negativas, de elevar as coisas para cima”.¹⁰⁷ Em seu editorial da primeira edição lê-se:

Depois de trinta anos de trabalho como gráfico, resolvemos condensar numa revista semanal os resultado da nossa experiência técnica, convocando, para aproveitá-la, uma equipe de escritores, jornalistas, fotógrafos e ilustradores de primeira ordem. *Manchete* nasce no momento exato em que nos consideramos aparelhados para entregar ao Brasil uma revista de atualidade, correta e modernamente impressa. *Em todos os números, daremos páginas a cores – e faremos o possível para que essas cores se ponham sistematicamente a serviço da beleza do Brasil e das manifestações do seu progresso.*¹⁰⁸

Nessa época, para Sodré, as elites urbanas se deleitavam com a chamada “arrancada desenvolvimentista”, caracterizada, por exemplo, pela intensa mobilidade social e pela unificação do mercado interno. Nessa conjuntura, para o autor, “*Manchete* era o *medium* adequado para as elites desejosas de ver o mundo em imagens coloridas. [...] foi, na verdade, a precursora da televisão no Brasil”.¹⁰⁹

O apoio de *Manchete* tornou-se manifestadamente claro ao governo Kubitschek na cobertura que a revista fez da construção da nova capital federal, Brasília, que, ao seu turno, confundiu-se com o período de crescimento da revista, tendo implicação definitiva na sua afirmação enquanto uma das mais importantes revistas de circulação nacional da história do país. Nesse sentido, Justino Martins, que ocupou o cargo de diretor de redação da revista, escreve que:

O sucesso de *Manchete* está muito ligado ao sucesso de Brasília, da administração JK. Logo que cheguei ao Rio, de Paris, a Rhodia me convidou para acompanhar a feitura de umas fotografias de modas para um encarte que sairia em *Manchete*. [...] Quando voltei, disse para Adolpho: “estou de boca aberta com Brasília.” Acontece que a imprensa falava pouco da nova capital, porque achavam que era uma fonte de inflação. Publiquei uma pequena reportagem completa sobre o que estava

¹⁰⁷ CARNEIRO, Glauco. op. cit., p. 374.

¹⁰⁸ *Manchete* ano 1, número 1, 1952. (grifo nosso)

¹⁰⁹ SODRE, Muniz. *Monopólio da fala: Função e linguagem da televisão no Brasil*. p. 94.

acontecendo no Planalto. A partir daí, houve um boom de tiragem, de venda e, também de publicidade.¹¹⁰

Assis Chateaubriand manteve-se sempre avesso à construção de Brasília, escreve Moraes que “na tribuna do Senado ele ridicularizava a principal meta de JK [então candidato à presidência], a promessa de mudança da capital do país para o Centro-Oeste brasileiro, dizendo que ‘aquilo era conversa de político que não tem nada mais de útil pra colocar na cabeça’”.¹¹¹ A antipatia do dono pelo projeto refletiu na campanha hostil que *O Cruzeiro* sustentava contra a proposta do candidato de construir a nova capital.¹¹² Juscelino é eleito, e mesmo com o início das obras de construção de Brasília, relembra Murilo Melo Filho, jornalista e um dos fundadores de *Manchete*, que:

O Cruzeiro só publicava reportagens sobre Brasília como matéria paga da Novacap. Enquanto as revistas do mundo todo, *Time-Life*, *Paris Match*, estavam dando páginas e páginas sobre a inauguração da nova capital do Brasil, *O Cruzeiro* continuava aferrado à idéia de que só publicava Brasília como matéria paga.¹¹³

Enquanto isso, após uma viagem em 1957 para visitar as obras, Melo Filho retorna impressionado com a disposição do presidente, que o recebera no canteiro de obras, de modo que após uma reunião com os Bloch, diz: “Olha, vamos entrar nessa de Brasília, porque o homem é doido e vai construir Brasília”.¹¹⁴ Adolfo Bloch decidiu por apoiar a construção, o que se traduziu na instalação da primeira sucursal de uma empresa jornalística do país na nova capital,¹¹⁵ ainda durante as obras, e na realização de inúmeras reportagens na revista, que passou a tratar semanalmente do assunto, unindo-se assim o destino de *Manchete* aos planos de Kubitschek, e “ganhando definitivamente a simpatia de Juscelino e os favores oficiais daí decorrentes”.¹¹⁶ Além desse trânsito privilegiado, a aposta em Brasília significou um sucesso editorial com aumento da tiragem e do número

¹¹⁰ NASCIMENTO, Dirceu Torres. História. Apud SILVA, Silvana L. da. *Fotografia em revista: O fotojornalismo em O Cruzeiro e Manchete* durante os governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. p. 68.

¹¹¹ MORAIS, Fernando. op. cit., p. 573.

¹¹² CARNEIRO, Glauco. op. cit., p. 371.

¹¹³ MELO FILHO, Murilo. *Murilo Melo Filho (depoimento, 1998)*. p. 16.

¹¹⁴ Idem. p. 15.

¹¹⁵ *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol.3. p. 3520.

¹¹⁶ CARNEIRO, Glauco. op. cit., p. 371.

de anunciantes, assim como sua afirmação no mercado nacional de revistas. Em 21 de abril de 1960, a edição extra da revista a respeito de Brasília teve sua tiragem de 760 mil exemplares esgotada em 48 horas.¹¹⁷

Dessa forma, negligenciar a participação de *O Cruzeiro* e *Manchete* na história política do Brasil é descaracterizá-la. Embora de interesse variado, voltadas para um público heterogêneo e com nítido propósito de entretenimento, essas revistas, por outro lado, imiscuíram-se no jogo político, servindo e se servindo do poder. Esse breve retrospecto, ao abordar alguns acontecimentos balizados pelas suas respectivas fundações e o golpe de 1964, procurou atentar para esse viés eminentemente político, no esforço mesmo de qualificar esses veículos como importantes agentes políticos. Dessa maneira, elas assim historicamente se constituíram, de modo que suas atuações durante o regime militar, então o foco dessa pesquisa, responde a essa tradição que se funda na permanente tensão entre mídia e política, entre as revistas e o poder político.

¹¹⁷ *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol.3. p. 3520.

Capítulo 2

“Aqueles que pensaram o ‘Brasil grande’”: a geopolítica nacional e o “Brasil potência”

A construção da rodovia Transamazônica foi anunciada durante o governo Médici, no interior do Programa de Integração Nacional, em 1970. Sua construção se justifica como uma preocupação social, por representar uma alternativa às mazelas provocadas pelas secas do Nordeste, e um imperativo de segurança nacional, ao possibilitar a integração da Amazônia à soberania nacional. Economicamente incorporaria a Amazônia à economia do país, ampliando sua possibilidade de crescimento. Entretanto, associada à compreensão de um “destino manifesto da nação”, como marco constitutivo do “Brasil grande”, “Brasil potência”, deveria prestar-se a fornecer legitimidade ao regime militar. Nesse capítulo, discutiremos as motivações que levaram a construção da Transamazônica e a sua respectiva associação ao tema do “Brasil grande” no contexto do “milagre brasileiro”. Entretanto, o tema do “Brasil grande” se inscreve em uma tradição secular do imaginário social brasileiro e do pensamento militar brasileiro, traduzido na produção geopolítica nacional datada desde o início do século XX. Perscrutar e percorrer esse itinerário do “Brasil grande” também é o esforço empreendido neste capítulo.

2.1 Transamazônica – do Nordeste a caminho do Norte pela integração nacional

Em junho de 1970, o então presidente Emílio Garrastazu Médici visitou regiões do Nordeste do Brasil assoladas pela seca. A comitiva era composta pelos ministros da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento, dos Transportes e do Interior; os secretários dos Ministérios do Trabalho e da Saúde; o superintendente da Sudene, os diretores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e do Banco do Brasil; os generais comandantes do IV Exército e do Grupamento de Engenharia, o chefe do Gabinete Civil e Militar da Presidência, o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), os assessores imediatos do presidente e profissionais de imprensa.

Feita a incursão ao sertão nordestino e testemunhada a situação de calamidade em que viviam os flagelados, o presidente registrou suas impressões em um discurso proferido em 6 de junho de 1970, no Recife-PE. Neste, condenou a indústria da seca, as iniciativas “ingênuas” e “estéreis”, a corrupção e a desonestidade dos que fizeram o mau uso do dinheiro público destinado a investimentos de combate aos problemas provocados pelas secas, e disse ainda levantar-se contra os que não queriam que ele tomasse conhecimento daquele quadro. Declara:

Aqui vim para ver, com os olhos de minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre.

Agradeço a Deus a inspiração de fazer esta viagem de emergência: uma viagem inesperada, de flagrante, apressada, parando um pouco em cada lugar, para ver os homens e as coisas que eu queria ver.

Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Crateús e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugarejos mortos. Vi a poeira, o sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, vi a desolação. (...)

Ao fim desta viagem de que volto ainda mais determinado a cumprir minha missão, quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada, não prometo milagre, nem transmutação, nem dinheiro, nem favores, nem peço sacrifícios, nem votos, nem mobilizo a caridade. Só digo que tudo isso tem que começar a mudar. (...)

E hoje, nessa cidade do Recife, perante Governadores e Ministros, pensando no povo, particularmente no povo nordestino, quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, com a ajuda de

todos os brasileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar.¹

No avião no qual a comitiva retornava de Recife para o Rio de Janeiro é que a construção da Transamazônica foi imaginada como a ação que mudaria a face do Nordeste.² Chegando em Brasília, a imaginação materializou-se em lei. Foi instituído o Decreto-Lei n. 1106, de 16 de junho de 1970, que

Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.

“O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe faculta o artigo 55, item 11, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas da SUDENE e SUDAM [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia], decreta: (...)

Art. 2.º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”.³

Anunciada a construção da rodovia no dia 20, é divulgado o Edital n. 36/70, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), anunciando a concorrência pública para a construção das obras do primeiro trecho, as quais tiveram seu início formal em 9 de outubro de 1970. Vale destacar: apenas pouco mais de 4 meses após a visita do presidente ao Nordeste. Na ocasião, o general Médici encontrava-se presente descerrando placa com os dizeres:

Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde.

Altamira, 9-outubro-70⁴

¹ Pronunciamento do Presidente Médici, encerrando a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, em Recife, a 6-6-1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p. 71-77.

² Essa versão pode ser encontrada em: CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia*, p.170. Ou em: PEREIRA, Osny Duarte. *A Transamazônica*, p. 177.

³ BRASIL, Decreto-Lei n. 1.106 de 16 de junho de 1970.

⁴ *Manchete*, 14/10/1972, n. 1069, p.9.

A cerimônia foi realizada a cerca de 6 km da cidade de Altamira-PA, na margem esquerda do rio Xingu. Escolhido como marco simbólico de inauguração das obras de início da rodovia, foi também o mesmo local em que se inaugurou o seu primeiro trecho, com 1254 km, entre Estreito-MA e Itaituba-PA, em 27 de setembro de 1972. A propósito da solenidade, o ministro dos Transportes, Mário David Andreazza, fez um discurso que se encerra com os seguintes dizeres: “povoa-se, enfim, a Amazônia. Amplia-se o Brasil. A Pátria tem mais grandeza. E seus filhos, mais confiança em seus próprios destinos”.⁵ A inauguração do trecho contou ainda com a presença do presidente Médici, que descerrou uma placa em que se lê:

Retorno, depois de vinte e três meses, às paragens históricas do Rio Xingu, onde assistiu ao início da construção dessa imensa via de integração nacional, o Presidente Emílio Garrastazu Médici entregou hoje ao tráfego o primeiro grande segmento da Transamazônica, entre o Tocantins e Tapajós, traduzindo a *determinação do povo brasileiro de construir um grande e vigoroso país.*

Altamira, 27-setembro-1972⁶

O último trecho da rodovia entre Itaituba e Humaitá-AM, com 1070 km, foi entregue em 30 de janeiro de 1974 pelo mesmo presidente, em Jacareacanga-PA. Como pode se notar, a Transamazônica foi, portanto, obra do governo Médici. A placa de inauguração tem inscrito:

Quarenta meses após anunciar a construção da Transamazônica às margens distantes do Xingu, o presidente Emílio Garrastazu Médici retorna à Amazônia para, em Jacareacanga, nas barrancas do Tapajós entregar ao tráfego essa grande via de integração nacional, demonstrando do povo brasileiro de conquistar a imensa área verde e *construir um grande e vigoroso país.*

30-janeiro-1974⁷

⁵ Discurso do ministro dos Transportes Mário David Andreazza por ocasião da inauguração do trecho da Transamazônica, entre Estreito e Itaituba, a 27 de setembro de 1972. In: REBELO, Darino Castro. *Transamazônica: integração em marcha.* p.223.

⁶ *O Cruzeiro*, 11/10/1972, n. 41, p.6. (grifo nosso)

⁷ *O Cruzeiro*, 13/2/1974, n. 07, p.109. (grifo nosso)

Com essa inauguração-conclusão, a rodovia foi liberada ao tráfego em toda sua extensão. Partindo do Nordeste, a Transamazônica é o desdobramento natural de duas rodovias federais com origens em João Pessoa-PB e Recife, respectivamente. Na cidade de Picos-PI elas se confluem, sendo que a estrada penetra na região propriamente de selva a partir de Marabá-PA. Próximo a Itaituba, a Transamazônica entronca-se com a rodovia Cuiabá-Santarém, o segundo eixo principal na integração rodoviária nacional programada no PIN, somando mais de 3000 km que se articulam, por conseguinte, à malha rodoviária e às bacias fluviais do Nordeste e da Amazônia.⁸ O orçamento alocado para o PIN foi de 2 bilhões de cruzeiros para o exercício de 1971 a 1974, oriundos da contribuição do Imposto de Renda. Vinte por cento desse valor foi reservado para custeio da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, os demais oitenta por cento destinam-se a obras de infra-estrutura nas áreas cobertas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Por tratar-se, também, de um amplo plano de colonização da floresta e de reforma agrária, 10 km às margens direita e esquerda da estrada se destinaram a esses objetivos. A cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, ficou a tarefa de arquitetar o povoamento nessas faixas. Para tal, o Instituto estabeleceu o processo de colonização através de agrovilas, agrópolis e rurópolis. Essas são modalidades de ocupação da área que respondem a um nível hierárquico de complexidade, variando em função da demanda populacional a que devem atender. As agrovilas se constituíam nas menores unidades de povoamento, configurar-se-iam em pequenas comunidades que deveriam ser providas de serviços básicos como água, luz, serviço médico, escola, serralheria. Pretender-se-ia a instalação de uma agrovila a cada 10 km ao longo da rodovia. As agrópolis, por sua vez, são unidades de porte médio e se parecem com uma vila. Essas devem dispor de serviços assistenciais ligados ao abastecimento e entretenimento, como armazéns, olarias, praças. Cada agrópolis seria constituída por 4 agrovilas e deveriam ser instaladas a cada 40 km ao longo da estrada. Por fim, as rurópolis constituíam verdadeiras cidades devendo conter escolas, postos de saúde, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicação e do Ministério da Agricultura.

⁸ Ver mapa em anexo.

Essa preocupação com a colonização justificava-se como fruto de uma compreensão demográfica da problemática nordestina, sendo produto de uma conjuntura em que o governo Médici entendia que o Nordeste se encontrava com excesso de população, demandando recursos que o Estado não conseguiria suprir. Como alternativa, ambicionou-se criar uma estrutura que possibilitasse a migração de populações oriundas das regiões do semi-árido nordestino, bem como a parcela da população dos centros urbanos do Nordeste não absorvida pela economia local, mas que poderia ser integrada como mão-de-obra e/ou como colonos na Amazônia. Dessa forma, a Amazônia, compreendida pela região Norte do país, e também considerada como uma outra região problemática, é apresentada como o destino dessas populações. Amazônia e Nordeste se converteram dessa forma, na ótica dos militares, em um único problema que demandava soluções articuladas.

Portanto, o flagelo oriundo da seca do Nordeste era o foco do problema, de modo que se justificava no deslocamento populacional para a Amazônia a sua solução, além de significar a reorientação dos fluxos populacionais de nordestinos, que historicamente migravam para a região Sudeste. Dessa maneira, o PIN representou a tentativa de articular e integrar políticas públicas para a Amazônia e para o Nordeste com o propósito de reduzir os desníveis inter-regionais, de modo a produzir uma integração nacional que objetivava o desenvolvimento econômico articulado de todas as regiões do país.

Explica Médici:

Não posso falar à Amazônia sem pensar o Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de trinta milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna. Sei que essa pequena produção está nas mãos de um décimo da população daquela área.

Constato que por falta de uma infra-estrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do país, que estão a espera de braços para constituírem novos pólos de prosperidade e riqueza. Conheço todo o drama da sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas.

É, no entanto, a Amazônia, mais da metade do território nacional, podendo absorver muito mais que a população do que toda a população total do país. (...) Compreende-se afinal que, para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais teremos de desenvolver a

Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o país. (...)

Em síntese: ou crescemos juntos todos os brasileiros ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil.⁹

Articulavam-se as estratégias de desenvolvimento econômico da Amazônia com o Nordeste. São fortalecidas as ações da SUDENE e da SUDAM, ampliando suas atuações e fortalecendo-as com maior alocação de recursos para obras de infra-estrutura em suas regiões. Com o PIN é anunciada a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste, prevendo-se também investimentos em estradas menores, eletrificação rural, etc. Para a Amazônia, o princípio fundamental defendido ancorava-se no argumento de que era necessário integrar para desenvolver. Com esse propósito, articulavam-se duas linhas mestras, complementares e interdependentes: integração e ocupação econômica com desenvolvimento.

No caso do Nordeste, as primeiras ações da SUDENE datam da sua fundação, em dezembro de 1959, quando foi colocado à sua frente o economista Celso Furtado. Oriunda de uma nova compreensão da problemática nordestina, fez frente ao esvaziamento do Nordeste, partindo de um diagnóstico que não mais coloca o problema da seca como primordial, mas sim na existência de uma base produtiva estagnada e primária. Após o golpe de 1964, pensava-se que a viabilização do desenvolvimento das regiões do país passava diretamente pela reestruturação dos órgãos regionais (assim foi feito com a SUDENE). No rastro da historicidade das medidas tomadas pelos governos militares para incentivar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, Thomas Skidmore entende que o governo Castelo Branco estabeleceu prioridades que não contemplavam o Nordeste. Centrando-se na redução das despesas governamentais, fez muito pouco pela região. Costa e Silva, por sua vez, no início do governo se mostrou sensível ao problema, anunciando quais medidas seriam tomadas com o propósito de ajudar o Nordeste mediante a integração nacional. No entanto, apesar do aparente interesse, nenhuma medida efetiva, como a liberação de recursos significativos, foi tomada. Delfim Netto, seu ministro da Fazenda, empenhado na missão de fortalecer a economia nacional, não via boas razões para se

⁹ Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 8-10-1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p. 147-149.

investir em uma região cujo retorno econômico seria muito baixo.¹⁰ O Nordeste, região historicamente preterida, permanecia ignorado.

Dessa forma, o governo Médici, com a apresentação do PIN, justificado como a redenção do Nordeste e dos nordestinos, se apresentou sensível aos problemas de ordem econômica e social daquela região. O então ministro dos Transportes, Mario Andreazza, no pronunciamento feito na Câmara dos Deputados, em que apresentou as diretrizes da Transamazônica justificando as necessidades de sua construção, é enfático nesse sentido: “(...) desejo reportar-me à contingência do Nordeste, cuja face sofrida e terrivelmente angustiada pela seca, novamente contempla a face da própria Nação, senão mais e apenas para a assistência e para a comisseração, agora para o inescrutável e impostergável remédio que o nosso estágio de desenvolvimento impõe e a nossa tecnologia permite”.¹¹

No caso da Amazônia, as políticas de valorização e ocupação da região que, expressas em iniciativas governamentais e em ações de organismos públicos, a seu turno, remetem a uma primeira importante iniciativa de integração dada com a constituinte de 1946. Em seu artigo n. 199 instituía-se que não menos que três por cento da renda tributária da União deveria ser remetida a investimento na Amazônia por vinte anos, atendendo-se as diretrizes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que, por sua vez, foram definidas em 1953 por Getúlio Vargas. Para a execução do Plano foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Órgão diretamente vinculado à Presidência da República, elaborava um plano de atuação quinquenal que deveria ser submetido por aprovação do Congresso Nacional. Cumpria a função de coordenar a ação de órgãos do governo que atuassem na região, cabendo-lhe inclusive definir a distribuição a esses órgãos. Com o golpe de 1964, o Plano teve suas funções redefinidas em 1966, o que lhe garantiu maior e mais eficiente funcionalidade – guardadas as distinções entre o plano de 1953 e o de 1966, que não nos compete discutir aqui –, de modo que se extingue a SPVEA com essa redefinição, substituindo-a pela SUDAM, que passa a cumprir a função de coordenar e supervisionar a ação federal na região, fiscalizando inclusive o emprego de verbas destinadas ao Plano, que tinha o Banco da Amazônia S.A. (BASA) como agente financeiro. Contava com um conselho deliberativo composto por membros do alto escalão do governo e das Forças Armadas. Outro importante órgão de atuação na Amazônia, cuja origem reporta a 1934, é o INCRA. Nos

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*, p. 287-288.

¹¹ ANDREAZZA, Mario David. *Transamazônica*. p. 3-4.

anos de 1938, 1954, 1962, 1968 e 1969, os inúmeros órgãos governamentais que se ocupavam de questões referentes à divisão da terra passaram por importantes mudanças, até o surgimento do INCRA em 1970, durante o governo Médici. Nascido da necessidade de reformulação da política de colonização do Brasil, trata-se de um órgão com papel central no PIN:¹²

Juntamente às políticas de colonização, ao longo dos anos e dos governos, as políticas rodoviárias, segundo Fernando H. Cardoso e G. Muller, também representaram outro importante mecanismo de ocupação da Amazônia.¹³ A rodovia Belém-Brasília, realizada durante a gestão de Juscelino Kubitschek, pode ser considerada o primeiro importante empreendimento nesse sentido, um primeiro projeto de impacto para a penetração na floresta. Entretanto, é indiscutível e incomparável o esforço despendido na construção da rodovia Transamazônica. Ponderado o sensacionalismo dos discursos oficiais sobre a construção da estrada, inflacionado ainda mais nas propagandas governamentais e afins, há de se considerar que se tratou de um empreendimento de envergadura reconhecidamente grandiosa. Entretanto, justificada como a alternativa para os desolados do Nordeste e para a efetiva incorporação da Amazônia à economia nacional, estudiosos como Cardoso e Müller não conseguiram determinar claramente os motivos de tamanho esforço. Para Ariovaldo Umbelino Oliveira, em um livro publicado em 1988, a construção da estrada, assim como o próprio golpe em si, representou uma grande estratégia dos militares, os quais, arrogando um falso nacionalismo, associaram-se ao capital estrangeiro no esforço de saquearem os recursos minerais disponíveis na Amazônia, principalmente o minério de ferro. Embora o seu autor traga importantes informações, trata-se de um livro de denúncia que apresenta um caráter extremamente conspiratório na construção de uma argumentação, por conseguinte, bastante questionável.¹⁴ Sob um outro ponto de vista, argumentando no sentido do caráter contingente que evento pode portar, Osny Duarte Pereira publica um livro em 1971 no qual realiza uma extensa discussão em suas 360 páginas para avaliar as questões negativas e/ ou positivas que poderão implicar para o Brasil e para o regime a construção da Transamazônica. Para este autor, a decisão de construção da estrada pode ser qualificada como um “acidente emocional do Presidente Médici”.¹⁵ Anunciado o projeto de construção 10 dias após a visita do presidente ao

¹² CARDOSO, Fernando Henrique. MÜLLER, Geraldo. op. cit., p.110-137.

¹³ Idem. p.167-168.

¹⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. op. cit.

¹⁵ PEREIRA, Osny Duarte. op. cit. p.117.

nordeste, segundo Pereira, “observa-se um galope estranho, nunca antes verificado na história política do Brasil, uma pressa fora dos nossos hábitos e das normas tradicionais não apenas aqui, mas no mundo inteiro, onde decisões do destino das nações recebem prévia e ampla troca de idéias e estudos aprofundados”.¹⁶ Nesse sentido, no que se seguiu à construção, para Cardoso e Müller “nem a segurança nacional, por si, nem a exploração de minérios e muito menos a colonização foram expressas e avaliadas nos planos (quais?) da construção da estrada”.¹⁷ Dessa forma, lança-se um questionamento em dois sentidos: no que diz respeito à sua concepção e no que diz respeito à sua realização. Por um lado percebe-se, exceto em Oliveira, o questionamento sobre as razões que efetivamente motivaram os planos de construção da Transamazônica. Por outro lado, questionam a falta de planejamento para a sua realização. A Transamazônica é entendida aqui em todo o complexo de colonização e propósito de desenvolvimento econômico que envolve o PIN:

Nesse rastro, apontando para a questão do estabelecimento de prioridades, os críticos atacavam a construção alegando a inexistência de estudos de viabilidade econômica que consubstanciasse o projeto, de modo a sugerirem alternativas que respondessem à prudência econômica por serem mais seguros quanto as suas viabilidades. No interior desse debate o governo contra-argumentava, na figura do economista Roberto Campos – ministro de Estado e Planejamento durante o governo Castelo Branco, justificando que “se os portugueses tivessem feito estudos de viabilidade, desistiriam da Índia obsessiva em favor do Brasil aprazível”. Esvaziado em termos de conteúdo, esse tipo de argumento ganha em valor retórico. Comparar a Transamazônica às grandes navegações do século XVI é tanto atribuir um valor de grandeza à estrada, como transformar em indolentes as vozes que ponderavam as limitações objetivas de sua realização. Seguindo a mesma estratégia discursiva, Delfim Netto – então ministro da Fazenda do Governo Médici –, argumentava que “se Cabral tivesse de fazer estudos de viabilidade, não conseguiria descobrir o Brasil”.¹⁸ Embora com significativo valor retórico, o argumento dos ministros expõe a fragilidade do regime em lidar com esse tipo de questionamento. Cabe ressaltar que esse tipo de elaboração argumentativa gera um certo espanto quando, sobretudo, relacionados aos seus sujeitos enunciativos, por serem homens de rigorosa formação técnica e reconhecidos tecnocratas. Médici também não se furtou a esse debate, justificando que

¹⁶ Idem. p.9.

¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. MÜLLER, Geraldo. op. cit., p177.

¹⁸ Cf. MELO Filho, Murilo. *O Milagre Brasileiro*, p. 294-295.

Seria insano realizar, aqui e nessa hora, um grande projeto de desenvolvimento puramente regional, que desviasse poupança e créditos capazes de gerar riquezas maiores e mais rápidas noutras regiões. Muito mais insano seria, no entanto, ignorar a Amazônia, usando rígidos critérios de viabilidade econômica e *deixá-la ainda envolta no passado e ainda envolta no mistério*, sempre vulnerável a infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante, que se alimenta e se fermenta em nossa incúria.¹⁹

O ministro Andreazza, em pronunciamento ministerial de julho de 1970, na Câmara dos Deputados, referido anteriormente, ensejou ocasião em que discutiu a viabilidade econômica do projeto. Argumentando a dificuldade de se avaliar os benefícios diretos e indiretos da construção, justifica que “empreendimentos como os do Programa de Integração Nacional, por conseguinte, não podem ser analisados à luz fria dos critérios ortodoxos usuais nos estudos de viabilidade econômica (...)”. Segundo ele, os benefícios que o programa trará são de difícil quantificação. Dentre os questionamentos que lança para justificar seu argumento, destacamos um no tocante à compreensão da Transamazônica como um imperativo de segurança nacional que nos permite uma ponte com nosso próximo problema, diz: “Qual o valor a atribuir à ocupação territorial como instrumento de garantia da soberania nacional nessas áreas até então despovoadas?”.

A questão da soberania nacional constitui-se, juntamente à problemática nordestina, no outro eixo sobre o qual se assentam os argumentos do governo no esforço de justificar a Transamazônica. “Se constituirá em fator marcante para a Segurança Nacional, pela efetiva ocupação territorial da Amazônia”, afirma o ministro em seu pronunciamento à Câmara. Para o general Golbery do Couto Silva, em sua *Geopolítica do Brasil*, o território brasileiro era interpretado como portador de dimensões continentais, configurado por áreas desigualmente ocupadas cuja “integração e valorização daquele imenso mundo ainda perdido”, a Amazônia, era uma questão central.²⁰ Trata-se de uma orientação geopolítica preocupada com a “ocupação de vazios” territoriais. Golbery alertava em 1957, referindo-se à Amazônia que “é preciso que não esqueçamos que o vácuo de poder, como

¹⁹ Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 8-10-1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p. 146. (grifo nosso)

²⁰ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*.

centro de baixas pressões, atraí de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça”. Sugere que:

(...) portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais, e estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração.²¹

O controle efetivo da Amazônia era uma preocupação para o governo militar, sobretudo se considerarmos que essa sempre foi uma das principais atribuições do Exército, associada ao controle das fronteiras territoriais. Tornou-se comum no período o slogan “integrar para não entregar”. Representando aproximadamente cinquenta por cento do território nacional e com densidade populacional inferior a um habitante por km², a proposta era “conquistar meio Brasil para os brasileiros”, uma vez que esse controle impediria especulações externas quanto à melhor administração daquela região que, por ser considerada o pulmão do mundo, assumia um caráter cosmopolita. Conclui Andreazza que “a Transamazônica foi, sem dúvida alguma, um golpe fulminante nas ambições estrangeiras que sempre puseram os olhos sobre o imenso mundo verde que só a nós pertence”.²²

Depreende-se que a decisão de construção da Transamazônica foi justificada por duas razões distintas, no entanto, complementares na medida em que são marcadas por considerações econômicas. Por um lado estão as justificativas estratégicas, de uma geopolítica da “ocupação dos vazios”, e por outro uma preocupação demográfica, de cunho social, no tocante ao excesso de população nos centros urbanos do Nordeste e ao flagelo provocado pela seca. A Transamazônica, no interior do conjunto de iniciativas que constituem o PIN, representa portanto uma obra síntese dos pressupostos do regime, uma vez que congrega em si as três principais tarefas das quais os militares se prontificaram desde o golpe de 1964, que são: a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional.

²¹ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, O poder executivo e Geopolítica do Brasil*. p.43.

²² *Manchete*, 27/9/1975, n. 1023, p.10.

Interessa-nos, entretanto, para os fins dessa pesquisa, explorar uma outra dimensão que envolve a construção da estrada, propriamente no que diz respeito à constelação simbólica a ela imbricada. A liturgia do poder possui capacidade de simbolizar coisas, atribuindo-lhes sentidos particulares. Dessa forma, uma questão aparentemente de fundo atravessa o estoque de argumentos daqueles que advogam a construção da Transamazônica. Trata-se de associá-la à imagem do “Brasil grande”, como marco representativo da competência dos brasileiros em construir um país apto a tornar-se uma potência mundial. O descerrar das placas de inauguração representariam o descerrar das cortinas do futuro, no esforço de se “construir um grande e vigoroso país”, como constam nos dizeres.

Essa dimensão simbólica fora outrora assinalada por Cardoso e Müller. Interessados em entender como o capitalismo penetrou em uma região tão particular, em que o trabalho assalariado coexiste com formas compulsórias de trabalho, é que produziram um estudo sobre a Amazônia, no interior das discussões do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Debruçaram-se obrigatoriamente sobre a Transamazônica, via pioneira de viabilização desse acesso. Entretanto apontam, embora não discutam, que, para além da expansão do capitalismo, a Transamazônica possui uma dimensão simbólica e efetiva no que diz respeito à formação e à integração do território brasileiro, alimentando a compreensão de uma afirmação de nacionalidade, passo constituinte à realização de um destino manifesto (Grande Potência).²³ Chegam os autores a questionar as motivações originárias – social e geopolítica – que serviram para justificar a estrada, sugerindo que “antes, parece que o grão de verdade que havia em cada um destes estímulos diluiu-se frente ao interesse maior que, no caso, foi o casamento de uma vocação de grandeza de certos setores governamentais com o interesse dos empreiteiros, mas mesmo este último expressou-se em cifras relativamente pequenas”.²⁴

Em uma edição de fevereiro de 1974 de *O Cruzeiro*, em reportagem sobre a inauguração da Transamazônica, é estampado com destaque a seguinte frase do ministro dos Transportes: “Vencendo os obstáculos para inaugurar a Transamazônica, ninguém mais pode se antepor à marcha do Brasil para um grande destino”.²⁵ Com a Transamazônica enunciava-se o futuro, enunciava-se o “Brasil grande”, em um regime político que “trabalhava na dimensão da dita vontade de ‘desobstrução dos caminhos do

²³ CARDOSO, Fernando Henrique. MÜLLER, Geraldo. op. cit. p. 9-11.

²⁴ Idem. p.177-178.

²⁵ *O Cruzeiro*, 13/2/1974, n. 7, p.109.

futuro’, [...] mediante a proposta de integração nacional para construir o ‘Brasil Grande, Brasil Potência, Brasil 2000’”.²⁶ Interessa-nos, portanto, avaliar a implicação política desse conjunto de construções discursivas que, associadas à Transamazônica, foram amplificadas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*.

2.2 Antecipar o futuro na rota para o “Brasil grande”

Durante o regime militar, a primeira menção em documento oficial quanto à perspectivação do Brasil como potência mundial se deu no plano intitulado Metas e Bases Para a Ação do Governo na gestão do presidente Médici. Trata-se de uma modalidade de plano com o propósito de elucidar as diretrizes políticas, econômicas e sociais dos novos governos, e são geralmente apresentados no início de cada um deles. A preocupação com o desenvolvimento econômico dá o tom aos planos dos dois primeiros governos que se seguiram ao golpe de 1964, entretanto nem de longe expressam a euforia do terceiro.

A iniciar por Castelo Branco, propondo-se fazer frente ao que ele qualificou em seu discurso de posse como “orgia inflacionária”, referindo-se à política econômica do período de João Goulart, seu governo assumiu para si “a tarefa gigantesca de reconstruir economicamente o país”.²⁷ Tocando em questões como: atenuar os desníveis econômicos regionais, assegurar oportunidades de emprego, corrigir o déficit da balança de pagamento e conter o processo inflacionário, o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 - 1966) teve como propósito básico a estabilização econômica visando “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962/1963”.²⁸ Depreende se tratar de proposições aparentemente modestas, e refletem a preocupação de um governo que tem, propriamente, por maior pretensão, rearranjar a economia nacional para, a partir disso, avarar significativas taxas de crescimento.

O governo Costa e Silva, por sua vez, inicia as suas Diretrizes de Governo e Programa Estratégico de Desenvolvimento, por reconhecer que o seu antecessor concretizou consideráveis realizações na esfera econômica ao reduzir a inflação, sanear as finanças públicas e recuperar a credibilidade internacional do país. Dessa forma, tendo por

²⁶ SERPA, Élio Cantalício. *Revolução, Integração e Educação: escritas para comemorar*. p.71.

²⁷ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*. p.5.

²⁸ Idem.

meta básica a aceleração do desenvolvimento, entende que a economia nacional se encontra estabilizada de modo a sentir-se à vontade em propor realizar o “desenvolvimento econômico acelerado, expresso no aumento da produção nacional de bens e serviços por habitantes, que permitirá a efetivação do potencial brasileiro de recursos físicos e humanos”. Nesse sentido, fala ainda “em escapar à armadilha do subdesenvolvimento”.²⁹

O Governo Médici, comprometendo-se com o “jogo da verdade” – o que significa “evitar a linguagem da promessa” – e dizendo-se sensível à justificável impaciência dos brasileiros com os documentos de planejamento, alegando que esses apresentaram um grande descompasso entre a sua elaboração e a sua implementação nos governos anteriores a 1964, divulga as Metas e Bases Para Ação do Governo como um documento de natureza eminentemente prática. De modo que, ao “evitar distorções identificadas pelo bom senso”,³⁰ é voltado para a execução e realização do que programou. Mantida a ênfase na questão do desenvolvimento, no documento se critica o malogro das iniciativas dos governos anteriores ao golpe nesse sentido. Atribui ainda aos dois primeiros governos militares o mérito de reconstruírem economicamente o país e criarem as bases para o seu desenvolvimento acelerado. Essa avaliação expressa a compreensão de um desenvolvimento econômico que, seguido ao golpe de 1964, teria se dado em um crescente, em auge, marcado segundo Médici por dois momentos essenciais, que correspondem ao primeiro e ao segundo governo do regime: garantindo aquele “a salvação nacional” e esse a “retomada do progresso em bases estáveis”,³¹ sendo que ao terceiro governo é legado consagrar a proeza do regime no plano do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o plano com as Metas Para a Ação do Governo Médici – fazendo jus a esse ciclo – se expressa de maneira eufórica ao propor “como Objetivo-Síntese o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. (...) construir-se-á, no país, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se assim a viabilidade econômica social e política do Brasil como grande potência”.³² As Metas Para Ação do Governo foram divulgadas em setembro de 1970. Dessa forma, o entusiasmo do seu objetivo central ecoa o desempenho econômico do governo Médici no seu primeiro ano de governo. Com a economia revigorada, em 1969 o

²⁹ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Diretrizes do Governo/ Plano Estratégico de Desenvolvimento*. p. 13-14.

³⁰ BRASIL. Presidência da República. *Metas e Bases Para Ação do Governo*. Apresentação.

³¹ Mensagem do Presidente Médici, na Passagem do Ano Novo, em 31-12-70. In., MÉDICI, *Tarefa de todos nós*. p.32.

³² BRASIL. Presidência da República. *Metas e Bases Para Ação do Governo*. p.15.

crescimento do Produto Interno Bruto é de 9,5%, o crescimento das exportações aumentou 23% em relação ao ano anterior, houve ainda expansão do setor industrial e a taxa de poupança bruta foi de 21,3%, índice jamais atingido e nunca igualado.³³ Dessa forma, embalado por essa euforia, durante o Governo Médici o Brasil viveria sob o signo do “Brasil potência” e dos desdobramentos políticos daí decorrentes.

Eram os tempos do “milagre brasileiro”. Conhecido como a face autoritária do regime, o presidente dos “anos de chumbo” era também o presidente do milagre, de um país que apresentou um índice de crescimento anual de 10,4% em 1970, uma marca considerável que terminando o século XX não foi igualada. Sob seu governo, “o Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do ocidente, primeira do hemisfério sul”.³⁴ Falava-se de um “Brasil grande”. Segundo Élio Gaspari, vivia-se “diante de um governo que oferecia ditadura e progresso”.³⁵ Diz ainda que “o governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do impávido colosso, gigante pela própria natureza”.³⁶ Somado a isso, no país do futebol, o Brasil tornara-se em 1970 o primeiro tri-campeão do mundo. De tal forma que a euforia econômica do milagre associada à conquista do tri deu um contorno especial ao ano de 1970. Do México, a seleção viajou direto para Brasília para receber os cumprimentos do presidente Médici. Fora decretado feriado nacional para dar maior visibilidade à comemoração, que se convertera em festa oficial, uma vez que o triunfo futebolístico, associado à imagem de “Brasil potência”, “Brasil grande”, era bem adequada aos pressupostos do regime, que por sua vez procurou se manter sempre presente e identificável à campanha do tri. Por meio da AERP, o esforço foi o de transformar o presidente Médici – cujo gosto pelo esporte era de domínio público – no torcedor número um da nação.³⁷

Diferente das comemorações do campeonato em 1958, como bem aponta Marilena Chauí, “a mudança do ritmo – do samba para a marcha – a mudança do sujeito – do brasileiro bom de couro para os 90 milhões em ação – e a mudança do significado da vitória – de ‘a copa do mundo é nossa’ ao ‘pra frente, Brasil’ não foram alterações pequenas”.³⁸ A marcha pressupõe movimento, tanto para frente quanto para trás. No caso do Brasil dos anos de 1970, a marcha simbolizava o progresso, o avanço. “Pra frente

³³ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. p. 208.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem. p.209.

³⁷ AGOSTINHO, Gilberto. *Todos Juntos Vamos*. p. 14-21.

³⁸ CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. p. 31.

Brasil”. No país, mirava-se o futuro. Aponta o historiador Aarão Reis Filho, “o *caneco*, a taça Jules Rimet, definitivamente conquistada, agora era *nosso*, e o futuro também”.³⁹

Percebendo que a legitimidade do regime militar girava em torno do êxito econômico, os setores civis mais com ele comprometidos não se eximiram em contribuir com o conjunto de construções discursivas que, manifestadas em músicas, em campanhas publicitárias e nos meios de comunicação, alardeavam o “milagre brasileiro”. Caso expressivo é o livro do diretor e um dos fundadores da revista *Manchete*, Murilo Melo Filho. Intitulado *O Milagre Brasileiro* e editado pela Bloch Editores, o livro, que publicado em 1972 e prefaciado por Delfim Netto, teve grande repercussão no período, um *Best Seller*. Uma ode ao regime, em que o autor declama o que poderia ser entendido como poesia aos ouvidos da ditadura:

O gigante adormecido e deitado eternamente em berço esplêndido desperta agora para recuperar o tempo perdido e ingressar, como membro efetivo, no clube dos países prósperos. E o faz convencido da necessidade de correr contra os ponteiros do relógio, a fim de eliminar o gap que o separa do mundo desenvolvido.

Numa corrida de tanta velocidade, serão irremediavelmente deixados para trás os vagarosos, os lentos, os preguiçosos, e os sonhadores.

O Brasil de hoje tem pressa. Para ele soou a hora do desafio e do milagre.⁴⁰

Segundo Carlos Fico, essa vocação de grandeza se manifestou também por meio de inúmeras medidas mais sutis e até burlescas adotadas para nutrir o que ele denominou de utopia autoritário-constructivista dos militares. Por exemplo, no âmbito das medidas que visavam regulamentar os símbolos nacionais, a proposta de alteração do hino nacional. O alvo da angústia de alguns parlamentares foi o verso “Deitado eternamente em berço esplêndido”, que incomodava pelo imobilismo que denota. Senadores e deputados federais apresentaram propostas de substituição do verso entendidas como mais adequadas ao dinamismo do novo país que se pretendia grande.⁴¹

O “milagre brasileiro” se constituiu como um estratégico dispositivo. Os sujeitos produtores dos discursos transformaram o êxito econômico em importante artefato

³⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. p. 57. (grifo nosso)

⁴⁰ MELO Filho, Murilo. *O Milagre Brasileiro*. p. 21.

⁴¹ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. p. 41-42.

político. A eloqüente retórica do milagre implicou na supressão dos conflitos que ele abrigava, prestando-se a silenciar grandemente as ruas, as prisões, o cerceamento das liberdades individuais, e reafirmar, em contrapartida, as positivities do rigor e das arbitrariedades do estado autoritário. Dessa forma, as outrora dissidentes vozes internas que se arriscavam estridentes, quando não amordaçadas, foram convertidas em sussurros. A um alto custo social, as vozes do milagre dissimulavam as contradições internas do país, como evidenciado pelo presidente do Banco Mundial Robert McNamara em uma conferência da Organização das Nações Unidas, em maio de 1972, em que criticou o Brasil por negligenciar o bem estar dos pobres em seu processo de desenvolvimento.⁴² Como avalia Gaspari, “dada a expansão da economia, isso indicava que os ricos ficavam mais ricos, mas não significava que os pobres ficavam mais pobres”.⁴³ Dessa forma, de maneira mais ampla é produzida uma percepção sobre o Brasil que Muniz Sodré considera entorpecida quando embebida por esse otimismo eufórico. A respeito desse ufanismo desencadeado com o “milagre” nos anos de 1970, o autor faz a seguinte avaliação:

O otimismo generalizado, que já deu frutos ponderáveis no nível do desenvolvimento empresarial. Mas sua exacerbação – o ufanismo – pode tornar-se contraproducente do ponto de vista do real progresso econômico nacional, quando é posto a serviço da ideologia do entorpecimento político e do consumo de bens suntuários. O ufanismo decorre de uma distorção da consciência no processo de percepção da realidade, em que deixa de existir limites entre o Brasil real e o Brasil possível. O discurso ufanista caracteriza-se pela adjetivação apologética, sempre exaltativa do possível apresentado como um aposto indiscutível do real. A lógica ufanista se expressa mais ou menos da maneira seguinte: “o Brasil é imenso, pleno de riquezas minerais, e naturais, seus habitantes são alegres e inteligentes, logo o país será inevitavelmente rico e feliz no futuro”. Dessa forma, a riqueza potencial passa a ser aceita como atual; a felicidade vindoura se sobrepõe imaginariamente às dificuldades presentes, a inteligência exaltada faz esquecer a educação ainda precária e passadista; a plena industrialização futura antepõe aos percalços da marcha para o progresso industrial e para a eliminação do desemprego. *Este futuro suposto, contido num presente imaginário, é ótimo instrumento para um sistema que lida justamente com o imaginário do homem contemporâneo, procurando elevá-lo a um estado ideal onde não existem as asperezas do mundo cotidiano.*⁴⁴

⁴² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. p. 284.

⁴³ GASPARI, Elio. op. cit., p.210.

⁴⁴ SODRE, Muniz. *Comunicação do grotesco: Introdução a cultura de massa brasileira*. p 32. (grifo nosso)

Pouco importa para nossa análise se o milagre era produto de uma realidade macroeconômica global, em que a economia do mundo ia bem, ou produto da competência técnica de uma cúpula de tecnocratas que administravam a economia nacional ao custo do aprofundamento da dívida externa. Interessa-nos perceber sua dimensão simbólica no que diz respeito à sua capacidade de fornecer legitimidade para o regime militar. Seria aquilo que Roberto Campos, ministro de Estado e Planejamento do governo Castelo Branco, em uma entrevista cedida em 1997 para Ronaldo Costa Couto, chamou de “legitimidade pelo desempenho”.⁴⁵ Para Campos, existia um “déficit de legitimidade” durante a ditadura que os militares procuravam compensar com demonstração de eficiência. Para ele, “os militares não tinham legitimação eleitoral, não tinham legitimação carismática – nenhum deles foi um líder carismático –, mas tinham legitimidade operacional. Pelo desempenho”.⁴⁶ Dessa forma, as construções discursivas sobre o “Brasil grande” imbricadas ao êxito econômico, se prestaram a atestar a eficiência do regime, tornando-se uma moeda de uso corrente a custear a legitimidade do governo, que buscava assim garantir aceitação da população.

Imbricado a isso, ao aclamarem o “Brasil potência”, projetava-se no futuro um inexorável tempo de êxito, de modo a ser potencializada a sua carga simbólica. O futuro grandioso, entretanto, explicita a compreensão do destino manifesto da nação que responde a uma teleologia expressa já no discurso de posse do primeiro presidente militar a assumir o governo que assim enunciou: “o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentido de nossa história política”.⁴⁷ Da proposição de Castelo Branco depreende-se a compreensão de que a história do Brasil possui um sentido, uma direção que, vinculada à noção de progresso implica em seu aprimoramento. A história avança, de modo que o futuro representa sua consumação.

Embora a história da nação responda a um destino de grandeza, entende-se que algum esforço precisa ser empreendido para a sua realização. Isso também implica na observância de algumas diretrizes que para os militares foram negligenciadas pelos governos anteriores ao golpe de 1964, relegando o país ao atraso. Encontrando-se descarrilhado, caberia aos militares, então, reajustar o país de modo a encarrilharem o Brasil

⁴⁵ COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985*. p. 41.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Discurso de posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na Presidência da República em 15 de abril de 1964. In: FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. p.342.

na rota para o futuro, de modo a ser observada a sua vocação de grandeza. A partir disso que Médici afirma: “A força inspiradora da revolução de março vem das luzes do Aleluia, na simbologia do ressuscitar, do renascer”. Segue ele: “O futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a revolução, dos que afinal reconheceram o seu serviço, ou dos que somente a compreenderam ou a ela se inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo”.⁴⁸ É como se com a “revolução” a história do Brasil fosse (re)inaugurada, de modo a ter os seus descaminhos corrigidos, daí Médici afirmar que “o Brasil, tendo encontrado os rumos exigidos pelo seu destino de grandeza, se encontra hoje numa das fases de maior progresso e prosperidade de sua história”.⁴⁹ O “milagre brasileiro” representa a afirmação dessa orientação, com o seu advento, como justifica o presidente: “faze-se certeza a esperança no grande destino do Brasil”.⁵⁰

O então proposto “novo tempo”, anunciado por Médici, está diretamente relacionado à proposta e invocação do novo começo. Dessa forma, o passado compreende-se como um problema a ser superado, ultrapassado. Argumenta Renato Janine Ribeiro que “nossa história é gelada. Não inspira a ação (...). Jamais ajustamos contas com a escravidão, com a colônia, com a iniquidade. Talvez por isso, vivemos a ilusão do eterno recomeço”.⁵¹ No caso da ditadura militar no Brasil, mais que ser furta ao confronto com os problemas mais amargos de nossa história, a ilusão de um eterno recomeço se expressa como uma prática política efetiva que buscava, ao proclamar o rompimento com o passado por meio da “revolução de março”, marcar um passo rumo ao futuro grandioso e inexorável, suscitando a ação e adesão do brasileiro ao regime. Entende-se que a projeção desse futuro constituiu-se em um elemento de sedução, legitimação e justificação do poder, muito embora não possa ser reduzida à demagogia, na medida em que, fundada em uma tradição secular do imaginário social brasileiro, representou também a base de uma complexa rede de auto-reconhecimento social, significativa mesmo na constituição, após a década de 1950, de uma identidade militar brasileira, por sua vez traduzida na Doutrina de Segurança Nacional, como formulada na ESG.

⁴⁸ Mensagem lida em cadeia de rádio e televisão, em 31-3-70, por ocasião do 6º aniversário da Revolução de Março. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova Consciência de Brasil*. p. 93.

⁴⁹ Mensagem do Presidente Médici, transmitida através de rede nacional de rádio e televisão, na passagem do aniversário da Revolução, a 31 de março de 1973. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Os vínculos da fraternidade*. p. 67.

⁵⁰ Mensagem do Presidente Médici, na Passagem do Ano Novo, em 31-12-70. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Tarefa de todos nós*. p. 7.

⁵¹ RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. p.97.

Ao falar em cadeia de rádio e televisão a propósito do 6º aniversário de implementação do regime, o presidente Médici disse o seguinte:

Hoje, neste 6º aniversário da revolução e 5º mês de minha posse, e inspirado na Páscoa da Ressurreição, peço que o povo *volte o seu pensamento comigo, para bem longe, ao amanhã e sinta a vocação de grandeza do Brasil.*

Que todo homem, que mais dentro de si mesmo que dentro de sua casa ou no seu rincão, pense nessa grandeza, e sinta no mapa do Brasil, no mapa das terras e dos homens desse imenso país, *essa grandeza viável e tangível, que é dever de todos nós antecipar.*⁵²

No interior desse imaginário, a vocação de grandeza do Brasil, expressa na definição “Brasil grande”, é portanto naturalizada, um dado, e a partir disso é construída em termos de um destino manifesto. Sua realização, compreendida como a consolidação de um país desenvolvido, a exemplo dos ditos países de primeiro mundo, é projetada no futuro. Dessa maneira, nessa teleologia que se constrói, futuro e “Brasil grande” são termos indissociáveis, em que do segundo depende a realização do primeiro. “Brasil grande”, portanto, tem valor de expectativa, entretanto não se funda apenas no vir a ser, uma vez que de alguma maneira ele já é. Essa asserção aparentemente contraditória se explica por uma compreensão de Médici, que em seu discurso de posse proferiu o seguinte: “creio no apressamento do futuro”.⁵³

A propósito do que propõe Bronislaw Baczko, o imaginário social constitui-se como uma instância atribuidora de sentido à vida social. Trata-se de um dentre outros pontos de referência, a partir do qual os sujeitos sociais orientam sua ação. “O Imaginário social é, deste modo, uma das instâncias reguladoras da vida coletiva”.⁵⁴ Por se tratar de um produto coletivo, produzido a partir das experiências cotidianas dos sujeitos ao longo das décadas, o imaginário social está rodeado por um horizonte de expectativas, que codificados deixam perceber as esperanças de grupos sociais. Dessa forma, a perspectivação da construção de um país que viesse a se tornar uma potência mundial, sintetizada na expressão “Brasil grande”, marcou profundamente o imaginário dos setores

⁵² Mensagem lida em cadeia de rádio e televisão, em 31-3-70. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova consciência de Brasil*. p. 90-91.

⁵³ Discurso de posse pronunciado a 30-10-1969. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. p. 36.

⁵⁴ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. p.309.

militares e médios urbanos dos anos de 1970, de tal modo, que a Transamazônica assume a potencialidade simbólica de materialização de uma expectativa. Dessa forma, a Transamazônica é apresentada como uma espécie de presentificação desse futuro que se acredita poder apressar; um dos marcos inaugurais desse “tempo novo” que anunciam instaurar os governos militares. Possuía a carga simbólica de representar o descortinar desse “Brasil grande”. “Com a obra ciclópica, lança-se no chão o caminho do porvir e escreve-se na terra o nosso próprio compromisso com o futuro”, assim Andreazza encerra seu discurso ministerial na Câmara, a propósito da construção da estrada. As implicações políticas dessa imbricação Transamazônica / “Brasil grande” no que diz respeito a um expediente simbólico de legitimação do regime se manifesta nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* na forma daquilo que denominamos de “mito da grande aventura nacional”, o qual discutiremos no próximo capítulo desse trabalho.

Por agora é importante destacar, entretanto, que o tema do “Brasil grande”, a seu turno, possui uma história de longa duração no pensamento social, político e literário brasileiro. Para Carlos Fico, essa ânsia pelo “Brasil potência” durante o regime militar, alardeada nos meios de comunicação e teorizada na Escola Superior de Guerra, é produto não de um projeto sofisticado de poder, mas de “uma rede de representações que se constituiu no Brasil ao longo dos séculos”.⁵⁵ José Murilo de Carvalho, em artigo intitulado “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”,⁵⁶ lista os elos na construção de uma cadeia ininterrupta da tradição ufanista brasileira: Rocha Pita, com *História da América Portuguesa* (1730); Padre Perereca, nas primeiras décadas do século XIX, com *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa*; Ferdinand Denis, com duas obras no XIX; conde de Afonso Celso, com o clássico *Porque me ufano* (1900); o romantismo de Gonçalves Dias, com *Canção do Exílio*. Textos de caráter contemplativo dão visibilidade a uma percepção otimista quanto às potencialidades brasileiras que, construídas ao longo dos séculos, reverberara durante a ditadura. Portanto, o enaltecimento das potencialidades brasileiras de forma alguma é uma invenção do regime militar: seus promotores remetem a uma historicidade de longa duração.

Dessa forma, o que temos nos anos de 1970, permeando a construção da Transamazônica, é um conjunto de construções discursivas que podem ser pensadas como a (re)significação dessa tradição. O ufanismo se (re)apresentou em contornos particulares,

⁵⁵ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. p.86.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo. *O Motivo edênico no imaginário social brasileiro*.

com meios de propagação distintos, como elemento de auto-reconhecimento e identificação de um regime político. No entanto, como estabelecer nexos relacionais entre essa perspectiva de enaltecimento do Brasil, assentada em uma longa tradição (e, portanto, longa duração), a uma conjuntura específica contemporânea que é o regime militar e a Transamazônica? A esse tipo de questão, Carlos Fico – que em seu livro *Reinventando o Otimismo* realizou importante estudo sobre essa relação entre o enaltecimento do Brasil e o regime militar – produz a seguinte reflexão:

Como o rio caudaloso que, de maneira caótica, à força gera defluentes, também a forte tradição sobre a positividade da exuberância brasileira por vezes se avoluma ainda mais, verticaliza-se com as pausas de uma narrativa, que depois prossegue. Nesses momentos é possível detectar a articulação entre fenômeno de tão longa duração e outros, episódico ou conjunturais. Não que se possa ter integral clareza sobre o tipo de causalidade entre eles, mas alguns nexos relacionais podem ser pressentidos. (...)

Tais perspectivas positivas sempre retornaram em fases de alguma estabilidade econômica e/ ou política – justamente porque não são simples instrumentalizações ideológicas, e sim porque se fundam num imaginário secular que não é de todo imotivado nem desconectado do poder efetivo. Assim, não surpreende que o contexto do chamado “milagre brasileiro” tenha sido propício ao desenvolvimento da retórica sobre a “grandeza viável e tangível” do Brasil.⁵⁷

Trata-se de uma perspectiva interessante, na medida em que não desconsidera a importância da tradição no contexto de orientação dos sujeitos, tão pouco os engessa em uma perspectiva demasiadamente estruturante. A tese de Fico observa a existência de uma tradição disponível, ufanista, atentando à possibilidade dos sujeitos dialogarem com a mesma, refutando-a ou reforçando-a, reinventando-a. No caso da ditadura, percebe-se a prevalência da segunda opção. A análise produzida por Fico aborda o problema em uma perspectiva de longa duração, o que lhe permite argumentar que o “Brasil grande” do qual falam os militares não é uma construção originária de maneira artilhosamente coordenada pelo regime, como discutiremos adiante.

Por agora, cabe verticalizarmos um pouco mais o debate. Como foi discutido de maneira mais ampla, Carlos Fico e José Murilo de Carvalho argumentam a existência de uma tradição de enaltecimento das potencialidades do Brasil que, inscrita no imaginário

⁵⁷ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. p. 74-77.

social brasileiro, repercutiu ao longo dos séculos em nosso pensamento social, político e literário. Entretanto, no que diz respeito aos setores militares, o “Brasil grande”, traduzido na expressão “Brasil potência”, remete a formulações que datam muito antes do golpe de 1964. Embora a primeira menção oficial durante o regime militar tenha sido feita no plano intitulado Metas e Bases Para a Ação do Governo na gestão do presidente Médici, ela responde a uma geopolítica da ocupação de vazios, uma geopolítica do destino que reporta à formação de um pensamento geopolítico nacional desde os anos de 1930, que não pode ser desconsiderada para os objetivos de nossa análise. Considerando que o pensamento geopolítico no Brasil, desde sua formação até a década de 1980, tem suas bases assentadas no setor militar, o acompanhamento de seu desenvolvimento torna-se essencial, já que nos permite entender como essa tradição de enaltecimento das potencialidades do Brasil marca de maneira constitutiva o pensamento militar brasileiro já antes do golpe de 1964. De maneira mais circunscrita, essa incursão por alguns dos principais nomes do pensamento geopolítico brasileiro permite-nos elucidar a associação entre a Transamazônica e o destino de grandeza da nação, que de alguma maneira faz eco aos escritos geopolíticos desses autores.

2.3 A geopolítica do “Brasil potência”

Em uma definição bem geral, a geopolítica ocupa-se em pensar a relação entre território e poder, elaborando soluções governamentais inspiradas na Geografia. Shiguenoli Miyamoto avaliou a existência de quatro importantes momentos na história do pensamento geopolítico brasileiro. O primeiro é o da sua formação e data das décadas de 1920 e de 1930, quando a geopolítica começou a ser sistematizada com a produção dos primeiros estudos nacionais. O segundo momento, e de sua afirmação, surge com a segunda guerra mundial, marcado pela criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, que vem imprimir uma nova direção aos estudos geopolíticos no Brasil, fundados a partir de então na Doutrina da Segurança Nacional e pautados pelo binômio *segurança e desenvolvimento*. O terceiro se refere ao momento posterior ao golpe de 1964, e é orientado pela verticalização do debate – outrora inaugurado – a respeito das proposições sobre o “Brasil potência”. O quarto momento se refere às décadas de 1980 e de 1990, marcado pelo fim do Estado

autoritário. Realiza-se nesse período a aproximação dos debates geopolíticos com a academia e sua respectiva inserção nas universidades, sobretudo em áreas como ciência política, história e geografia.⁵⁸

Observada essa cronologia, as proposições acerca das possibilidades do Brasil se tornar uma potência mundial já datam do momento da afirmação da geopolítica no país. Inúmeros autores, respondendo a variadas orientações geopolíticas, trazem em seus estudos as marcas desse tipo de formulação. São, por exemplo: Lysias Rodrigues (1947), Canabarro Reichardt (1947) e Leopoldo Nery da Fonseca (1940). Entretanto, esses trabalhos de alguma maneira repercutem temas anteriormente propostos por Mário Travassos, autor que em 1931 publicou *Projeção Continental do Brasil*⁵⁹, considerado por Miyamoto como “a obra maior da geopolítica brasileira”.⁶⁰ No livro, Travassos produz uma análise geopolítica focada nas circunstâncias geográficas sul-americanas, avaliando as potencialidades que dispõe o território brasileiro, baseando-se em dois elementos chaves: espaço e posição. É preciso destacar que são preteridas em suas proposições a valorização de questões de ordem econômica, tecnológica, etc. Assim como nos demais autores do período, as questões de ordem eminentemente geográficas é que orientam as análises. As potencialidades das nações, nesse tipo de elaboração geopolítica, se define portanto por suas potencialidades de disposição geográfica. Questões de ordem econômica apenas serão inseridas nas formulações geopolíticas posteriormente. Em todo caso, trata-se do primeiro trabalho que, ao avaliar a posição e a configuração do território nacional, projetava o Brasil no quadro continental como uma potência regional eminente. Para o general Carlos de Meira Mattos, Travassos foi o autor que balizou o pensamento geopolítico brasileiro na primeira metade do século XX. Segundo Mattos, a obra de Travassos “traçou os grandes rumos de uma política nacional destinada a nos levar à posição de maior potência sul-americana”.⁶¹

Com a ESG surge uma nova geração de geopolíticos. A Escola foi a responsável pela criação da Doutrina da Segurança Nacional. Como já menciona, a questão da “segurança nacional” tem sua origem nos Estados Unidos e, elaborada no contexto da

⁵⁸ MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*.

⁵⁹ A primeira edição do livro publicada em 1931 intitulava-se *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, entretanto, nas inúmeras edições subsequentes o título foi mudado para *Projeção Continental do Brasil*, título com o qual fora tornado um texto clássico, e pelo qual passou a ser referenciado.

⁶⁰ MIYAMOTO, Shiguenoli. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico: geopolítica e política externa no Brasil pós-64*. p. 89.

⁶¹ MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e destino*. p.51.

Guerra Fria, foi adotada pelas Forças Armadas de inúmeros países do subcontinente. No Brasil, ficou a cargo da ESG a sua difusão e a sua caracterização às particularidades nacionais. Esse quadro político militar define o pano de fundo da geopolítica do período. Em síntese, com o conceito de Segurança Nacional nos moldes da ESG, o Estado é o responsável pela segurança proporcionada à nação. É necessário, para isso, o estabelecimento de objetivos nacionais, voltados para a necessidade de produzirem as condições necessárias à segurança do território e da coletividade. Estabelecem-se, dessa maneira, os objetivos nacionais permanentes e os objetivos nacionais atuais. Entretanto, Segurança Nacional não se limita à defesa; compreende também (o que é fundamental no nosso caso), a preocupação com um campo mais amplo, que é o próprio desenvolvimento econômico nacional. Essa função compreende o Item 1º dos *Princípios da ESG*, que traz: “Os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional têm o dever de zelar pelo desenvolvimento geral da nação”.⁶² Entende-se o desenvolvimento econômico como momento essencial na promoção da segurança nacional. Desenvolvimento e Segurança se constituem, no pensamento esguiano, ligados por uma relação de mútua causalidade. Dessa forma, os Objetivos Nacionais Permanentes, relacionados a questões estruturais como integração nacional, soberania, progresso econômico e evolução moral, e os Objetivos Nacionais Atuais, relacionados a questões conjunturais mais específicas, adaptação dos meios a fins, têm por finalidade estabelecer a médio e longo prazo um grau de desenvolvimento que possibilite ao país ocupar posição de destaque internacionalmente.

A realização desses objetivos, entretanto, seria possível mediante o fortalecimento do Poder Nacional, entendido como amparado na integração dos meios político, econômico, militar e psicossocial disponíveis à nação para consecução dos seus objetivos. É possível perceber uma reorientação geopolítica na medida em que se redimensiona a observância dos fatores puramente geográficos e de localização como constituintes da potencialidade de grandeza de uma nação. Questões como desenvolvimento econômico e incorporação de avanços tecnológicos assumem primazia nessa nova perspectiva. Evidentemente, as questões no tocante à localização e disposição geoestratégica do território não passam a serem ignoradas, entretanto interessa-se mais pela sua articulação interna do que propriamente pela sua posição no globo. No interior dessa problemática, a preocupação com a integração nacional, sobretudo no que diz respeito à incorporação da Amazônia, é entendida como necessária não só para garantir a integridade

⁶² Cf. MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. p.83.

territorial do país como, sobretudo, para possibilitar o desenvolvimento econômico da nação.

Segundo Miyamoto, “a fundação da ESG veio proporcionar as condições necessárias para que se fosse gestada não apenas essa doutrina própria dos militares, como também para que ela fosse colocada em prática visando um fim: fazer do país uma grande potência”.⁶³ Essa compreensão, fundada na Doutrina da Segurança Nacional e explicitada no Manual Básico da Escola, está diretamente imbricada à produção geopolítica do período, do qual destacam-se autores como o general Golbery do Couto e Silva. Um dos mais importantes personagens não apenas da geopolítica brasileira, mas da história política nacional, sobretudo no período que antecedeu e que seguiu ao golpe de 1964, Golbery – que, dentre outras funções, coordenou o IPES, colaborou com a ESG e dirigiu o SNI – escreveu suas principais obras durante as décadas de 1950 e 1960. Já em 1959 fazia a seguinte avaliação: “o Brasil está magistralmente bem situado para realizar um grande destino”.⁶⁴

Entretanto, dos autores geopolíticos que tiveram passagem pela ESG, e que portanto tiveram seus escritos profundamente combinados à Doutrina de Segurança Nacional, um em particular nos é muito importante, de modo que nos deteremos a ele com mais vagar. Trata-se do general Carlos de Meira Mattos, autor que por sua vez escreveu seus principais trabalhos durante o regime militar, mas suas proposições geopolíticas quanto à potencial grandeza do Brasil já datam de anos antes do golpe. A esse respeito, é clássica a referência ao seu livro *Projeção Mundial do Brasil* de 1960. Nesse, Mattos se afirma como continuador da obra de Mário Travassos – seu inspirador –, acrescentado que “o Capitão em 1931 sonhou com um Brasil potência continental. Nós lhe pedimos licença para sonhar agora com um Brasil potência mundial”.⁶⁵ Não é à-toa que seu nome é com frequência associado à questão do “Brasil potência”,⁶⁶ tema que por sua vez garantiu identidade aos seus trabalhos e que o acompanhou até a sua morte, em 2007, aos 93 anos. A esse respeito, como colaborador do jornal *A Folha de São Paulo*, é representativo um artigo por ele escrito já em 2005 e intitulado “Aqueles que pensaram o ‘Brasil grande’”. Nesse texto, do qual copiamos o título para o nosso capítulo, Mattos faz uma crítica ao governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva argumentando que “A crise política

⁶³ Idem. p. 92-93.

⁶⁴ SILVA, Golbery do Couto e. op. cit., 213.

⁶⁵ Apresentação de *Projeção Mundial do Brasil* reapresentada In: MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e destino*. Nota do Autor.

⁶⁶ KELLY, Philip L. Avanços recentes da geopolítica do Brasil. p. 72.

que abala o Brasil, projetando um quadro de incompetência administrativa e epidêmica corrupção, vem produzindo um sentimento generalizado de descrença no destino do país.” Em seguida diz: “acreditamos que nossas potencialidades geográficas e humanas superarão a mediocridade do momento político que vivemos. É hora de resgatar a auto-estima nacional e tentarmos levantar o ânimo, reavivando a crença no Brasil”. E encerra da seguinte maneira: “perdemos o caminho do ‘milagre’. Não podemos perder a fé de que saberemos reencontrá-lo, autenticando o pensamento de ‘Brasil grande’”.⁶⁷ A natureza da argumentação de Mattos soa anacrônica aos ouvidos de quem a escuta em 2005 e pode ainda, de alguma maneira, ser percebida como uma tautologia, a exemplo daqueles avós que copiosamente insistem em contar a mesma história, como também pode representar um elogio ao regime militar. Essa é uma difícil avaliação. Entretanto, trata-se de uma trajetória individual que traduz a marca de um coletivo, mais especificamente do pensamento militar brasileiro predominante nas décadas de 1960 e de 1970. No caso do nosso trabalho, essa passagem é significativa por sugerir a compreensão de uma crença no “Brasil grande” que, elaborada antes do regime militar, é posteriormente a ele reafirmada.

Carlos de Meira Mattos talvez seja o geopolítico com maior prestígio nos anos 1960 e 1970 e, sobretudo depois do golpe, chega a ser considerado no período por Philip Kelly como a “autoridade máxima em geopolítica na América do Sul”.⁶⁸ General de Divisão em 1973 (segunda patente mais alta na hierarquia do Exército), desempenhou importantes funções em sua carreira militar, como: Comandante da Brigada Latino-Americana da Força de Paz na República Dominicana, Chefe da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra e Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington. Colaborador do presidente Castelo Branco, nesse governo foi subchefe do gabinete militar da Presidência da República. Foi ainda interventor federal em Goiás em decorrência do golpe de 1964. Da sua extensa produção destacamos: *Projeção Mundial do Brasil*, 1960; *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, 1980; *Geopolítica e trópicos*, 1984; *Brasil-Geopolítica e Destino*, 1975 e *A Geopolítica e as projeções do poder*, 1977.

Os dois últimos são bastante representativos dessa geopolítica do “Brasil potência” cunhada no interior da ESG durante a ditadura militar. Neles, anunciando escrever uma história do futuro do Brasil, e não do pretérito, Mattos sugere a existência de dois grandes grupos em que se podem arregimentar historicamente as teorias geopolíticas,

⁶⁷ MATTOS, Carlos de Meira. Aqueles que pensaram no “Brasil grande”.

⁶⁸ KELLY, Philip L. op. cit., p.68.

não apenas brasileira. Por um lado, destaca a tradição determinista da escola alemã, que entende que a geografia determina o destino dos povos. Por outro lado, destaca a escola possibilista de tradição francesa, para a qual a geografia não determina, mas facilita o destino dos povos. A seu turno, dialogando com a teoria de Arnold Toynbee, defende uma teoria geopolítica do desafio e da resposta.⁶⁹

Em uma síntese da história dos povos, iniciando-se com a civilização egípcia e babilônica, discute a relação homem e meio físico, avaliando os impasses deparados pelos homens no esforço de, na confrontação com o meio físico, estabelecer estratégias de sobrevivência. A história é, portanto, a história da batalha entre o homem e o meio, que por sua vez nunca é favorável à existência humana. Dessa forma, Mattos conclui, após avaliar o fracasso dos maias “derrotados pela contra-ofensiva da floresta tropical” e do êxito do homem egípcio, que as teorias deterministas e possibilistas, na verdade resultam “numa só: *a do desafio e da resposta de Arnold Toynbee*. A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim, *apresenta o seu desafio*; caberá ao homem *responder a esse desafio*. Ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado”.⁷⁰ Não pode faltar aos povos, entretanto, *animus operandi* para enfrentarem esses desafios – é o que pode ter ocorrido com a civilização egípcia que entrou em colapso mesmo depois de “uma brilhante vitória” sobre o meio físico.

Em sua elaboração geopolítica dessa história do futuro, afirma que “geografia é destino”,⁷¹ e que no caso do Brasil rumo à “meta 2000” (um conjunto de condições por ele definidas que, se atendidas até o final do século XX, elevariam o país a condição de potência mundial), “há uma realidade que não podemos ignorar em nossa luta pela modernização e crescimento do país. O desenvolvimentismo de um país grande como o Brasil transborda em poder. Trata-se de fenômeno inevitável, involuntário mesmo em alguns casos”.⁷² Afirma o autor que essa projeção otimista encontra-se assentada em um legado de longa tradição na história política, intelectual, geopolítica e diplomática, a saber: Gabriel Soares de Souza, com *Tratado Descritivo*, de 1587; Alexandre Gusmão, com o tratado de 1750; José Bonifácio, com seu livro *Lembranças e Apontamentos*, de 1821; Barão do Rio Branco, com seus acordos diplomáticos no tocante a questões fronteiriças; Cândido Mariano Rondon, com sua obra pela integração nacional; Mário Travassos, com

⁶⁹ MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e destino*. p. 7-12.

⁷⁰ Idem. p. 12.

⁷¹ Idem. p. 06.

⁷² MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as projeções do poder*. p. 143.

seus textos geopolíticos; Cassiano Ricardo, com seu livro *Marcha para o Oeste*, “um poderoso estímulo à política de interiorização”. Dessa forma, ao relacionar esses autores, Mattos estabelece um fio condutor entre suas idéias, tecendo uma continuidade entre eles no sentido de uma contribuição ao desígnio de grandeza do Brasil. É como se todos de alguma maneira tivessem produzido no conjunto de suas obras um substrato “à nossa vocação de grandeza, condizente com a expressão geográfica do país”.⁷³

Como é possível perceber, os atores relacionados possuem em comum preocupações concernentes à expansão e/ou à interiorização do território. Cada qual a seu modo ocupou-se com o alargamento das fronteiras nacionais e/ou com o preenchimento desses novos espaços. O Plano Nacional de Viação, de 1973, é tratado por Mattos como uma homenagem a esse legado de pioneiros. Desse modo, o pós-1964, em sua política de integração, é considerado pelo autor como o marco do processo efetivo dessa ocupação, em uma espécie de “espírito de bandeirantismo”, (re) significado por contornos modernos. Trata-se de uma preocupação expressa com a ocupação das regiões entendidas como ainda não incorporadas ao todo orgânico do país. A Amazônia encontra-se no centro dessa problemática na medida em que, com uma área de quatro milhões de quilômetros quadrados, representando quase cinquenta por cento do território nacional, era considerada um deserto demográfico em número de habitantes por quilômetro quadrado. Habitada por aproximadamente menos de quatro por cento da população brasileira, que era de noventa e cinco milhões em 1972, não chegava, portanto, a atingir um habitante por quilômetro quadrado, o que significava uma densidade populacional superior apenas à das calotas polares.

A questão da integração nacional, expressa na preocupação com a ocupação de vazios, traduzida em iniciativas como o PIN – Transamazônica, é, entretanto, um dos principais temas da geopolítica nacional. Golbery do Couto e Silva, em sua *Geopolítica do Brasil*, elaborou em 1952 um plano geopolítico de ocupação territorial, de preenchimento dos ecúmenos vazios, de integração nacional. Tinha por princípio proteger ao mesmo tempo em que ocupa. Avaliando a disposição demográfica do Brasil de sua época, conclui que

⁷³ MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e destino*. p. 56.

pouco mais de um terço da área total do país, é a oeste, o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje quase ainda completamente passiva.⁷⁴

Estabelecendo estratégias, definia que o plano de ocupação da Amazônia compreenderia “inundar de civilização a Hiléia amazônica, acoberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O. segundo o eixo do grande rio”.⁷⁵

Também em 1952, Mattos externava a preocupação com a ocupação da Amazônia. A esse respeito, Kelly faz a seguinte avaliação: “Meira Mattos postula que essa área seja também ‘civilizada’ e contribua para o desenvolvimento brasileiro. Disto, ao vencer os desafios da floresta, estimular-se-ão as qualidades intrínsecas do caráter e da vontade do povo da região, ‘despertando-o’ para cumprir seu destino de ‘grande civilização mundial’”.⁷⁶ Em uma proposição posterior, ao analisar índices mundiais de densidade populacional na década de 1970, conclui sermos “um país grande e vazio”.⁷⁷ Para ele, tal constatação resulta dos desequilíbrios regionais do país, o que representa, do ponto de vista geopolítico, uma grave distorção por comprometer o desenvolvimento econômico, e cuja solução e proposta virá mediante a tarefa de “vertebração” do território. Por “vertebração” do território entende-se a construção de uma malha rodoviária que articulada às redes fluviais ocupasse os vazios viabilizando meios de harmonizar os desequilíbrios entre as regiões. Embora esta seja uma problemática outrora apontada por Golbery, a mesma encontra-se ampliada e redimensionada na geopolítica de Mattos, para quem a incorporação das potencialidades econômicas, principalmente as da Amazônia por meio de sua integração, mais que garantir soberania, constituir-se-á como um pré-requisito ao sonho do “Brasil grande”. Para Mattos, a “Transamazônica é a conquista de nosso território”.⁷⁸ Desta forma, a estrada é figurada no interior dessa geopolítica do destino, por simbolizar a viabilização de uma substancial etapa.

⁷⁴ SILVA, Golbery do Couto e. op. cit., p.43.

⁷⁵ Idem. p.47.

⁷⁶ KELLY, Philip L. op. cit., p.77.

⁷⁷ MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as projeções do poder*.p.86.

⁷⁸ MATTOS, Carlos de Meira. *Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais*. p. 489.

Com este breve percurso geopolítico, pretendeu-se atentar para duas questões mais centrais. A primeira diz respeito à compreensão de que o tema do “Brasil grande”, do “Brasil potência”, não foi uma invenção da ditadura, pois ele remete a formulações que no interior do pensamento propriamente militar se expressam com a formação de um pensamento geopolítico brasileiro do início do século XX. A segunda diz respeito propriamente à integração da Amazônia como tema reiteradamente discutido no interior dessas proposições geopolíticas nacionais, como pré-requisito inclusive ao sonho de “Brasil grande”. Quanto a isso, é muito importante acrescentar, a propósito das reflexões de Luís Felipe Miguel, que a geopolítica, aliada ao pensamento autoritário desenvolvimentista e à Doutrina de Segurança Nacional, de forma bem geral, são os elementos formadores do pensamento militar brasileiro dominante a partir de meados dos anos de 1950, por sua vez traduzidos na doutrina da ESG.⁷⁹

Desta forma, para o autor

É inegável que a doutrina da ESG dominou todo o regime militar brasileiro. O projeto da escola, a rigor o único programa estruturado presente nas forças armadas, foi hegemônico em todo o período autoritário. As diferenças existentes eram mais de ênfase e de matriz. O credo comum no perigo comunista, nas soluções autoritárias, no desenvolvimento econômico fomentado pelo Estado e no futuro do Brasil potência unia aos militares.⁸⁰

Depreende-se, com efeito, na articulação dos três elementos anteriormente expostos, a compreensão de uma identidade militar que possui como um dos seus pilares a promoção do “Brasil potência”. Identificar-se a isso é auto reconhecer-se socialmente como grupo. Amparados por um discurso de superioridade moral e técnica, os militares eram por eles mesmos considerados como o meio de acesso ao sonho de potência. De forma que auto-compreensão e auto-recohecimento são questões que precisam ser ponderadas quando pensada a questão do “Brasil grande” durante a ditadura militar. Disso decorre, ao nosso ver, que pensá-la em termos de “manipulação ideológica” elaborada nos subterrâneos do regime para legitimá-lo é perder em potencial explicativo por

⁷⁹ MIGUEL, Luís Felipe. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. p.42.

⁸⁰ Idem. p. 51.

desconsiderar a complexidade do fenômeno. Ao passo que desconsiderar os discursos sobre o “Brasil grande” como um expediente de legitimação simbólica do regime é, também, descaracterizá-lo. Entretanto, essa particularidade do “Brasil grande” nos permite pensá-lo como um mecanismo que se prestou a legitimar simbolicamente o regime, mas que escapa à armadilha da intencionalidade – em termos de uma ardilosa conspiração –, a propósito da qual se norteia a análise que o caracteriza em termos de propósitos ideológicos. A partir disso, no interior da renovação por que passou a história política nos últimos anos, o conceito de mito político surge-nos muito oportuno para ajudar a entender a complexidade desse aparente paradoxo, o que será discutido no capítulo seguinte.

Capítulo 3

“A Lua já não dá mais Ibope”: a Transamazônica e o “mito da grande aventura nacional”

Para este capítulo convergem os dois itinerários trilhados anteriormente nos capítulos 1 e 2 deste trabalho: a importância dos meios de comunicação de massa na história política do Brasil contemporâneo, e a Transamazônica associada ao “Brasil potência”. Essa convergência se realiza na constituição daquilo que denominamos “mito da grande aventura nacional”, a respeito do qual explanaremos neste capítulo. Para isto, investigamos como a construção da Transamazônica foi apropriada como uma estratégia política do regime com vistas à sua legitimidade via busca de mobilização social de afetos e de adesão em torno de um objetivo instituído com comum e desejado por todos. Discutimos como as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* repercutiram essa estratégia da ditadura na forma do que chamamos de “enquadramento aventura nacional”. Para sua composição, valemos-nos das reportagens, dos artigos e das publicidades veiculadas nas revistas dentre os anos de 1970 e 1974 naquilo que esses abordavam a respeito da construção da Transamazônica, das quais alguns são reproduzidos e analisados neste capítulo.

3.1 Todos juntos vamos construir a maior aventura da face da terra

Como apresentado no capítulo anterior, destacam-se duas motivações distintas que, entretanto articuladas, compunham o cerne das justificativas oficiais quanto à necessidade de construção da rodovia Transamazônica no interior do Programa de Integração Nacional: por um lado, tratar-se-ia da redenção econômica do Nordeste, além de uma alternativa aos problemas sociais causados pelas secas sazonais no sertão nordestino; e, por outro lado, significaria um imperativo de segurança nacional baseado na integração da Amazônia, então considerada um deserto demográfico carente de políticas de colonização e ocupação. Articuladas, viabilizariam a expansão das fronteiras econômicas do país, uma vez que incorporaria uma significativa área ainda economicamente inexplorada, criando-se dessa forma condições para a ampliação do mercado interno e para o desenvolvimento econômico nacional. Também corrigiria os desníveis inter-regionais ao descentralizar os pólos da economia brasileira, em sua totalidade concentrados na região Centro-Sul. Entretanto, indubitavelmente uma outra motivação alimentou a euforia em torno da construção da estrada, que diz respeito à aposta na potencial capacidade da Transamazônica em fomentar legitimidade à ditadura militar e, por sua vez, traduz-se na expectativa de a construção da estrada poder se constituir em uma idéia síntese, capaz de promover a motivação nacional em torno de um objetivo pressuposto como comum e desejável por todos. Com efeito, a construção da estrada teria capacidade de produzir mobilização social de afetos para o estado militar, promovendo adesão e maior aceitação da população para o regime, que gozava de pouca popularidade.

Uma nítida indicação nesse sentido é encontrada em um livro organizado pela Escola Superior de Guerra e publicado pela Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX) como suporte didático à matéria Educação Moral e Cívica, disciplina obrigatória nos currículos escolares; no ensino superior, para o qual o livro se dirigia, era ministrada na forma de Estudos dos Problemas Brasileiros. O livro, também voltado para o público mais amplo, é intitulado *Brasil: Realidade e Desenvolvimento*, e data de 1972. Dos textos que o compõe, nos é particularmente importante o ensaio *Política Econômica: o desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional*, escrito pelo jornalista e economista Joelson Beting. Trata-se de um texto que representa uma fonte muito

significativa para a elucidação de nossa problemática, merecedora, portanto, de uma avaliação mais detida acerca dos argumentos do seu autor.

Com uma narrativa elogiosa ao regime militar, Beting produz uma avaliação política, econômica e social, desenhando um breve quadro do que se seguiu ao pós-64 – de Castelo Branco a Médici, momento social da escrita do texto. O autor define o golpe como produto de “um contexto em que emergia da anarquia social, da tolerância política e da deturpação democrática baseada na demagogia e na corrupção dos costumes”.¹ Dessa forma, segue argumentando que coube aos governos militares o estabelecimento de estratégias voltadas a corrigir distorções, superar descompassos, extirpar privilégios. Na área econômica, essa política de restauração ficou a cargo de personagens como: Roberto de Oliveira Campos (Ministro do Planejamento no governo Castelo Branco) e Antônio Delfim Netto (Ministro das Finanças nos Governos Costa e Silva e Médici). Ambos civis e economistas imprimiram, segundo Beting, uma política econômica austera, baseada em “uma clara distinção entre o popular e o correto, entre o agradável e o necessário, entre o desejável e o factível, entre o consumo e a poupança”.²

Assumindo o caráter contingente do evento, salienta ainda que a “revolução de 64” significou o empreendimento de “uma profilaxia revolucionária”, “uma cirurgia revolucionária”. Objetivamente isso implicaria em uma intervenção direta, embora limitada em seu tempo, por parte dos militares na administração do país, fazendo isso promover o restabelecimento da ordem social, política e econômica, de modo a assim retornarem os militares à caserna. Entretanto, o movimento perdurou marcado pelo seguinte dilema: “o Brasil se propôs praticar a revolução antes da ideologia, contra a praxe universalmente aceita de se colocar a ideologia antes da revolução”³. Por assim ter se configurado, Beting avalia que aos dois primeiros governos militares, imersos na tarefa do que podemos chamar de reestruturação econômica, social e política do país, embora tenham criado as bases, não conseguiram estabelecer um projeto nacional, “uma ideologia revolucionária” definida. Para o autor, somente a partir de 1968 é que “o projeto nacional apareceu, então, em todos os seus contornos: acelerar o desenvolvimento econômico para permitir a *abertura econômica*, atalho para a posterior *abertura política*. Este é, exatamente, o estágio atual da situação brasileira”.⁴

¹ BETING, Joelmir. *Política econômica*. p. 244.

² Idem. p. 237.

³ Idem. p. 244.

⁴ Idem. p. 245.

Seguindo o argumento de Beting, as precondições para o estabelecimento desse projeto nacional, que alicerçadas durante os primeiros anos do regime, tornou-se possível efetivamente em função, segundo o autor, da adoção pelos governos de uma conduta tecnocrática, traduzida em medidas por ele qualificadas como austeras no campo econômico, a exemplo da correção monetária, da contenção salarial, da compressão de lucros, do rigor na arrecadação fiscal, e no campo político, a exemplo da limitação do poder legislativo, da introdução do instituto do decreto-lei, da promulgação da constituição de 1967, da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional, além do Ato Institucional n.5, de dezembro de 1968, dentre outras. Nessa conjuntura, em linhas gerais, por tecnocracia se entende a conduta operacional orientadora do conjunto de políticas sociais e econômicas empregadas pelo regime militar, justificadas como baseadas em modernas técnicas de gerenciamento da coisa pública, geralmente articuladas por técnicos tidos como politicamente descompromissados e oriundos do anonimato político da universidade e de empresas privadas, como Delfim Netto. Trocando em miúdos, no texto de Beting, tecnocracia, embora seja uma noção bastante complexa, figura como um conceito-síntese para se referir às características geralmente austeras – entretanto necessárias, pois justificadas como mais eficientes – comuns ao conjunto das práticas políticas, econômicas e sociais adotadas pelo regime.

Essa opção pela tecnocracia, entretanto, embora tenha repercutido positivamente no campo econômico, a exemplo do significativo crescimento do Produto Interno Bruto durante o governo Médici, tem no Brasil, segundo Beting, o preço alto de uma antipatia a pagar. Para ele, a opção pelo planejamento tecnocrático é impopular, disso decorre se tratar de uma opção “politicamente mais penosa” e “implacável em suas exigências de curto prazo”.⁵ No mundo, o autor cita o caso de dois países em que a opção pelo planejamento tecnocrático engendrou um grande crescimento econômico e possibilitou a reconstrução nacional no pós-Segunda Guerra: Alemanha Ocidental e Japão. Entretanto, segundo Beting,

tanto os alemães como os japoneses, tiveram a seu favor a tarefa, política e psicologicamente mais fácil, de mobilizar para a reconstrução nacional, um povo saído de uma catástrofe bélica, sobreviventes dos horrores da destruição e da morte e dispostos a enfrentar qualquer tipo de privação e

⁵ Idem. p. 248-249.

de sacrifício e animado pelo propósito de recomeçar tudo da estaca zero. O Brasil, bem ao contrário, mesmo partindo da mesma opção tecnocrática, teve de enfrentar a aspereza de impor restrições e cobrar sacrifícios – para a recomposição do país saído do terremoto inflacionário – a um povo, não domado pela catástrofe bélica, mas dopado na tolerância e viciado na indisciplina.

(...) no Brasil a mesma opção tecnocrática, embora favorecendo a colocação do sistema econômico nos caminhos da racionalidade e da eficiência, tem necessidade, agora, de propor objetivos, *de criar motivações, de cultivar adesão popular*, de despertar o orgulho nacional para o trabalho. (...)

Portanto, o Brasil já pode, ingressado no nono ano de continuidade do esforço revolucionário, pensar em alguma coisa de místico, no bom sentido, capaz de esquentar a frieza tecnocrática.⁶

Em síntese, o argumento de Beting se articula da seguinte forma: em 1964 o Brasil vivia uma anarquia política econômica e social, de maneira que a intervenção “revolucionária” dos militares em 31 de março cumpria a missão de coordenar a reestruturação nacional através do estabelecimento de um “autoritarismo consentido”. Para isso, entretanto, baseadas em uma conduta tecnocrática entendedor do sacrifício como condição necessária ao desenvolvimento, empreendeu-se medidas austeras e impopulares. Caberia ao governo Médici, portanto, estabelecer um objetivo capaz de mobilizar e motivar a nação em torno desse, como forma de criar uma nova imagem para o regime militar e de reverter sua impopularidade.

Dessa forma, o autor sustenta que a realização do PIN, com a construção da Transamazônica, além de sua atribuição originária, cumpriria também essa função mobilizadora. Segundo Beting, trata-se de “um projeto de alcance econômico de longo prazo, mas de capitalização política de curto prazo”,⁷ e que “o Programa de Integração Nacional e o Programa de Integração Social (...) estão tonificando a alma nacional e substituindo a legitimação do regime, como diz um analista brasileiro, segundo a via institucional-repressiva, pela legitimação prebiscitária-afetiva”.⁸ Acrescenta ainda: “não haverá, hoje, no Brasil, projeto mais popular e simpático, mais solidarizante e mobilizador que essa proposta de alargamento da fronteira econômica traduzida na penetração e na incorporação de territórios”.⁹ Depreende-se muito nitidamente a existência de uma clara

⁶ Idem. p. 249.

⁷ Idem. p. 251.

⁸ Idem. p. 250.

⁹ Idem. p. 251.

motivação para a construção da estrada com o propósito de fomentar legitimação para o regime. Interessa-nos, entretanto, discutir nesse capítulo essa estratégia tanto na forma como ela aparece, propriamente no caso das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, como na maneira pela qual ela é articulada.

Como avaliaremos a seguir, um traço comum aos discursos sobre a Transamazônica é o enfoque na questão da aventura e do desafio. Assentados nesses dois elementos estão os discursos que a constitui como ação legitimadora. Ainda em Beting, duas passagens são muito significativas nesse sentido:

Talvez nenhum outro país tenha a possibilidade que agora se apresenta ao Brasil: a de conquistar meio Brasil para os brasileiros, a de domar perto de 4 milhões de quilômetros quadrados, *desafio tão grande como a epopéia do oeste para os Estados Unidos*. A mística do pioneiro, o romance da terra, o apelo ao desconhecido – tudo isso, que levou o homem norte-americano do Atlântico ao Pacífico e o Cabo Kennedy à Lua, está levando agora o homem brasileiro do Sul para o Norte, do Leste para o Oeste, da civilização para a selva.

A Amazônia é o desconhecido, é uma aventura, uma empolgante aventura capaz de despertar a vocação de grandeza de todo um povo.¹⁰

Associada a uma compreensão de “destino manifesto” da nação, que trouxe à tona a vocação de grandeza e ufanismo próprios de certos setores civis e militares, os mais variados discursos favoráveis à construção da estrada apresentam-na como a prova representativa da competência nacional (se não do regime) na direção da realização do sonho de o Brasil se tornar uma potência mundial. Nesse sentido, do ponto de vista simbólico, o desafio de construção da Transamazônica representaria o desafio mesmo de se construir esse “Brasil grande”, “Brasil potência”. É sintomática a aposta por parte do regime nessa idéia do desafio como força galvanizadora. É importante destacar que as representações políticas dão visibilidade à íntima relação entre o poder e o simbólico, ou seja, salientam a eficiência do manejo do simbólico com as estratégias de grupos ou regimes políticos na mobilização social de afetos, emoções, desejos, em suma, adesão¹¹. Como sustenta Estevão Rezende Martins, a “legitimidade é a aptidão estrutural do sistema

¹⁰ Idem. p. 251-252.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena. DUTRA, Eliana Regina. Representação Política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. p. 227-267.

político a receber adesão”.¹² Desse modo, o apelo à adesão popular, naturalmente tutelada pelo estado autoritário, já marca o primeiro governo do regime. Em seu discurso de posse, Castelo assim o fazia: “Nem exagero ao dizer que nessa caminhada para o futuro deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e, sobretudo, com o meu próprio exemplo, espero adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será garantia suprema de todos os homens e mulheres desse país”.¹³ Durante o governo Médici, entretanto, ensejou-se com a construção da Transamazônica o evento propício à tentativa de estabelecimento do almejado entrelaçamento governo-povo.¹⁴ “Toda vez que falei à nação fiz o chamamento à união”,¹⁵ afirmava Médici. Referindo-se ao processo de integração da Amazônia, conclamava: “não é um mero empreendimento econômico, mas uma aventura nacional no sentido clássico, capaz de mobilizar e entusiasmar todo um povo”¹⁶.

Do conjunto dos discursos proferidos pelo presidente Médici, inúmeras são as passagens que elucidam essa compreensão e essa estratégia. Sob a égide de seu governo, diz ele que a criação do Programa de Integração Nacional deveria “fazer andar o relógio amazônico que muito se atrasou e ficou parado no tempo”¹⁷. A implementação do Programa, segundo o presidente, era a certeza de que “estamos no caminho certo do apressamento do futuro”.¹⁸ Dessa forma, a incorporação e colonização da Amazônia, reiteramos, está associada à construção do futuro grandioso, traduzido na expressão “Brasil grande” com seu marco constitutivo. A esse respeito, Médici afirma não saber “de tema que hoje mais exulte a imaginação dos moços que o tema de desenvolver a Amazônia, nem sei mais o que possa unir, nessa hora, os brasileiros de todas as idades”¹⁹. Dessa forma, sob o signo do desafio, preconizava “à nação inteira, a grande aventura da descoberta da Amazônia”²⁰. Depreende-se desses discursos que a Transamazônica, portanto, surge oportuna, como um imperativo de união, como a estabelecer laços de solidariedade e

¹² MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. p. 48.

¹³ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. p. 342.

¹⁴ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. p.95.

¹⁵ Pronunciamento feito, no Palácio das Laranjeiras, durante a solenidade da assinatura da lei que instituiu o Programa de Integração Social, a 7-9-70. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p 101.

¹⁶ BETING, Joelmir. op. cit., p. 253.

¹⁷ Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 8-10-1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p.147.

¹⁸ Pronunciamento feito, no Palácio das Laranjeiras, durante a solenidade da assinatura da lei que instituiu o Programa de Integração Social, a 7-9-70. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p 100.

¹⁹ Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 8-10-1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p.152.

²⁰ Mensagem dirigida ao Nordeste, no encerramento da última das frentes de trabalho, abertas quando da seca de 1970, em 8-6-71. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O povo não está só*. p. 22.

identificação que dificilmente seriam atados. São passagens que, entretanto, expressam valor de expectativa, embora pretendam portar valor de realidade. Nesse sentido, afirmava Médici: “o governo não está só e só não está o povo nessa cruzada histórica, mas unido um com outro e um com outro identificado”.²¹ Acrescenta ainda: “por essa conjunção de esforços entre governantes e governados é, pois, que o Brasil, tendo encontrado os rumos exigidos pelo seu destino de grandeza, se encontra hoje”.²²

No esforço de implementação do PIN – baseado no desafio de incorporação da Amazônia e redenção do Nordeste via Transamazônica – o regime atribuía responsabilidades não apenas a si próprio, mas à Nação como um todo. A estratégia retórica da ditadura se articulava no sentido de cobrar solidariedade ao passo que aferia responsabilidades. Argumenta o presidente Médici que o “Nordeste não é um problema distante, não pertence só aos nordestinos (...) toca a sensibilidade e o brio de todos nós”.²³ De maneira enfática, acrescenta ainda: “exijo a contribuição da nação inteira”.²⁴ Os discursos do ministro dos Transportes, Mário Andreazza, também corroboram com essa perspectiva. Ao referir-se à Transamazônica, tratando-a como a “última grande aventura vivida por um povo na face da terra”,²⁵ o ministro inicia o seu discurso, na inauguração do primeiro trecho da estrada, em setembro de 1972, por dizer o seguinte: “Mais do que qualquer outro projeto de obra pública que em qualquer tempo hajam os brasileiros executado, constitui a Transamazônica, essencialmente, *a atitude de uma Nação*, jovem e corajosa, decidida a enfrentar, com firmeza e determinação, todos os problemas que lhe dificultam o acesso ao pleno desenvolvimento econômico e social”.²⁶ Nota-se que nas palavras do ministro, a construção da estrada, embora uma iniciativa de natureza governamental, congrega a todos como dela partícipes. Nesse sentido, acrescenta: “A Transamazônica é o compromisso de nossa geração com o futuro. É a nossa contribuição. É porta ampla que se abre. É o futuro projetando-se na selva”.²⁷

²¹ Discurso lido perante Ministério, no Palácio do Planalto, em 27-10-71. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O povo não está só*. p.90.

²² Mensagem do Presidente Médici, transmitida através de rede nacional de rádio e televisão, na passagem do aniversário da Revolução, a 31 de março de 1973. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Os vínculos da fraternidade*. p. 66.

²³ Pronunciamento do Presidente Médici, encerrando a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, em Recife, a 6-6-1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. p. 77.

²⁴ Idem.

²⁵ Discurso do ministro dos Transportes Mário David Andreazza por ocasião da inauguração do trecho da Transamazônica, entre Estreito e Itaituba, a 27 de setembro de 1972. In: REBELO, Darino Castro. *Transamazônica: integração em marcha*. p.221.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem. p. 223.

No setor civil, articulando-se a perspectiva do regime, é significativa a contribuição do jornalista Murilo Melo Filho. Em seu livro *O Milagre Brasileiro*, outrora mencionado nesse trabalho, um trecho da sua apresentação – trecho que muito embora não aborde especificamente a Transamazônica, tema ao qual o autor dedica-se com muito entusiasmo no capítulo 13 do livro, trata de um tema a ela imbricado – é bem ilustrativo dessa estratégia discursiva que, baseada na atribuição de responsabilidades, procurava se instituir como força centrípeta. Assim escreve:

Esta geração brasileira é a mais importante de todas quantas já habitaram o País. Sofrida, provada e testada, ela se viu, de um momento para o outro, chamada a cumprir uma fascinante missão no plano do desafio: a missão de dizer se foi ou não competente para construir uma sociedade moderna progressista que as gerações anteriores não conseguiram edificar.

As gerações que nos sucedem – e que aí estão chegando cada vez mais contestantes e exigentes – vão cobrar-nos esta fatura. Teremos sido diligentes e competentes para saldá-la?²⁸

Sobre os ombros dos colonos, que em sua maioria era composta por trabalhadores nordestinos, mas que também se constituía por pessoas que imigravam de todas as regiões do país, foi jogada a incumbência direta – despendida com o esforço do trabalho diário – de “conquistar” a Amazônia e incorporá-la à soberania e à economia nacional. Tratou-se de uma tarefa empreendida no cotidiano das trincheiras de desmatamento por pessoas que pelas mais variadas razões, como a busca por uma vida melhor, aceitaram participar daquela aventura. Entretanto, a conquista épica da Amazônia interessa-nos no que ela transita pelo espaço litúrgico da construção do “Brasil grande”. Nesse sentido, o empreendimento da Transamazônica transborda as fronteiras físicas que a abrange, ampliando simbolicamente assim o quadro dos seus construtores, imprimindo a este uma dimensão nacional. Andreazza, em discurso anteriormente referido, assim dirige-se aos trabalhadores: “(...) ao se concluir esta etapa da Transamazônica, seja manifestada uma profunda palavra de reconhecimento e de gratidão ao trabalhador brasileiro, cuja conduta, cujo idealismo e cuja garra, em qualquer parte do País e em quaisquer

²⁸ MELO Filho, Murilo. *O Milagre Brasileiro*, p.13-14.

circunstâncias, têm sido extraordinário, constituindo motivo de grande orgulho para a Nação”.²⁹

A construção da estrada, portanto, não se restringe àqueles que *in loco* realizavam os trabalhos. Como manifestação do “Brasil grande”, o regime instrumentaliza a Transamazônica convertendo-a em um canteiro de obras imaginário, de modo a ser permitido e exigido que todos se empenhem em sua realização. Participação, entretanto, com uma forte carga de virtualidade, traduzida na forma de simples manifestação de apoio e solidariedade à realização desta “aventura nacional no sentido clássico”, como a qualificou Médici. “Uma vez mais coloca à prova a sua audácia. A sua fé. A força do talento e do gênio do povo brasileiro. Possuída pela tenacidade dos bravos, dominada pela mística do pioneiro, impulsionada pela confiança dos combatentes, ergue-se a nação e parte para a epopéia”,³⁰ afirmou o ministro Andreazza à respeito da estrada em pronunciamento à Câmara do Deputados. Entendemos que é na aventura que se aposta na potencialidade mobilizadora da Transamazônica. Tratava-se de promover a motivação nacional em torno de um objetivo tido como comum, como a formar uma “corrente pra frente”, a exemplo do que apregoava a marchinha da campanha do tri: “De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo Brasil deu a mão / Todos ligados na mesma emoção / Tudo é um só coração / Todos juntos vamos / Pra frente Brasil! Brasil!”. Participar dessa aventura, portanto, não implica estar nas trincheiras do desmatamento, assim como apoiar a seleção de futebol não implica estar em campo. O torcedor também é partícipe, embora esteja longe, torcendo via televisão, ou acompanhado via revista. “Nessa Copa Amazônica”, o adversário é a selva, o “inferno verde”; a motivação é o desafio e a aventura; os objetivos são: o sonho de “Brasil potência” e a legitimidade por meio da adesão popular ao regime.

Vale destacar que a estratégia de se criar essa motivação nacional pode de alguma maneira responder aos ensinamentos da Escola Superior de Guerra. No Manual Básico, em que está formulada a doutrina da ESG, é muito sugestiva nesse sentido a formulação da “ação psicológica” como um dispositivo estratégico de ação militar assim definido: “Ação que congrega um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções,

²⁹ Discurso do ministro dos Transportes Mário David Andreazza por ocasião da inauguração do trecho da Transamazônica, entre Estreito e Itaituba, a 27 de setembro de 1972. In: REBELO, Darino Castro. op. cit., p.222.

³⁰ ANDREAZZA, Mario David. *Transamazônica*. p. 4.

atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos ou coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado favorável”.³¹ Seja esse o caso ou não, o certo é que a atração pela Transamazônica se deu de forma cinematográfica no período.³² Além da propaganda oficial, por meio dos “filmetes” da AERP, sua promoção se deu na forma da publicação de inúmeros livros³³, peças de teatro³⁴, selos dos Correios, músicas, material de suporte didático ao ensino básico, sendo apropriada inclusive pela publicidade comercial.³⁵ De tal forma que o conjunto de construções discursivas, circunscritas pelo tema da aventura e do “Brasil grande”, produzido sobre a Transamazônica, não se esgota como produto de uma estratégia política. Embora o regime tenha apostado em sua utilidade, ele também é um produto coletivo, por sua vez inscrito em um imaginário secular e propagado sem a necessária determinação do estado autoritário. A relação desse conjunto de construções discursivas propriamente com a esfera político pode ser sistematizada em temas de “mito da grande aventura nacional”, como discutiremos a seguir.

3.2 A estrada, as revistas e o “mito da grande aventura nacional”

Começaremos essa nossa incursão pelo “mito da grande aventura nacional”, esclarecendo propriamente o que será entendido aqui por mito. Orientamo-nos para tanto pelas reflexões do historiador Raoul Girardet. Dado a inúmeras apropriações dos mais diversos campos de reflexão, trata-se de um termo, com efeito, suscetível de variadas interpretações. O mito, entretanto, interessa-nos aqui como potência mobilizadora, propriamente em sua manifestação como mito político. A esse respeito, Girardet destaca as proposições de Georges Sorel, para quem o mito possui uma “função de animação

³¹ Esola Superior de Guerra. *Manual Básico*. p. 1976. p.106.

³² Em janeiro de 1971, o cantor Caetano Veloso, exilado na Inglaterra, vem ao Brasil. Interceptado no aeroporto do Rio de Janeiro, foi levado preso, sendo em seguida submetido a um interrogatório que durou seis horas. Caetano relembra que, desde o primeiro momento, a condição para sua liberação seria, nada mais nada menos, que a composição de uma canção sobre a Transamazônica. Ele não a compôs.

³³ Nesse caso, a extensa bibliografia é composta por livros de gêneros muito variados, como trabalhos produzidos por órgãos do governo e livros produzidos por jornalistas que acompanhavam a construção da estrada, desses um bom exemplo é: MORAIS, Fernando; CAMPOS, Roberto de Oliveira; GONTIJO, Ricardo. *Transamazônica*.

³⁴ Ver MELO, Zuleika. *Profecia da cobra grande; ou, a transamazônica: Peca mítica*.

³⁵ É o caso do premiado comercial de televisão da Volkswagen acerca do automóvel Fusca Transamazônica, que em 1972 recebeu o “Leão de Bronze” no 19º Festival Internacional da SAWA (Screen Advertising Worlds Agencies), mais conhecido no mundo da publicidade como Festival de Cannes.

criadora: ‘conjunto ligado de imagens motrizes’; segundo a própria fórmula de Sorel, ele é apelo ao movimento, incitação à ação e aparece em definitivo como um estimulador de energias de excepcional potência”.³⁶ Luis Felipe Miguel, a partir do diálogo com autores como Sorel, Roland Barthes e Girardet, debruçando-se sobre o mito político, definiu que “Seu traço fundamental é a promoção de uma relação emocionalizada entre o público e os conteúdos da mensagem política”.³⁷

O mito político, dessa forma, dá visibilidade à maneira “como os políticos agem na expectativa de alcançarem a adesão do público.(...) [mediada por essa] relação emocionalizada descrita como mito político”.³⁸ Para Girardet, tendo por essencial o conteúdo emocional e afetivo, cria-se em torno do mito um poderoso impulso de emoção, de expectativa, uma vez que esse transita no terreno impetuoso da efervescência onírica, daí provem sua força mobilizadora. Tratando-se ainda de um sistema de crenças coerente e complexo, o tipo de construção mitológica diretamente imbricada ao poder político, no qual se enquadra o “mito da grande aventura nacional”, é sempre detectável de maneira mais ou menos importante uma “certa parcela de manipulação voluntária”.³⁹ Entretanto, é importante atentar para a parcela que nele há de “espontaneidade criadora e a da construção intencional”.⁴⁰ Embrenhar nesse emaranhado, na tentativa de lançar um olhar original sobre a ditadura militar no Brasil, é o esforço aqui empreendido ao enfrentarmos a questão do “mito da grande aventura nacional”, de forma a explorá-lo “na complexidade concretamente vivida de seu poder de fascínio”⁴¹. Entretanto, como adverte Girardet:

O mito só pode ser entendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente. Objeto de estudo, ele tende, inversamente, a imobilizar-se em uma sucessão de dados estáticos; tende igualmente a se esvaziar de seu conteúdo emocional, ou seja, do essencial de si mesmo.

Constatação, no caso, decepcionante, capaz, no entanto, de proporcionar ao historiador – e no momento mesmo que este crê autorizado a fazer valer a insubstituível legitimidade de sua função – uma muito oportuna lição de modéstia. Em sua vontade de conhecer e de compreender o desenrolar da aventura humana através do tempo, não é

³⁶ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. p. 13.

³⁷ MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. p.11.

³⁸ Idem. p.13.

³⁹ GIRARDET, Raoul. op.cit., p. 71.

⁴⁰ Idem. p. 72.

⁴¹ Idem. p. 21.

afinal inútil que ele se lembre de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor...⁴²

Em todo caso, para agarrá-lo, valemo-nos dos discursos, sobretudo os oficiais anteriormente discutidos, assim como das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, na explanação que se segue.

Portanto, como potência mobilizadora, o “mito da grande aventura nacional” diz respeito ao conjunto de construções discursivas que associam a Transamazônica ao tema do “Brasil grande”, amalgamando-os pelo viés da aventura e do desafio. Parcela significativa de sua realização se deu nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* na forma de crônicas, artigos, reportagens e publicidade variada veiculadas nas revistas. Explorar essa faceta das revistas é reconhecer a atuação efetiva delas na história política recente do país. Para tanto, no interior dos debates acerca da tensa relação entre mídia e política, como discutido no primeiro capítulo deste trabalho, retomamos aqui o conceito de enquadramento da mídia na sua forma de enquadramento noticioso, a propósito do que propõe Mauro Porto: “Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o ‘ângulo da notícia’, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outro”.⁴³ Acrescenta ainda que “uma característica importante dos enquadramentos noticiosos é o fato de que eles são resultados de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida”.⁴⁴

Dessa forma, operando seleção, ênfase e exclusão, as revistas, ao noticiarem a Transamazônica, apresentam uma regularidade de enfoque – por sua vez circunscrito pelo tema da aventura e do desafio – que podemos qualificar como “enquadramento aventura nacional”. A proposta de Porto tem o mérito de evidenciar o caráter seletivo da produção da notícia realizado pelo jornalista. Entretanto, no caso da Transamazônica, sobretudo em função dessa regularidade de enfoque, é preciso ressaltar que não se trata aqui de um enquadramento produzido apenas pelo jornalista como fruto de sua autonomia profissional.

⁴² Idem. p. 23-24.

⁴³ PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. p. 91.

⁴⁴ Idem. p. 92.

Além das questões conjunturais de ordem política, pelo menos dois são os aspectos de ordem estrutural que, convergem diretamente à produção desse tipo de enfoque. O primeiro provém do advento das grandes reportagens que consagrara *O Cruzeiro* na década de 1940 (como mencionado no capítulo um) marcando profundamente a linha editorial dessa revista e que, associado ao advento da incorporação do fotojornalismo, tornou-se paradigmática entre as revistas ilustradas brasileiras. Conduta empregada pelos jornalistas no seu cotidiano profissional, seu traço fundamental está, amparado pelo registro fotográfico, em explorar os aspetos sensacionais dos eventos, imprimindo-lhe constantemente um clima de aventura. Entretanto, o que parece um simples traço editorial é revelador de importantes aspectos inscritos no imaginário brasileiro do período. Segundo André de Seguin des Hons,

A combinação da informação com o sensacional e a aventura tem, para o historiador, uma significação que vai além de uma simples receita de sucesso de uma revista. Ela se inscreve na sensibilidade do momento e é possível que essa identificação leitor-revista traduza a exaltação de um período no qual o Brasil aparece, freqüentemente, aos olhos de sua classe média como um país do futuro (...) A revista atendia tanto a um público popular quanto às classes privilegiadas (...) Mais que um simples reflexo de um movimento ideológico, *O Cruzeiro* foi um de seus amplificadores.⁴⁵

Embora se reporte às décadas de 1940 e de 1950, a análise de Hons não soaria improcedente caso se referisse ao Brasil da década de 1970, mas sim bastante sugestiva. Dessa maneira, o “enquadramento aventura nacional” produzido nas revistas, caracterizado pela cobertura enviesada por aquilo que se convencionou como sensacional na Transamazônica, também se inscreve na sensibilidade daquele momento vivido no país. Isso se dá especialmente entre as camadas médias e elites dos centros urbanos, que experimentaram o pujante sentimento de otimismo catalisado pelo advento do “milagre brasileiro”,⁴⁶ quando sob o signo do “Brasil grande”, perspectivava-se o Brasil como um país desenvolvido até o final do século XX. Esse sentimento, caracterizado por Muniz Sodré como ufanismo generalizado, é traduzido para esse autor da seguinte maneira: “a

⁴⁵ SEGUN des HONS, André de. *Le Brésil, presse et histoire, 1935 - 1985*. Apud COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. p. 143.

⁴⁶ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. p.17.

cultura de massa brasileira não poupa os usos do seu ufanismo: a simples indicação fotográfica de uma cachoeira – em geral conotada como soberba, majestosa, incomparável – já é significada como índice de extraordinária capacidade hidroelétrica”.⁴⁷ Respondendo a essa tradição editorial, a Transamazônica tornou-se um celeiro de sugestivas reportagens a respeito da conquista do misterioso “inferno verde”.

O segundo aspecto a ser mencionado diz respeito exatamente à compreensão da Amazônia como o “inferno verde”. Essa expressão é atribuída a Alberto Rangel, cujo livro de contos publicado em 1908 a tem como título. Somado a ele, outros autores, a exemplo de Euclides da Cunha, em *À Margem da História* (1909) e Ferreira de Castro, em *A Selva* (1930), produziram imagens emblemáticas sobre a Amazônia que, cunhadas ao longo do século, contribuíram para a compreensão da floresta como um lugar encoberto por mistérios, que ao mesmo tempo se revelava prodigioso e infernal, cuja natureza inóspita e hostil representava um desafio ao homem. O livro de Ferreira de Castro é um romance contextualizado na floresta, na qual o autor viveu por oito anos ao imigrar com a família em 1910 de Portugal para o Brasil. Considerado um importante romance da literatura portuguesa, foi traduzido para vários idiomas, sendo adaptado para o cinema brasileiro em 1972 por Renato Coutinho, filme que teve direção de Márcio Souza. Em linhas gerais, o livro traz como pano de fundo a luta do homem contra a natureza hostil, a solidão da floresta, a exploração do trabalho nos seringais. Destacamos um trecho bastante significativo do pequeno prólogo com que o autor abre o livro: “A luta de cearenses e maranhenses nas florestas da Amazônia é uma epopeias de que não ajuíza quem, no resto do Mundo, veloz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha – da borracha que esses homens, humildemente heróicos, tiram à *selva misteriosa e implacável*”.⁴⁸

O livro do pernambucano Ferreira de Castro, por sua vez, é prefaciado pelo fluminense Euclides da Cunha, de quem se tornou amigo na Escola Militar, pela qual se formaram engenheiros. Nesse prefácio, o autor de *Os Sertões*, cujas reflexões sobre a Amazônia tiveram papel destacado nas primeiras décadas do século XX, registra algumas de suas impressões sobre a região. Segundo ele “a Amazônia é a última página, ainda, a escrever-se do Genesis”⁴⁹ Acrescenta: “entre as magias daqueles cenários vivos, ha um actor agonizante, o homem. O livro é, todo elle, este contraste”.⁵⁰ Compartilhando uma

⁴⁷ SODRE, Muniz. *Comunicação do grotesco: Introdução a cultura de massa brasileira*. p 32.

⁴⁸ FERREIRA DE CASTRO, Jose Maria. *A Selva*. p. 20. (grifo nosso)

⁴⁹ Idem. p. 9.

⁵⁰ Idem. p.11.

perspectiva que se aproxima em muitos pontos, ambos os autores debruçam em suas reflexões sobre a relação homem/natureza, assim figurada por Euclides: “É a guerra de mil annos contra o desconhecido. O triumpho virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotissimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.”⁵¹ Referindo-se propriamente ao livro, encerra o seu prefácio dizendo tratar-se de “uma grande voz, pairando, comovida e vingadora, sobre o inferno florido dos seringaes, que as mattas opulentas engrinaldam e traiçoeiramente matizam das côres illusorias da esperança”.⁵²

O último conto do livro de Rangel também é intitulado *Inferno Verde*. Nele é narrada a história de um jovem recém-formado engenheiro de nome Souto. Contratado para realizar um trabalho topográfico na floresta, “tudo conspirara para augmentar de pungencias o sacrificio do Souto. Os piuns suppliciavam a jornada; e, com os piuns, irritando-lhes a epiderme das mãos, que a nuca a resguardava um mosquiteiro de cabeça providencial, a lembrança obsediante da lagoa letal”.⁵³ Chegado ao destino, Boa Vista, os trabalhos são iniciados, entretanto, o engenheiro é acometido por uma forte febre seguida por delírios. Com o agravamento do quadro, determina o retorno imediato em busca de auxílio médico. Amparado por seu encarregado Miguel, o que se segue é o martírio do personagem, retornando rio abaixo em busca da cura. Ao aportarem em um barranco do rio, por determinação de Souto, encontram uma tapera abandonada, em cujo terreno existia um roseiral. Miguel então acomoda o patrão em uma rede e parte em busca de socorro nas proximidades. Após a saída desse, Souto levanta-se da rede “em gestos convulsionados, num delírio de acção, apontando em ameaças ás arvores em torno”⁵⁴. De tal forma que, como a lutar com a floresta, atira-se no roseiral, atracando-se com as rosas. Moribundo, pouco antes de morrer, com um sorriso de alívio, Souto aponta para a mata e diz: “ – Inferno!... Inferno... verde!”.⁵⁵ Caso pudesse responder ao engenheiro, na narrativa de Rangel, a floresta o fazia da seguinte maneira:

⁵¹ Idem. p. 4-5.

⁵² Idem. p. 22.

⁵³ Idem. p. 258.

⁵⁴ RANGEL, Alberto. *Inferno verde: Scenas e scenarios doamazonas*. p. 278.

⁵⁵ Idem. p. 279.

Não houve éco que apanhasse e devolvesse as palavras de fel dos lábios do Vencido. A terra ambiente com ellas ganhava o distico e o ferrete: - Inferno Verde!

Mas essa terra que, matando o aventureiro, o estemmava de rosas, poderia no entretanto responder: "perdô-te e compreendo o estigma que me lanças. (...) Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vandalo inquieto, com a imagem amada das terras d'onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada de paixão por dominar a terra virgem que babaramente violenta. Eu resisto a violência dos estupradores... (...) não me vence a sorrir... Exijo o sacrificio que os antigos deuses reclamavam: sangue e morte. A expiração vale, porém, a apotheóse. Quem um Poeta solennize, no esplendor de estrophes perfectas, as Victimias e a Derrota; o fecho do poema alludirá ao meu Destino, à glória do VALLE FECUNDISSIMO – reino das aguascorrentes, horto das Orchideas e palmeiras, imperio das Heveas e Uaupé assus!..."

E a terra invia, confortada e desenhosa em sua nobre serenidade prophetica, accrescentaria: "Oh! infeliz Invasor! Fadejas desenraizado, descontente, praguejando, mas fertilizas... Por ti sou denegrida; que importa! impassivel, porem, aguardo as gerações que hão de seguir, cantando, o casso de meu triumpho!"⁵⁶

A literatura sobre a Amazônia é bastante extensa, inúmeros foram os autores que se dedicaram ao tema, sendo que as primeiras obras datam desde o século XVII. Não é nosso objetivo fazer um inventário desses trabalhos, tão pouco analisá-los. A título de elucidação de nossa problemática, elegemos apenas alguns, entretanto sem nos determos a eles como muito vagar. A escolha não foi aleatória. Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Ferreira de Castro, além de autores cujos textos sobre a Amazônia foram tornados clássicos, têm seus trabalhos – *À Margem da História*, *Inferno Verde* e *A Selva* – reiteradamente referenciados por jornalistas de *O Cruzeiro* e *Manchete* em reportagens sobre o PIN-Transamazônica. Como a formar um pré-horizonte de compreensão, os olhares lançados por esses autores, portanto, inscrevem um conjunto imagético sobre a Amazônia, que baseado, de modo geral, na figuração da floresta inóspita e implacável, não à-toa inferno verde, é legado às gerações subseqüentes. Esse olhar que perdura não pode ser negligenciado como nítida referência àqueles observadores dos anos de 1970.

A construção da Transamazônica, portanto, une uma tradição editorial orientada para a exploração do sensacional a um imaginário sobre a Amazônia que se funda na floresta inóspita. Dessa forma, além dos outros fatores que o compõe, o “enquadramento aventura nacional” se realiza significativamente como produto dessa convergência. Uma

⁵⁶ Idem. p. 280-283.

vez focada no sensacional, a conquista da Amazônia apresenta um terreno fértil de reportagens para as revistas, além de possibilitar o apoio ao regime militar, favorecendo assim uma prerrogativa econômica e política para esses meios. Nesse sentido, o cenário construído pelas revistas amplifica as expectativas da ditadura acerca do potencial simbólico da Transamazônica.

Para discutirmos propriamente o conteúdo das revistas, de modo a consubstanciar o argumento central desse trabalho, definimos três séries de análises: as reportagens, os artigos e a publicidade. As reportagens são muitas e versam sobre os mais variados temas que envolvem a construção da estrada. No primeiro momento, correspondente ao que segue o anúncio do projeto, as reportagens veiculadas possuem um caráter informativo, tratando de seu itinerário, das justificativas para a construção, do prazo de entrega e dos recursos financeiros despendidos. Em um segundo momento, posterior ao início das obras, as reportagens assumem um viés mais temático, nas quais os jornalistas, geralmente *in loco*, exploram aspectos relacionados ao cotidiano da construção, como o trabalho nas frentes de desmatamento, o deslocamento, a chegada, a instalação e a vida dos colonos nos núcleos populacionais. Uma outra modalidade de reportagens diz respeito às solenidades oficiais, que correspondem à cobertura das ações do governo, geralmente por ocasião do anúncio da conclusão de algum trecho da estrada. Na análise que se segue, dada a extensão do material levantado, discutiremos apenas algumas dessas reportagens que entendemos como mais emblemáticas. Representativa daquele primeiro momento é uma reportagem intitulada “A estrada da pacificação: Transamazônica”, publicada na revista *Manchete* do dia 1º de agosto de 1970.



Imagem 1

Imagem 2

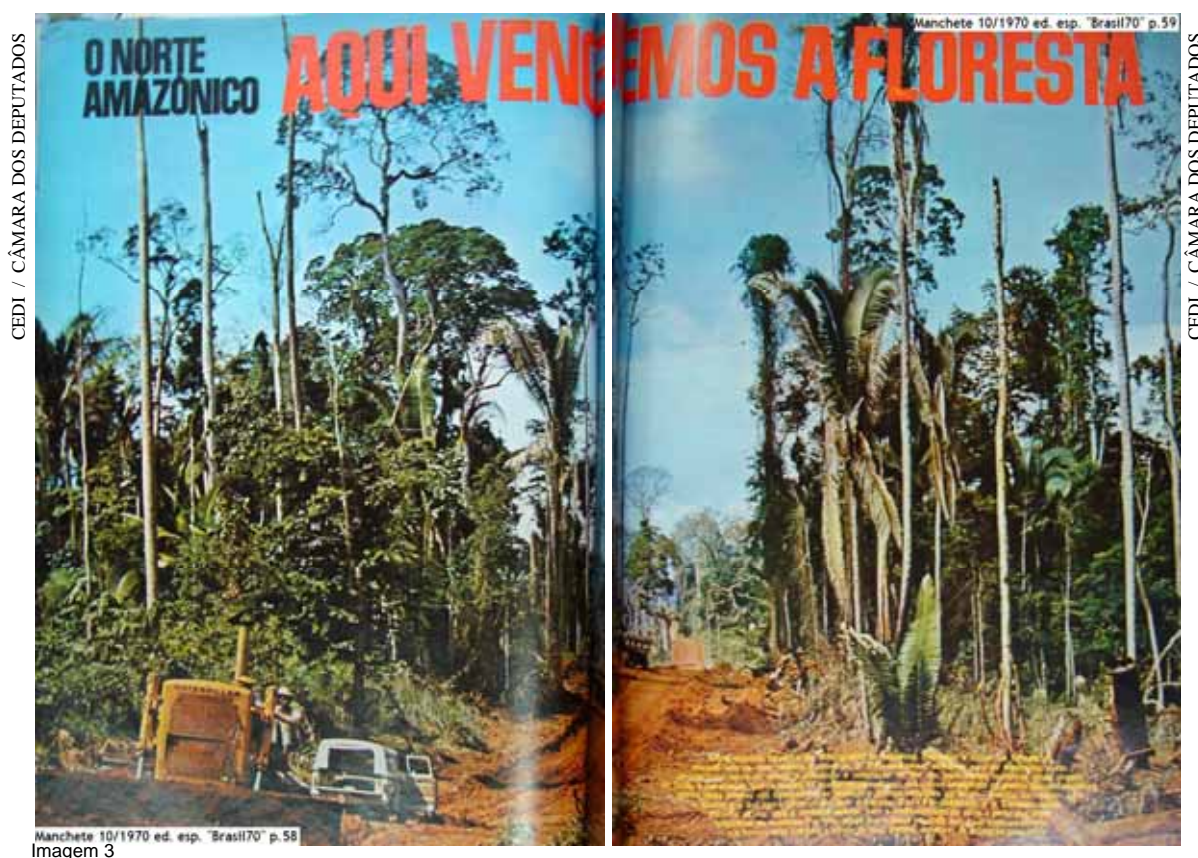
A reportagem, composta por nove páginas, em sua maioria imagens, trata de informar o leitor sobre a justificativa do governo para a construção da Transamazônica como uma resposta ao problema da seca no Nordeste. Apresenta o itinerário da estrada – traçando um perfil econômico das cidades e das regiões que serão cruzadas por ela –, assim como o programa de colonização a ela imbricada. É apresentado ainda um conjunto de problemas que deverão ser enfrentados para a sua realização. Entretanto, interessamo-nos por alguns elementos que compõe a reportagem, como a frase escrita acima do título que sinaliza para a questão da aventura: “Prossegue a grande aventura de desbravamento da selva”. Uma outra passagem ainda nos é muito significativa, e indica a aposta na capacidade da Transamazônica de promover mobilização social, de motivar a união nacional, sobretudo dos jovens:

Antes de ser a via da salvação para o Nordeste ou da integração para a Amazônia, porém, a Transamazônica traz em si um potencial mais profundo: poderá transformar-se na estrada da pacificação nacional, na medida em que, para sua implantação e colonização de suas margens, se mobilizem as gerações de jovens, sequiosas de oportunidades,

contestadoras dos padrões atuais, rebeldes como em todo o mundo. A obra que começa com a implantação da Transamazônica exigirá tamanha soma de recursos materiais e humanos que apenas a integração de gerações permitirá o êxito final.⁵⁷

Em outubro de 1970 é lançada uma edição especial da *Manchete* comemorativa ao ano de 1970, uma espécie de retrospectiva com os mais importantes acontecimentos do ano. Nessa, uma reportagem de doze páginas repletas de imagens coloridas é dedicada à Amazônia e traz o seguinte título: “O norte amazônico: aqui vencemos a floresta”.

Imagem 4



Esse título evidencia a compreensão de uma relação de distinção entre homem e natureza que, pelo menos no que diz respeito à floresta amazônica, é baseada na luta, daí o emprego do verbo vencer. Com a imagem de um trecho do início das obras, a página de abertura da reportagem, referindo-se à Transamazônica, tem escrito ainda: “por isso, diz-se que o Brasil respondeu aqui a um histórico desafio – e a humanidade enfrenta a última de suas grandes aventuras de ocupação geográfica”.⁵⁸ A exemplo da reportagem anterior, é

⁵⁷ *Manchete*, 1/8/1970, n. 954. p.86.

⁵⁸ *Manchete*, 10/1970, ed. esp. “Brasil 70”. p. 58-59.

possível perceber um apelo à união, por isso atribuir a construção da Transamazônica como uma tarefa enfrentada pela humanidade, como a dizer que todos são delas colaboradores, ou pelo menos que a todos ela interessa. É nítido também como esse texto reforça ainda a questão da aventura.

Com o início das obras, as revistas passaram a noticiar o que *in loco* estava sendo realizado na construção da Transamazônica. Repórteres e mesmo outros enviados das revistas partiam para a Amazônia, onde permaneciam por algum tempo acompanhando as obras, de modo a registrarem em reportagens suas impressões e experiências. É o caso do ministro conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos, John Mowinckel, que, acompanhado por um fotógrafo de *Manchete*, publicou reportagem intitulada “As luzes se acendem na Amazônia”.



Imagem 5

Apresentando as adversidades enfrentadas na obra, sobretudo relacionadas às fortes chuvas diárias, elogia a disposição dos trabalhadores que em um ritmo intenso de trabalho “vão abrindo caminho na floresta, cortando a média de 3100 árvores por quilômetro. (...) as árvores tem mais de um metro e meio de diâmetro, e algumas delas tem

até 40 metros de altura”.⁵⁹ A reportagem ainda destaca: “Quem viaja pela Transamazônica sente-se como um Vasco da Gama do século XX, descortinando continentes perdidos e inexplorados”.⁶⁰ As páginas de abertura trazem fotos coloridas do início das obras e um texto de apresentação exaltando a questão do desafio, então relacionado ao pioneirismo da exploração da floresta misteriosa:

Jovens do Brasil inteiro estão chegando aqui em número cada vez maior para trabalhar dia e noite, devassando esta vasta e misteriosa área na melhor da tradição dos grandes pioneiros da história. Eles estão construindo a Transamazônica, um dos grandes desafios do século 20. Empreendimento que capturou a imaginação dos povos de todo o mundo, a Transamazônica será em breve futuro um monumento ao espírito criador e à coragem do homem.⁶¹

As luzes a que se refere o título dizem respeito à conhecida expressão “o último a sair apaga a luz”. Apagar as luzes nesse caso significaria titubear frente aos desafios que envolvem a aventura de construção da Transamazônica, e, por conseguinte, abandoná-lo. Entretanto, com um apelo patriótico, a reportagem acrescenta que “nenhum deles pensaria em abandonar o Brasil. A nenhum deles ocorreria a idéia de apagar as luzes... pelo contrário, eles querem ficar e estão acendendo novas luzes tão depressa quanto possível”.⁶² Dessa forma, com essa coloração patriótica, a Transamazônica é um empreendimento que toca o brio de todos os brasileiros. Embora dirigida aos trabalhadores empenhados na construção, o apelo ao patriotismo reforça a compreensão do caráter ecumênico, portanto, agregador da Transamazônica. Trata-se de uma responsabilidade para com o Brasil.

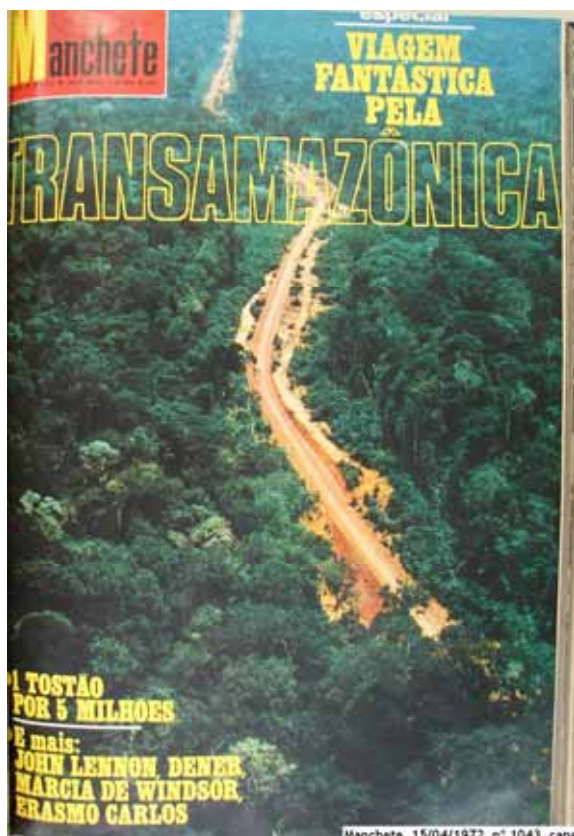
Um elemento comum às duas reportagens anteriormente discutidas é o emprego do registro fotográfico. Como discutido no primeiro capítulo desse trabalho, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* são pautadas pelo fotojornalismo, técnica em que se entende a imagem

⁵⁹ *Manchete*, 20/3/1971, n. 987. p.83.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ *Idem*. p.79.

⁶² *Idem*.



como constituinte da notícia, de modo que a relação texto e imagem é articulada em narrativas produtoras de sentido para os eventos. No caso da Transamazônica, as reportagens são repletas de imagens coloridas. Como no exemplo da imagem ao lado, fotos aéreas que enquadram verticalmente a estrada são veiculadas com frequência. Talvez o uso comum desse tipo de enquadramento decorra da amplitude que esse atribui à estrada. O certo é que a construção da Transamazônica forneceu um vasto material aos fotógrafos. Joel Silveira, importante repórter da revista *Manchete*, escreve a esse respeito um artigo na

revista. Após ressaltar a contribuição de autores como Euclides da Cunha e Ferreira de Castro, que se dedicaram ao tema da Amazônia, segundo ele é também necessário se referir à contribuição do fotógrafo,

mais precisamente da reportagem fotográfica, a quem se deve, sem dúvida alguma, o que mais autêntico e precioso existe no retrato – ainda não de corpo inteiro – da Amazônia como a vemos e conhecemos hoje. Dispondo cada vez de maiores recursos da técnica fotográfica – cujo manejo seus melhores operadores transformaram em verdadeira arte – é o fotógrafo, na atualidade, quem vem revelando as verdadeiras dimensões e verdadeiras cores da Amazônia, atingindo com suas câmaras uma exatidão e uma amplitude até então ainda não alcançadas pela série sem conta de etnólogos, geógrafos, botânicos, geólogos, etc., que instalaram naquele mundo verde seus laboratórios.⁶³

Um exemplo muito significativo da configuração da fotorreportagem se intitula “Os heróis da Transamazônica”, que foi publicada no dia 9 de janeiro de 1971 em *Manchete*.

⁶³ *Manchete*, 2/6/1973, n. 1102. p. 72-73.



Imagem 7



Imagem 8



Imagem 9



Imagem 10



Imagem 11



Imagem 12



Imagem 13



Manchete 09/01/1971 n°977 p.88

Imagem 14



Os 17 primeiros quilômetros da frente de Itaituba são transitáveis, desde que um trator ajude a dosencolhar o jipe

O maior de Itaituba no trabalho, o maior de Itaituba no trabalho, o maior de Itaituba no trabalho... (text continues with details about military operations and terrain conditions)

O prós-do-dia dependo de Seu Antônio

A situação não é fácil e nem é... (text continues with a report on local conditions and the role of a specific individual)

Colégio, sim, mas colega dos azeites

O colégio é o símbolo das... (text continues with a report on educational facilities in a rural area)

Manchete 09/01/1971 n°977 p.89

Imagem 15



O pioneiro do trecho de Itaituba deixou mulher e sete filhos em Fortaleza

Logo se pôde perceber, da República... (text continues with a report on a pioneer's family situation)

Paradoxo: a lapini e o abeto para protótipo

Logo, quando se fala em Transamazônica... (text continues with a report on agricultural experiments)



Manchete 09/01/1971 n°977 p.91

Imagem 16



São os mateiros: uma jornada diária de 12 horas que não conhece descanso nem aos sábados, nem aos domingos

Logo, há muitos de quem os mateiros... (text continues with a report on the daily lives of loggers)

Os mateiros são brasileiros... (text continues with details about the logging industry)



Os mateiros brasileiros... (text continues with a report on the logging industry)

Manchete 09/01/1971 n°977 p.93

Imagem 17

Como é possível perceber, a fotografia constitui um elemento ativo da reportagem, das suas doze páginas ela é predominante em nove. Sua veiculação, entretanto, não é meramente ilustrativa, portanto dispensável à composição da notícia. A arquitetura da fotorreportagem, como salienta Helouise Costa, deriva de um “amalgama entre imagem e texto, o vínculo entre foto e legenda é fundamental na sua construção por se constituir na sua unidade narrativa”.⁶⁴ A legenda cumpre assim uma função orientadora do olhar ao direcionar a leitura da imagem, uma vez que essa possui uma natureza potencialmente ambígua, dificultando sua inteligibilidade imediata.⁶⁵ Nesse formato de fotorreportagem, as legendas diferem do que hoje estamos acostumados, para cumprirem com eficiência sua função orientadora da leitura da imagem, se constituindo em pequenos textos. Dessa forma, “foto e legenda incorporam-se de tal maneira que a palavra parece estar apenas referendando a ‘objetividade’ da imagem, o que camufla o seu papel como elemento denotativo”.⁶⁶ As fotorreportagens, não à toa, são tradicionalmente realizadas a quatro mãos: as do repórter e as do fotógrafo. “Os heróis da Transamazônica” é assinada da seguinte maneira: reportagem de Atenéia Feijó, fotos de Valter Firmo.

A reportagem assume um viés mais temático e se dedica a explorar as frentes de trabalho, mais especificamente as frentes de desmatamento realizadas por trabalhadores conhecidos por “mateiros”. Segundo Atenéia, “conhecer o trabalho dos desmatadores é conhecer a parte heróica dessa fase pioneira da Transamazônica”.⁶⁷ A repórter e o fotógrafo exploram aspectos relacionados ao cotidiano dos trabalhadores, na sua totalidade homens, no que tange à rotina de trabalho, aos métodos e técnicas por eles empregados durante a derrubada das árvores, ao tipo de alimentação e ao estilo das acomodações que se alojam. Aspectos de caráter mais subjetivo desses trabalhadores também são tratados como expectativas que os motivaram àquele trabalho (no geral se trata da busca por mais dinheiro), e a saudade que sentem dos familiares, sobretudo das esposas que não puderam acompanhá-los.

Nas duas páginas de abertura, fica nítida a questão da aventura – são muitos os elementos que as compõe nesse sentido. A começar pelo título, a menção ao herói já conota aventura. Somado a isso, a foto, provavelmente encenada para amplificar seu conteúdo dramático, fica ainda mais significativa. Os dois trabalhadores retratados estão

⁶⁴ COSTA, Helouise. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista *O Cruzeiro*. p. 88.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem. p. 89.

⁶⁷ *Manchete*, 9/1/1971, n. 977. p. 89.

diminutos até à imponência da floresta e à vastidão da estrada, como a dizer do tamanho da aventura que o herói deverá enfrentar. O texto localizado no canto superior direito da página traz escrito: “Domingos fechou a mala de papelão, já um tanto gasta. Mas há quem não tenha nem a mala de papelão: se larga para a aventura da Transamazônica só com a sua trouxa nas costas”.⁶⁸ Outras duas passagens da reportagem são significativas nesse sentido. Na fotografia localizada na parte superior da página 87, trabalhadores reunidos assam carne. Deles, três portam espingardas. Ao fundo está estendido o couro de quatro animais. A cena registra o momento do almoço dos mateiros. O texto informa que muito da alimentação desses desmatadores depende dos animais que esses abatem durante o desmatamento: cutias, veados, jacus, macacos guariba. Em um outro momento, ao referir-se ao tapiri (uma construção rústica e provisória destinada ao pouso dos trabalhadores), enfatiza que esses não possuem paredes, dizendo tratar-se, além de uma alternativa ao calor, de uma função estratégica.

Os homens explicam que o tapiri é aberto não só para se ter uma boa ventilação, como também por uma questão de segurança: assim, não ficarão acuados no caso de algum bicho atacá-los durante a noite. Primeiro porque como tudo é aberto há maior possibilidade de escutar-se à distância qualquer ruído estranho na floresta. Depois porque, se mesmo assim ainda estiverem lá quando o bicho chegar (falar em bicho pensam quase sempre em onça), terão várias opções para fuga em vez de estarem fechados.⁶⁹

Além das frentes de desmatamento, alguns outros assuntos foram tratados em diversas reportagens que em comum possuíam o enfoque na aventura e no desafio que envolve todos os aspectos que dizem respeito à construção da estrada: da longa viagem para o norte às questões próprias da colonização. Com relação à migração, destacamos a reportagem intitulada “A longa marcha para o norte”, publicada em *O Cruzeiro* de 6 de setembro de 1972. Ao longo de dez páginas são narradas todas as agruras enfrentadas por um grupo de famílias (futuros colonos) que partem do Espírito Santo em uma viagem de catorze dias rumo à Transamazônica. Dessa forma, o desafio já começa antes mesmo da chegada à Transamazônica. No que tange à colonização, destacamos a reportagem de

⁶⁸ Idem. p. 80.

⁶⁹ Idem. p. 91.

dezessete páginas intitulada “A mulher na Transamazônica”, do dia 15 de julho de 1972, em que é focado o cotidiano de mulheres e crianças nos núcleos populacionais ao longo da estrada. Duas passagens são muito interessantes. Questionada pela repórter se os barulhos na floresta não a afugentavam, uma colona responde da seguinte maneira: “– Medo mesmo a gente só tem quando escuta o ronco da onça. Mas é um instante só; basta dar um tiro pra cima que a bicha se espanta. O porco queixada também é perigoso, porque ataca em bando. Cobra aqui tem muito, só que a gente se acostuma logo, e aprende a pisar como deve”.⁷⁰ A outra passagem refere-se ao pium, mosquito típico da região, destacado em diversas reportagens como um dos maiores tormentos dos colonos; “piuns cáusticos”⁷¹, como qualificou-os Alberto Rangel em *Inferno Verde*. O trecho da reportagem é o seguinte: “Apesar do grande encantamento que a selva e a grande estrada exercem sobre os colonos, eles têm também suas desilusões. A selva traz doença e morte. Muitos fogem da luta. Alguns já voltaram. Mas o grande pesadelo da região são a dermite e a leishmaniose, doenças provocadas pela picada do pium”.⁷² Reforçando a questão da aventura, nesta mesma reportagem, a foto de uma criança brincando à beira da estrada (longitudinalmente enquadrada), tem a seguinte legenda: “Alegres e livres, as crianças da Transamazônica desconhecem talvez que estão participando do maior empreendimento do século”.⁷³

Antes de passarmos para as reportagens de cobertura das solenidades, consideramos significativo apresentar outros dois exemplos de reportagens que explicitam a questão da aventura. O primeiro é extraído de *Manchete* do dia 2 de outubro de 1971.

Grande é a selva, porém maior é o homem, é o brasileiro decidido a encontrar o seu futuro, está abrindo caminhos que antes pareciam impraticáveis, em pleno coração da mata equatorial. O projeto da Transamazônica obriga o antigo inferno verde a recuar, coloca postos avançados de civilização nos lugares mais remotos e torna o índio um espectador espantado, prestes a ser assimilado pela cultura dos que chegam para ficar⁷⁴

O segundo também de *Manchete* data de fevereiro de 1973.

⁷⁰ *Manchete*, 15/7/1972, n. 1056. p. 92.

⁷¹ RANGEL, Alberto. op. cit., p. 260.

⁷² *Manchete*, 15/7/1972, n. 1056. p. 94.

⁷³ *Idem*. p.90.

⁷⁴ *Manchete*, 2/10/1971, n° 1015. p.94.



Imagem 18

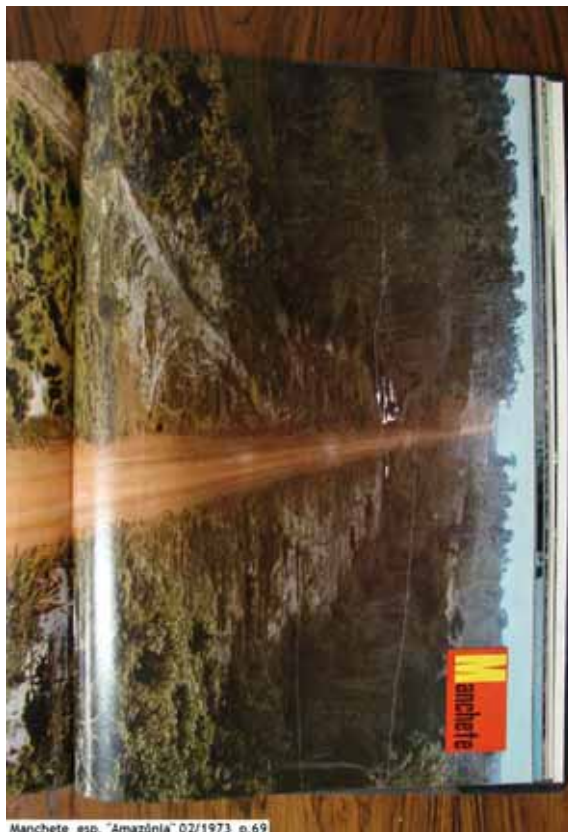


Imagem 19



Imagem 20



Imagem 21

A reportagem intitula-se “A epopéia das estradas”, e tem 20 páginas. Nas páginas de abertura, mais uma vez a Transamazônica é enquadrada longitudinalmente na foto, mas agora em uma tomada aérea. Aviões e helicópteros foram de grande valia para os fotógrafos, a maioria das imagens da estrada veiculadas nas revistas são fotografias aéreas. Além do título (bastante sugestivo do tema da aventura), a legenda que acompanha as fotografias das páginas 74 e 75, ambas aéreas focalizando tratores utilizados na construção da obra, também é significativa nesse sentido:

Nas diversas frentes de trabalho da Amazônia, a abertura das grandes estradas obedece, durante os meses de estiagem, a uma rotina inalterável. Primeiro é preciso desbastar a mata, com a derrubada dos gigantes da selva, cujos troncos as moto-serras cortam e cujas raízes profundas são extirpadas do chão, ao qual se agarram ferozmente, pelas escavadeiras, os tratores e os bulldozers. Em seguida, estabelece-se, no chão livre, o varadouro pioneiro – verdadeira matriz da futura estrada. Em nenhuma tarefa que já executou sobre a face da terra, o homem teve pela frente, como está tendo na Amazônia, um trabalho tão árduo. Calor, poeira, mosquitos, as doenças, as chuvas que desmancham em minutos o trabalho de dias são os implacáveis inimigos que diariamente devem ser enfrentados e vencidos.⁷⁵

Agora trataremos das reportagens a respeito das principais solenidades oficiais que envolvem a Transamazônica. Essas receberam cobertura das revistas que noticiaram o anúncio oficial da construção, as inspeções regulares das obras e a inauguração de trechos. Nessa cobertura que durou quatro anos, além do presidente Médici, dois outros personagens figuraram constantemente nas reportagens: o ministro dos Transportes, Mário David Andreazza, e o diretor do DNER, Eliseu Resende. Ambos tornaram-se personalidades conhecidas do público leitor das revistas, ora entrevistados, ora homenageados, sobretudo Andreazza, amigo pessoal do principal repórter e articulista de *O Cruzeiro*, David Nasser. O anúncio da construção da estrada transformou-se em uma solenidade nas instalações de *O Cruzeiro*, sendo noticiada no dia 29 de setembro de 1970 sob o título de “Andreazza reafirma que obras em ritmo de Brasil grande farão Transamazônica: o caminho do futuro”.⁷⁶ Os diretores dos Associados ofereceram um almoço no salão nobre de *O Cruzeiro*, em que contou com Andreazza – convidado para falar sobre as atividades do seu

⁷⁵ *Manchete*, ed. esp. “Amazônia”, 2/1973. p.74.

⁷⁶ *O Cruzeiro*, 29/9/1970, n. 40. p. 118.

ministério, principalmente sobre a Transamazônica – e a presença de importantes nomes do governo no setor dos Transportes, como Eliseu Resende, além dos principais repórteres e diretores dos Associados. Nessa ocasião, o ministro referiu-se à Transamazônica: “temos pressa de começar, e todo o governo está nesta empreitada, juntamente com o povo, que deseja o progresso e ver solucionados os problemas do país”. Notemos como na frase do ministro, governo e povo figuram unidos em torno do ideal de progresso e da Transamazônica. Nesse sentido, acrescido da questão da aventura, ainda em *O Cruzeiro*, a propósito da visita do presidente Médici às obras de construção da estrada, foi publicada uma reportagem no dia 13 de outubro de 1971.



O título da reportagem, ao comparar a estrada aos doze trabalhos de Hércules, é significativo à compreensão do que denominamos “enquadramento aventura nacional”. A reportagem é encerrada ainda com os seguintes dizeres: “mas não há dúvida que agora o Presidente Médici disporá dos elementos básicos para um desafio que ele, à frente de uma geração, aceitou para vencer”.⁷⁷

⁷⁷ *O Cruzeiro*, 13/10/1971, n. 41. p. 112.

Como apresentado no capítulo anterior, a Transamazônica foi construída em duas etapas: o primeiro trecho entre Estreito-MA / Itaituba-PA, e o segundo trecho entre Itaituba / Humaitá-AM. As solenidades de inauguração de ambos os trechos foram noticiadas pelas revistas.

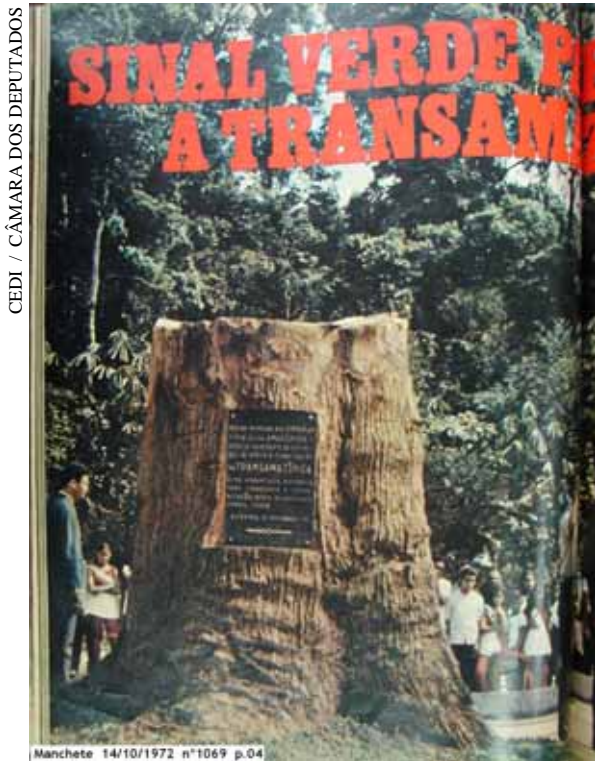


Imagem 24



Imagem 25

Inauguração do trecho Estreito-MA / Itaituba-PA em *Manchete*.



Imagem 26

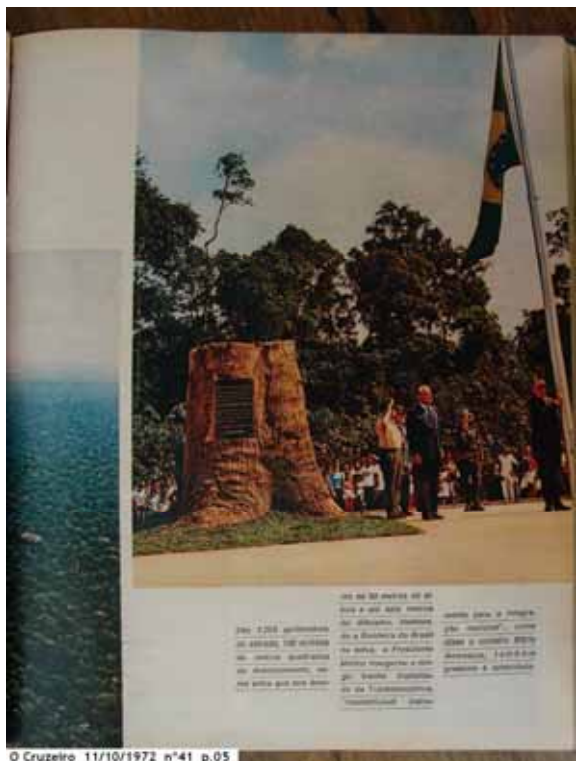


Imagem 27

Inauguração do trecho Estreito-MA / Itaituba-PA em *O Cruzeiro*.



Imagem 28

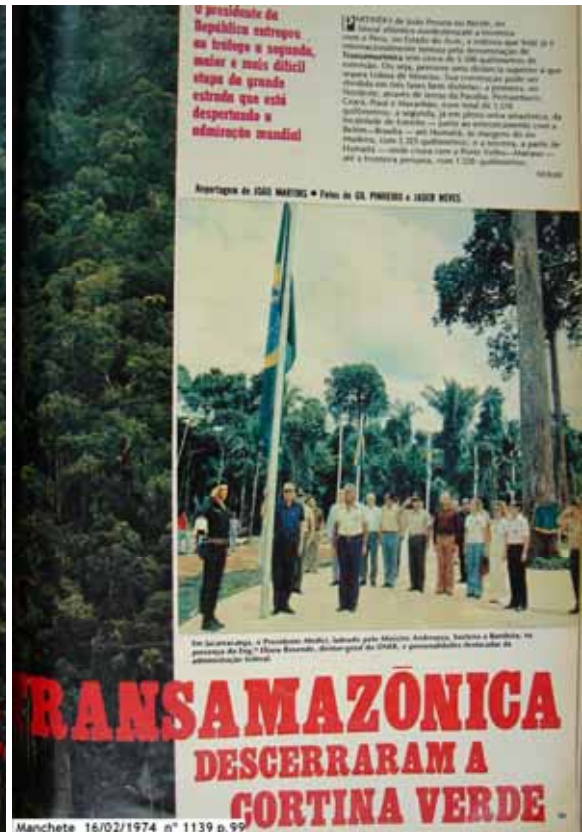


Imagem 29

Inauguração do trecho Itaituba - PA / Humaitá-AM em *Manchete*.



Imagem 30



Imagem 31

Inauguração do trecho Itaituba - PA / Humaitá-AM em *O Cruzeiro*.

As quatro reportagens destacadas são bastante formais e se limitam a descreverem as solenidades, as personalidades políticas nelas presentes, os textos inscritos nas placas de inauguração, além de reproduzirem trechos dos discursos proferidos pelo presidente e pelo ministro dos Transportes. Entretanto, mesmo em se tratando de reportagens com conteúdos mais restritos, como se prestassem a cumprir formalidades burocráticas na forma mesmo de um registro oficial da ocasião, elas congregam os três principais elementos constitutivos do “mito da grande aventura nacional”, tanto no que é escrito pelos repórteres, como nos trechos dos discursos selecionados para reprodução.

O primeiro deles diz respeito à questão do desafio, da aventura. Em “Sinal verde para a Transamazônica”, publicada em *Manchete* de 14 de outubro de 1972, o texto de abertura da reportagem, situado no canto superior direito da segunda página, diz: “o desafio da maior selva virgem do mundo foi aceito, e já está praticamente vencido. Metade do território nacional está agora aberto às gerações de amanhã. É esta epopéia que se conta nessas páginas”.⁷⁸ O segundo diz respeito às projeções do “Brasil grande” associadas à Transamazônica. Em “Transamazônica: missão cumprida”, publicada em *O Cruzeiro* do dia 13 de fevereiro de 1974, o trecho do discurso do ministro Andreazza, reproduzido com destaque, é o seguinte: “Vencemos os obstáculos para inaugurar a Transamazônica, ninguém mais pode se antepor à marcha do Brasil para um grande destino”.⁷⁹ A Transamazônica, dessa forma, é um dos marcos inaugurais desse grande destino, daí intitular-se “Compromisso com o futuro” a reportagem de *O Cruzeiro* do dia 11 de outubro de 1972. O terceiro refere-se à sua capacidade de promover mobilização social, adesão. Também em “Transamazônica: missão cumprida”, o texto de apresentação da reportagem, que noticiava a inauguração do último trecho da estrada, traz “Eram 10h45min do dia 30 de janeiro de 1974. E estava realizado o grande sonho de cem milhões de brasileiros”.⁸⁰ Considerando que cem milhões de habitantes era o número estimado da população brasileira no período, a Transamazônica figura na frase como uma realização que traduzia a união de todos em torno de uma aspiração em comum.

Antes de passarmos à discussão dos artigos, gostaríamos ainda de destacar mais uma reportagem sobre a cobertura das solenidades. Refere-se à comemoração da construção do quilômetro mil da Transamazônica, e a festa realizada em Marabá-PA a propósito desse marco em que se encontravam presentes o presidente da República e o

⁷⁸ *Manchete*, 14/10/1972, n. 1069. p.5.

⁷⁹ *O Cruzeiro*, 13/2/1974, n. 7. p. 109.

⁸⁰ *Idem*. p.107.

ministro dos Transportes. Publicada em *O Cruzeiro* do dia 29 de outubro de 1971, intitulada-se “Transamazônica: chegou km mil”.



O Cruzeiro 27/10/1971 n°43 p.116

Imagem 32



O Cruzeiro 27/10/1971 n°43 p.117

Imagem 33

O texto de abertura, como uma legenda se articulando as fotografias das duas páginas de abertura da reportagem, apresenta o seguinte: “No cabo do terçado ou no bojo dos helicópteros da FAB, bandeirantes do Brasil Grande vivem a epopéia da Transamazônica. Como milhares de outros, em todas as frentes, vieram de longe, muitos com suas famílias. A 7 de outubro, marcaram o dia da festa para saudar o milésimo km”.⁸¹ Um outro trecho da reportagem, também significativo do “enquadramento aventura nacional”, qualifica a Transamazônica como o segundo descobrimento do Brasil, feito até então inigualável na história nacional, reforçando a compreensão da estrada como constituinte do “Brasil grande”. Diz:

Essa reportagem não saiu sob encomenda. Para agradar ao governo. Saiu porque tem poder jornalístico. Para informar o povo. Porque o povo está

⁸¹ *O Cruzeiro*, 27/10/1971, n. 43. p.117.

comprando cada vez mais assuntos do Brasil Grande que estamos construindo.

O interesse popular tem raízes profundas. Milhões de brasileiros fizeram um dimensionamento geométrico no corpo da nossa história e verificaram que o Brasil se movimenta em dois tempos: o primeiro foi a obra do descobrimento, na base das caravelas de Cabral; o segundo, sem nenhuma dúvida, é o rasgo valente da Transamazônica. Ou seja, o segundo Descobrimento do Brasil, ocupando desta vez áreas mais vastas que as visualizadas do Monte Pascoal.

Na opinião (modesta) desta Revista, o povo do governo deveria construir uma lição maior com a Transamazônica. Porque ela é uma aula viva de Brasil. Porque ela é algo de muito sério como instrumento de civismo e fé em nos mesmos. Nenhum outro feito de nossa raça (fusão de tantas), incluindo Brasília e trocados, pode chegar perto dessa navalhada que corta o tórax da Amazônia.⁸²

Analisemos agora os artigos. Significativos à compreensão do “enquadramento aventura nacional” para explorá-los do conjunto de textos que de alguma maneira abordam o tema da Transamazônica, destacaremos três deles, escritos pelos principais articulistas das revistas. O primeiro é intitulado “A Amazônia é nossa”, e foi publicado em *Manchete* do dia 14 de outubro de 1972. O artigo é de autoria de Murilo Melo Filho. Membro fundador de *Manchete*, da qual também foi diretor, ele escreveu regularmente para a revista desde a sua fundação até o seu fechamento. Reconhecido jornalista brasileiro, foi ainda professor de Técnica de Jornalismo na Universidade de Brasília. Em 1999 passou a ocupar a cadeira n. 20 da Academia Brasileira de Letras. Como argumento central, o artigo defende que a Transamazônica é uma resposta àqueles que, cogitando inclusive a internacionalização da floresta, questionavam a competência brasileira para administração da Amazônia. No entanto, o autor tece considerações sobre aspectos gerais que envolvem a construção da estrada no que diz respeito ao itinerário, às justificativas, aos objetivos e às frentes de trabalho. Referindo-se à última, Melo Filho produz um nítido exemplo do “enquadramento aventura nacional” ao descrever o que seriam os trabalhos em uma das frentes de desmatamento que abrem os caminhos “da nossa próxima vitória sobre o chamado inferno verde”⁸³:

⁸² Idem. p.118.

⁸³ *Manchete*, 14/10/1972, n. 1069. p.17.

Num determinado trecho da rodovia, por exemplo, 1.500 homens foram lançados na vanguarda da obra e recebiam abastecimento de avião: remédios, roupas, machados, mas sobretudo a munição e o sal.

A munição é para a caça e o sal para temperá-la, porque cada homem, ao sair para a picada, leva consigo uma arma e ração para dois dias apenas. E quando ela se acaba, o desmatados tem de caçar sua comida de cada dia.

Mentalize ó leitor o que sejam 1.500 homens, de espingarda na mão, caçando pacas, capivaras, jacarés e onças para se alimentarem. O estrondo e o eco daquela fuzilaria matavam índio até de susto. Tudo pode, portanto, faltar aos homens, menos sal e munição.⁸⁴

O segundo artigo, também publicado em *Manchete*, é intitulado “O difícil retrato da Amazônia”, do dia 2 de junho de 1973, escrito por Joel Silveira. Consagrado repórter nos anos de 1970, seu nome figura como um dos mais importantes da imprensa nacional. Joel Silveira acompanhou com especial interesse a construção da Transamazônica. Além de outros artigos, publicou ainda algumas reportagens, inclusive de capa, sobre o assunto para *Manchete*. Provavelmente foi quem individualmente mais escreveu sobre o tema para a revista. No artigo em questão, valendo-se dessa experiência sobre o assunto, Silveira argumenta sobre a importância da reportagem fotográfica e dos fotógrafos, como destacados cronistas da Amazônia no que se seguiu à construção da Transamazônica. A fotorreportagem é para o autor, portanto, uma modalidade, a ele contemporânea, de registro da Amazônia que se integra, entretanto, a uma tradição secular. Nesse sentido, o autor faz referência aos vários escritores, pesquisadores, naturalistas, literatos que, ao longo do século, a exemplo de Euclides da Cunha, Henry Water, Luiz Agassiz, Ferreira de Castro, se dedicaram à Amazônia. A maneira a que se refere às publicações que seguiram à construção da Transamazônica é outro importante exemplo do “enquadramento aventura nacional”:

me seria impossível prever o número certo ou aproximado das obras que até o fim do século – ou até o fim da presente década – terão na “monotonia inatural” da Amazônia o tema principal, ou dela farão o pano de fundo da luta – talvez a mais árdua e desigual dos últimos cinco séculos – que o homem agora lá está travando contra a natureza inóspita, impiedosa e ferozmente ciosa de domínio, poderes e privilégios até então intocados. Adivinhar o quanto ainda se escreverá sobre a Amazônia é o mesmo que pretender dar a medida certa e os contornos de um fascínio –

⁸⁴ Idem. p.16-17.

e o fascínio não se mede, é algo que tem ao mesmo tempo o tamanho da realidade e da imaginação.⁸⁵

O terceiro artigo é de David Nasser, autor a quem já nos referimos no primeiro capítulo deste trabalho. Importante articulista de *O Cruzeiro*, ele escrevia semanalmente para a revista, sendo seus artigos geralmente anunciados na capa. O artigo em questão foi publicado em *O Cruzeiro* de 8 de setembro de 1971 sob o título de “Terra é pra macho”. Nele, Nasser trata do episódio do naufrágio de uma embarcação que levava colonos vindos do interior do Paraná para uma faixa da Transamazônica. Segundo narra, o acidente aconteceu no Estreito de Breves – situado no Pará, considerado o trecho mais profundo do rio Amazonas. Na ocasião morreram 8 adultos e 12 crianças. Com um forte apelo patriótico, Nasser argumenta que, mesmo com a tragédia, os colonos, motivados pela esperança de uma vida melhor, não desistiram do empreendimento. Acrescenta: “Havia, além disso, o Brasil, que acreditava na coragem deles”.⁸⁶ Terra pra macho, portanto, diz respeito às dificuldades enfrentadas na colonização e à postura aguerrida que se exige dos colonos. “(...) é terra pra macho como os primeiros bandeirantes”. Por ocasião do acidente, José Moura Cavalcanti, presidente do INCRA, dirigiu-se à Amazônia para coordenar os trabalhos de assistência aos sobreviventes. Simulando o discurso que poderia ter sido proferido por José Cavalcanti naquela ocasião, Nasser fornece a sua contribuição ao “enquadramento aventura nacional”. Nesse discurso, Nasser revela ainda aspectos significativos do “mito da grande aventura nacional” ao reforçar a compreensão da Transamazônica como produto de uma aspiração nacional, cobrando, portanto, comprometimento cívico por parte dos brasileiros à sua realização, não delegando essa responsabilidade apenas aos colonos e trabalhadores na “linha de frente”.

O Brasil assumiu no Estreito de Breves – diria Zé Cavalcanti – mais uma dívida de gratidão com aqueles que não medem esforços para construir sua grandeza. A lista dos pioneiros que tombaram na tarefa ingente de ocupar nossa própria terra está hoje com os nomes desses humildes colonos que, como Bernardo Sayão, não conseguiram chegar ao fim da jornada, mas que souberam, com sacrifício, abrir o caminho para seus irmãos que ainda sofrem em várias regiões do país.

⁸⁵ *Manchete*, 2/6/1973, n. 102. p.72.

⁸⁶ *O Cruzeiro*, 8/9/1971, n° 36. p.20-21.

A tragédia, ampliada por ter atingido tantas crianças, deve ser mais um motivo para realizar o trabalho daqueles que ficaram no meio do caminho.

Os que morreram, as suas famílias, os que, de qualquer forma, foram mais diretamente atingidos, tão tragicamente, pelo destino, podem ter certeza que o sacrifício não foi em vão. *Cada um de nós, cada um dos brasileiros que ama sua pátria, tem, agora, uma obrigação a mais: tornar real o sonho daqueles que perderam a vida na linha de frente.* Principalmente porque, quando eles partiram de Brasília para ocupar a Amazônia, estavam animados não apenas pelos próprios anseios, mas levavam, também, as esperanças de milhares de outros brasileiros que não os esquecerão.⁸⁷

Embora não possa ser discutida em termo de enquadramento da mídia, uma vez que não possui aspecto jornalístico, a publicidade veiculada nas revistas também traduz e contribui à constituição do “mito da grande aventura nacional”, seja ela publicidade oficial ou comercial. As propagandas que se apropriam da imagem da Transamazônica para venderem seus produtos e serviços são muitas. Destacamos apenas duas, a título de exemplo. Na publicidade oficial, uma significativa é da SUDAM sobre o imposto de renda, então destinado ao financiamento das ações do órgão na região.



Imagem 34

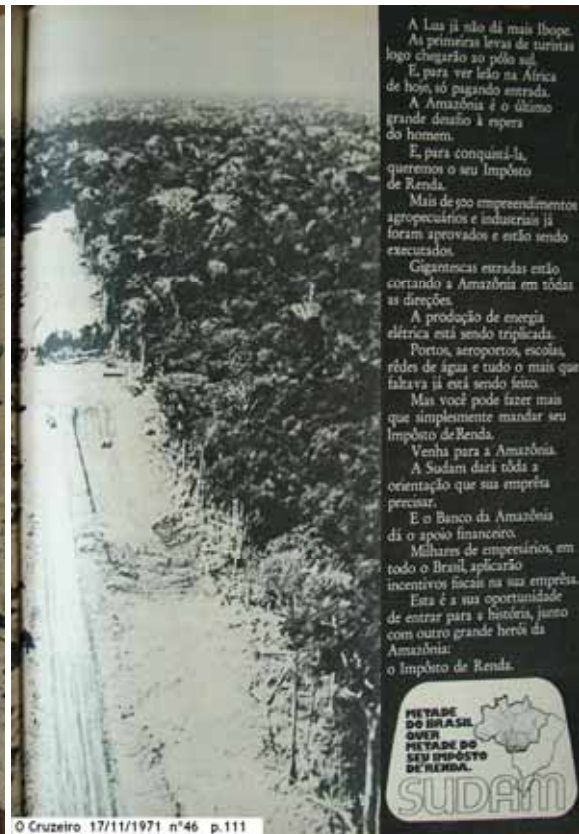


Imagem 35

⁸⁷ Idem. p. 20. (grifo nosso)

A propaganda evidencia a integração da Amazônia como o grande desafio do século. O anúncio da chegada da Apollo 11 na superfície lunar três anos antes, não é necessário discutir como esse acontecimento repercutiu no período, é considerado um feito coadjuvante, tornado desinteressante ante o desafio amazônico. O texto publicitário diz o seguinte: “A Lua já não dá mais Ibope. As primeiras levas de turistas logo chegarão ao pólo sul. E, para ver leão na África de hoje, só pagando entrada. A Amazônia é o último grande desafio a espera do homem”.⁸⁸

Da publicidade comercial destacamos a de uma das construtoras responsáveis por um dos trechos da estrada.⁸⁹ Trata-se da Empresa Industrial Técnica S.A., encarregada da construção de 230 km da Transamazônica.



Além do texto, a propaganda conta com fotos do canteiro de obras. Uma delas, a de maior destaque, é composta por uma seqüência de motoniveladoras seguidas por uma

⁸⁸ *O Cruzeiro*, 17/11/1971, nº 46. p. 111.

⁸⁹ Outras empresas também associaram suas marcas à Transamazônica em publicidade nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, são: Volkswagen do Brasil, Transportes Aéreos Portugueses, Viação Aragarina S.A., Construtora Mendes Júnior S.A., IBM do Brasil Ltda., Banco do Brasil S.A., Monark, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Antarctica, Zanini S.A. Equipamentos Pesados.

fila extensa de trabalhadores, evidenciando as dimensões da obra. Em letras grandes, destaca-se: “Estamos na linha de frente na batalha da integração nacional”. O emprego do substantivo batalha indica o conteúdo do texto que compõe a publicidade:

Esta é uma epopéia escrita com coragem, perseverança, fé, trabalho e destemor. É uma luta de gigantes. O homem contra a selva. A máquina contra a lama. A esperança contra a descrença. O entusiasmo contra o desânimo.

É uma história de sofrimentos, de alegrias, de pioneirismo, escrita cada hora, a cada instante, pelos homens que participam do **front** do desenvolvimento, executando a gigantesca tarefa da integração nacional. (...)

Estamos com o Brasil, somos parte dele e com justo orgulho participamos desta grande batalha que é a conquista do amanhã para o nosso povo.⁹⁰

Chegando ao fim do nosso percurso pelas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, trilhado nesse capítulo de encerramento, esperamos ter deixado claro o que vem a ser o “mito da grande aventura nacional”, além dos demais elementos que o compõe, também como uma construção midiática, traduzido no tipo do enfoque realizado por esses veículos acerca da construção da Transamazônica, qualificado aqui nos termos do “enquadramento aventura nacional”. Ocupando posição de centralidade no mundo contemporâneo, esses meios de comunicação de massa foram os amplificadores das expectativas e das estratégias políticas do regime militar brasileiro, como também significaram um lugar privilegiado de expressão e de observação de sonhos e aspirações vividos nesse momento recente da história nacional. O “mito da grande aventura nacional”, portanto, é um pouco de tudo isso: estratégia e expectativa, elaboração arquitetada e criação espontânea. Nele se entrecruzam historicidades múltiplas, demandas diversas. Dessa forma, embora tenha sido perspectivado nesse trabalho no que dele mais se caracteriza como estratégia política de um regime que acredita na sua utilidade e eficácia, não é correto reduzi-lo à demagogia. O “mito da grande aventura nacional” é, sobretudo, um produto coletivo. Para ele confluem aspirações e pré-compreensões, muitas delas seculares, que independem das deliberações do regime político vigente. Não foi a ditadura militar que inventou o “Brasil grande”, tão pouco o “inferno verde”, por exemplo.

⁹⁰ *Manchete*, ed. esp. “Brasil 71”, 1971. n° 1000. p.230.

Nesse sentido, conforme Raoul Girardet, é até permitido pensar os mitos políticos como constituídos por certas orientações maquinadoras. Entretanto, concluir que eles se articulam em torno disso e assumir essa como uma referência para analisá-los é bastante arriscado e, no nosso caso, diríamos ser improcedente por pelo menos duas razões expressas por Girardet que são adequadas à compreensão do “mito da grande aventura nacional”. Em primeiro:

em sua estrutura, em sua forma, como em seu conteúdo, a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário. Aqueles mesmos que quisessem jogar com o imaginário se veriam obrigados, assim, a submeter-se às suas exigências. O mito exige independência de seus usuários eventuais; impõe-se a eles bem mais do que eles contribuem para sua elaboração.⁹¹

Em segundo, e aqui finalizamos, esse tipo de orientação maquinadora, embora possa ser percebida em alguns sujeitos que mais diretamente dele se beneficiam, não é razoável questionar a sinceridade da maioria. Nesse sentido, “as próprias habilidades táticas, inseparáveis de todo engajamento militante, não testemunha de modo algum, da parte daqueles que as empregam, qualquer tipo de falta de convicção com relação à causa que entendem sustentar”.⁹² Esse é o caso da Transamazônica como uma manifestação do “Brasil grande”. Não à toa percorremos a historicidade do “Brasil grande”, “Brasil potência”, no interior do pensamento militar brasileiro, no qual o tema se inscreve, como vimos a propósito da ESG, como um real elemento de constituição de uma identidade militar. Portanto, falta de convicção não nos foi detectável por parte desses que partilharam do “mito da grande aventura nacional”. Ao contrário, pelo que as fontes nos indicam, esses se percebiam mesmo com os sujeitos munidos de competência técnica que os possibilitariam a realização daquele que era, inclusive, um objetivo.

⁹¹ GIRARDET, Raul. op. cit., p. 51.

⁹² Idem.

Considerações finais

Nos últimos anos, a questão ambiental vem pautando os debates públicos de maneira pujante. Os meios de comunicação repercutem diariamente problemas relacionados à degradação do meio-ambiente. Organismos internacionais se mobilizam na produção de estudos que indicam a real necessidade de o homem repensar sua relação com o planeta, sugerindo programas de conservação e definindo tratados de cooperação internacionais. A Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida entre nós como ECO-92 ou RIO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, é um significativo indício do que podemos chamar de “tomada de consciência ambiental”. O que motivou o encontro foi exatamente a constatação da necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico e industrial à proteção dos ecossistemas. O principal documento produzido pelo encontro foi a “Agenda 21” que, assinado por 175 países, deveria representar a base a partir da qual essas nações deveriam elaborar seus planos de desenvolvimento combinados à preservação do meio ambiente.

Também significativa dessa postura foi a assinatura do não menos conhecido Protocolo de Kyoto, em março de 1998, no Japão. Ao entrar em vigor em fevereiro de 2005, na forma de tratado internacional, definia-se um calendário de redução da emissão de gases poluentes na atmosfera a ser respeitado pelos países participantes, então preocupados com a questão do efeito estufa e do aquecimento global. Recentemente, em

abril de 2007, foi divulgado em Bruxelas (Bélgica) o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). O documento assinado por cientistas de vários países alerta, sobretudo, para o impacto físico e biológico ao qual o planeta está sendo submetido em função do aquecimento global, e presume um quadro alarmante para os próximos cinquenta anos caso medidas de preservação não sejam logo empreendidas.

Seja em sua dimensão internacional ou em sua dimensão local, o certo é que não nos parece abusivo afirmar que jamais se falou tanto em preservação do meio ambiente como nos dias atuais. Aquecimento global, efeito estufa, degelo das calotas polares, chuva ácida, reciclagem, coleta seletiva de lixo, desenvolvimento sustentável, fontes renováveis de energia, ecoturismo, são práticas, conceitos e fenômenos com os quais diariamente nos deparamos, praticamos, ou tomamos consciência em nosso cotidiano. Nesse sentido, portanto, a questão da preservação do meio ambiente historicamente se construiu ao longo das últimas décadas como uma demanda, se inscrevendo na sensibilidade do momento histórico em que vivemos. Dessa forma, até mesmo os leitores mais desatentos, ou um simples curioso, ao passarem os olhos nas imagens que constituem este trabalho – em que a floresta Amazônica é desmatada como símbolo do progresso da civilização –, muito provavelmente se indignará, pensando consigo mesmo “Que absurdo!”. A questão que motivou essas considerações finais foi, então, pensar se não estaríamos incorrendo em anacronismo se esperássemos essa mesma reação vinda, no entanto, de um leitor das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* que acompanhasse a construção da Transamazônica na década de 1970. A essa indagação, que diz respeito à dimensão da recepção do discurso, não temos condições de responder nesse trabalho. Em todo caso, ao analisarmos cinco anos de publicações dessas revistas, a questão da degradação do meio ambiente como um problema chegou a ser sinalizada, entretanto silenciada, sobretudo durante o governo Médici, por estar relacionada diretamente à Transamazônica.

Algumas fontes indicam que a questão da preservação do meio ambiente já estava colocada no período. Dessa forma, nestas considerações finais, não recuperaremos o que foi dito durante a dissertação no esforço de se produzir uma síntese do trabalho como convencionalmente se espera. Ao explorar o não dito, temos aqui o modesto propósito de discutir brevemente o retrato da ausência das críticas à degradação do meio ambiente nessas revistas, uma vez que elas já existiam. Trata-se de evidenciar a existência de vozes dissidentes, em um dos seus vieses, uma vez que no trabalho prestigiemos o coro oficial.

Fóruns internacionais, com o propósito de debater questões ambientais, a exemplo dos anteriormente referidos, já datam desde os anos 1970. Foi principalmente a partir dessa década que a questão do desenvolvimento passou a ser discutida prezando a questão ambiental¹. Os precursores desses debates se reuniram em torno do “Clube de Roma”, que em 1972 publicou um estudo intitulado Relatório Sobre as Limitações ao Desenvolvimento, produzindo um diagnóstico segundo o qual o planeta não suportaria o seu atual padrão de desenvolvimento, o que acarretaria, em função do caráter finito das reservas mundiais de recursos não renováveis, um colapso do ecossistema global. O texto ganhou grande repercussão mundial, sendo o seu impacto inequívoco como importante fator suplementar à questão ambiental, passando a partir daí a ter mais visibilidade. Um outro evento paradigmático que iria acrescentar definitivamente a questão ambiental como pauta dos debates na ONU foi realizado na Suécia, também em 1972, sob o título de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Mais conhecido como Conferência de Estocolmo, o encontro suscitou a preocupação em torno do desenvolvimento sustentável. Decorrentes desse, foram realizados vários outros encontros, criados alguns programas de controle ambientais e firmados acordos internacionais². Se internacionalmente os debates se avolumavam, “no Brasil, iniciou-se a partir dos meados da década de 70 um movimento ecológico pujante e a questão ambiental passou a ser um assunto político central”³.

Dessa forma, é possível perceber na década de 1970 um quadro, se não de efervescência, pelo menos de destaque aos debates sobre a questão ambiental se configurando. Sendo esse momento coincidente à construção da Transamazônica, a execução da obra foi duramente criticada internacionalmente. De 1970 a 1975, período que baliza a construção da estrada, o tema figurou nas páginas das revistas em duas reportagens, dois artigos e uma entrevista. Debrucemo-nos sobre esse material na ordem da sua cronologia. Em 20 de novembro de 1971, Murilo Melo Filho publica artigo na revista *Manchete* intitulado “O imperialismo da Amazônia”. O artigo destaca: “Já começaram os ataques estrangeiros à construção da grande estrada”⁴. O autor lista uma relação de órgãos da imprensa internacional que criticam a construção da Transamazônica, alegando que o

¹ RAYNAUT, C; LANA, P. C.; ZANONI, M. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas forma de avaliação. p. 72.

² TAYRA, F. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável.

³ RAYNAUT, C; LANA, P. C.; ZANONI, M. op. cit., p. 73.

⁴ *Manchete*, 20/11/1971, n. 1022, p. 20-21.

desmatamento para a abertura da estrada coloca em risco o equilíbrio ecológico do planeta. Argumenta Melo Filho que essa ofensiva da imprensa internacional não dispõe de bases científicas: como “pano de fundo dessa campanha”⁵ está o interesse estrangeiro nas riquezas da Amazônia, uma vez que sua internacionalização, em outro momento chegou a ser cogitada. Continua: “justamente nesta hora de quase triunfo, e nesta antevéspera da nossa vitória sobre o desafio do inferno verde, começam a surgir manhosas restrições de alguns órgãos da imprensa estrangeira. Com que direito?”⁶. Nesse sentido, o autor argumenta que ninguém se antepôs quando os Estados Unidos desencadearam a marcha para o oeste, quando a União Soviética construiu a Transiberiana, quando a África colonizada tudo permitia ao interesse estrangeiro. Dado a esses antecedentes históricos, o Brasil não teria contas a prestar. Melo Filho termina o artigo afirmando: “Antes, dizia-se que a Amazônia não devia ser nossa, porque éramos incapazes. Pois agora, que somos capazes, ela será nossa, mais do que nunca. Quem sabe de nós somos nós mesmos”⁷.

Em 28 de junho de 1972, *O Cruzeiro* publicou do jornalista Theophilo de Andrade o artigo “Amazônia na berlinda”, que se referia à Conferência de Estocolmo. Na mesma linha do argumento nacionalista de Melo Filho, Andrade escreve que as críticas realizadas pela imprensa internacional, sobretudo a sueca, são produto não de preocupações ambientais, mas sim comerciais. Segundo o autor, esses jornais são ligados à indústria de papel escandinava, que então monopolizava o mercado de papel mundial, vendo-se temerosa com a possibilidade de o Brasil vir a produzir polpa de maneira necessária à produção de papel, representando assim um potencial concorrente internacional. Isso justifica, segundo o autor, o “clima de verdadeira histeria contra o Brasil, com se a Amazônia fosse a única zona florestal do mundo, como se dela dependesse a sobrevivência da humanidade, e houvesse um vilão chamado Brasil que quer transformá-la em deserto”⁸. Andrade argumenta ainda que as acusações contra o Brasil não dispõe de bases científicas, que ainda existem grandes extensões de floresta no mundo e que a construção da Transamazônica está levando em conta as questões de preservação do meio ambiente. Qualificando as críticas como uma preocupação com o desenvolvimento do Brasil, termina o artigo da seguinte maneira: “São coisas que acontecem aos países que atiram fora (não com simples palavras, mas com fatos), o jugo colonial e se dispõe a entrar

⁵ Idem. p. 20.

⁶ Idem. p. 21.

⁷ Idem.

⁸ *O Cruzeiro*, 28/6/1972, n.26, p. 60.

para o clube dos desenvolvidos. A conferência de Estocolmo é apenas uma escaramuça em nossa marcha para o futuro”.⁹

Em 29 de agosto de 1973, o jornalista Glauco Carneiro assina na revista *O Cruzeiro* uma reportagem intitulada “Brasil: ressurreição das matas”, na qual aborda a questão do reflorestamento e destaca as iniciativas do governo nesse sentido. Carneiro aponta para uma mudança de consciência, afirmando que no Brasil está se desenvolvendo uma mentalidade mais conservacionista. Essa se traduz na prática do reflorestamento que, por sua vez, harmoniza a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, na medida em que viabiliza ao país se tornar um grande produtor mundial de madeira, sem que isso implique em degradação da natureza. Apresentando números sobre o desmatamento, a reportagem atribui a responsabilidade de parcela significativa dessa extração de madeira ao consumo doméstico e à prática da queimada empreendida na agricultura. Ao governo não é atribuída nenhuma responsabilidade, uma vez que o desmatamento para construção de estradas é plenamente justificável. Afirma: “se pelo menos essa derrubada fosse realizada para erigir grandes obras como a Perimetral (...) ainda acharíamos alguma desculpa válida”.¹⁰ Embora alerte ser necessário “educar o povo para a importância da preservação da árvore na própria sobrevivência da vida sobre este planeta”,¹¹ argumenta: “Claro que ninguém de bom senso questiona a implementação de uma rodovia como a Perimetral Norte, nem põe em dúvida a necessidade econômica de explorar a floresta e fazê-la ceder, em parte, lugar para culturas mais necessárias em detrimento do ciclo”.¹²

Nos artigos e reportagens anteriormente tratados, a questão da degradação ambiental chega a ser mencionada, entretanto logo é silenciada. Isso na medida em que, por um lado, desqualifica-se os argumentos dos críticos, julgando-os como produto de estratégias comerciais e políticas que atentam contra a soberania e contra a economia nacional – caso dos dois primeiros artigos. Por outro lado se pondera o problema, tratando as iniciativas do governo como incentivo ao reflorestamento. Contrária a essa perspectiva apaziguadora, no entanto, é publicada na revista *Manchete*, em 5 de abril de 1975, uma reportagem cujo conteúdo de crítica aguda destoa do que até então foi veiculado nas revistas, a começar pelo título: “O massacre das florestas”. A reportagem é de Juliano Palha e classifica a exploração de madeiras nobres para o comércio no Brasil como

⁹ Idem.

¹⁰ Idem. p. 65.

¹¹ Idem. p. 66.

¹² Idem.

constituente de “um capítulo especial na história dos grandes crimes da humanidade contra a natureza”.¹³ A reportagem avalia a política de reflorestamento do governo brasileiro como tardia e com “deficiências revoltantes”.¹⁴ A responsabilidade pela degradação é atribuída ao comércio de madeira, ao pequeno agricultor que faz uso das queimadas para formarem o terreno a ser cultivado e ao processo de ocupação da Amazônia, capitaneado pela abertura de estradas na floresta. No interior desse quadro, a reportagem noticia o caso de três universitários gaúchos presos por impedirem a derrubada de três araucárias centenárias, argumentando se tratar de demonstração “de que o país começa a tomar consciência da necessidade de defesa do meio ambiente”.¹⁵ Ainda: “A continuar o ritmo de ocupação anárquica das reservas florestais, sobretudo na Amazônia, teremos muito pouco tempo de relativa auto-suficiência. A grande esperança continua sendo, entretanto, o despertar dessa consciência ecológica de que a juventude brasileira vem dando provas comoventes”.¹⁶

Em 1975 foi publicado nos Estados Unidos o livro *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?*. Os autores são Howard Irwin e Robert Goodland, ecólogos reconhecidos internacionalmente, doutores e professores de universidades dos Estados Unidos. O primeiro deles fez sua tese de doutorado sobre o cerrado brasileiro, trabalho ainda hoje tido como importante referência aos estudos deste bioma. Em 1975 o livro foi traduzido, adaptado¹⁷ e publicado no Brasil pela editora da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia com o título *A Selva Amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?* Com grande repercussão internacional, o livro tece duras críticas à política rodoviária do regime militar na Amazônia, sobretudo à Transamazônica, acusando o país de atentar contra o meio-ambiente da terra. Na espécie de um direito de resposta, a revista *Manchete* de 27 de setembro de 1975 publicou uma entrevista com o ex-ministro dos Transportes Mário Andreazza, de modo a rebater os argumentos dos ecólogos estadunidenses. Em “Andreazza: a Transamazônica é uma trincheira contra as ambições estrangeiras”, são apresentadas as principais críticas feitas no livro de Goodland e Irwin, como: o risco de se considerar o solo amazônico adequado à agricultura, o excessivo custo social de se deslocar populações miseráveis para região que não lhes oferecerá melhores condições de

¹³ *Manchete*, 5/4/1975, n. 1198, p. 70.

¹⁴ *Idem*. p.70.

¹⁵ *Idem*. p.68.

¹⁶ *Idem*. p.76.

¹⁷ Foram suprimidos trechos e um capítulo sobre etnografia, que o editor julgou fugir do tema central do livro.

vida, daí a Transamazônica ser qualificada de Transmiséria, a questão indígena, além dos problemas de degradação da fauna e da flora. Criado o espaço para a resposta, o ex-ministro contra-argumenta afirmando que o governo brasileiro tem consciência da importância da floresta e que está compatibilizando desenvolvimento com preservação. Revida que “estes cuidados não tiveram, no passado, os países altamente industrializados do mundo. Desenvolveram-se devastando suas áreas verdes, salpicaram-se de indústrias arbitrariamente localizadas, despreocuparam-se com o equilíbrio ecológico que provocaram”.¹⁸ Entendendo a estrada como fator de desenvolvimento e soberania, acrescenta: “a Transamazônica, foi sem dúvida alguma, um golpe fulminante nas ambições estrangeiras que sempre puseram os olhos, como o fazem agora, sobre o imenso mundo verde que só a nós pertence”.¹⁹

Importante destacar que embora seja um direito de resposta, dedicado a resguardar o regime, algumas duras críticas ao governo são veiculadas. Dessa forma, tanto a entrevista como a última reportagem tratada acenam de maneira mais crítica para os problemas ecológicos que implicava a construção da Transamazônica. É significativo perceber se tratarem de publicações de 1975, portanto, posteriores ao governo Médici, de tal maneira que, mais do que fruto de uma mudança de consciência, como sugere um dos artigos, essa abordagem nos parece reflexo da mudança de governo. A Transamazônica interessava mais diretamente ao governo Médici. No governo Geisel, em função de vários fatores, tornou-se uma moeda já desgastada a custear legitimidade para o regime, de tal forma que, retirada de foco, criou-se um ambiente mais favorável a esse tipo de crítica. O que reiteramos não nos parece possível, e não ocorreu, durante o governo Médici. Após 1974, com a descoberta do campo de Garoupa na bacia de Campos, o petróleo passou a alimentar uma exaltação propagandística sobre o “Brasil potência”. Não se trata, entretanto, de afirmar a prevalência de uma perspectiva ecológica nas reportagens que se seguiram durante o governo Geisel. Para tal afirmação teríamos que analisar todas as edições de *O Cruzeiro* e *Manchete* durante esse governo, o que não ocorreu. Em todo caso, analisamos as publicações das revistas concernentes ao seu primeiro ano de governo (1975), e podemos dizer que a reportagem “O Massacre da floresta” é um caso isolado.

Nas reportagens e artigos publicados durante o governo Médici, acima analisados, é possível perceber que, embora toquem no assunto ambiental, menos se critica

¹⁸ *Manchete*, 27/9/1975, n. 1223, p.8.

¹⁹ *Idem*. p.10.

e mais se justifica as ações do governo, entretanto o assunto é abordado. Essa presença, embora ponderada, reforça nosso argumento sobre o retrato da ausência, uma vez que evidencia a repercussão do tema no país, tornando-se, portanto, passível de ser abordado quando discutissem sobre a Transamazônica. Entretanto, em nenhuma das demais reportagens analisadas para essa dissertação, a questão da degradação do meio ambiente em decorrência da construção da Transamazônica figura como crítica, sequer sendo tratada.

Para pensarmos essa ausência durante o governo Médici, retomamos o conceito de enquadramento da mídia. Como discutido, enquadramento implica em seleção, ênfase e exclusão. Embora disponíveis, as críticas foram excluídas das reportagens sobre a estrada, uma vez que afrontariam diretamente o governo. Isso reforça a importância da atuação dessas revistas como importantes plataformas do regime. Dessa maneira, essa ausência nos parece produto de uma compreensão do PIN/Transamazônica como um projeto de tutela em nome da construção do “Brasil grande”. Trata-se, portanto, a questão ambiental, embora reconhecida sua importância, como algo de menor grandeza frente ao objetivo do “Brasil grande”. Nesse rastro, foram ainda vilipendiadas as populações indígenas, silenciado o trabalho escravo e as mazelas sociais que envolviam a construção da estrada. Nosso propósito não é julgar, tão pouco comemorar. Ao abordar a surdina, essas considerações finais cumprem o simples propósito de evidenciar que, para além do “Brasil grande”, através do “enquadramento aventura nacional”, outras vozes menos heróicas dos inimigos da revolução existiam, entretanto foram silenciadas nas revistas em questão.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

Revistas

O Cruzeiro, 5/5/1970 a 27/2/1974.

Manchete, 4/7/1970 a 8/11/1975.

Fontes oficiais

ANDREAZZA, Mario David. *Transamazônica*. Brasília, 1970. (Pronunciamento do Ministro dos Transportes Mario David Andreazza sobre o Programa de Integração Nacional, na Câmara dos Deputados em Brasília (DF), em 1º de julho de 1970, publicado por determinação do ministro na forma de um pequeno livro).

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*. s.l., maio de 1964.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Diretrizes do Governo/ Plano Estratégico de Desenvolvimento*. s.l., julho de 1967.

BRASIL. Presidência da República. *Metas e Bases Para Ação do Governo*. s.l., setembro de 1970.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.106 de 16 de junho de 1970.

Discurso de posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na Presidência da República em 15 de abril de 1964. In: FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004. p.342.

Discurso do ministro dos Transportes Mário David Andreazza por ocasião da inauguração do trecho da Transamazônica, entre Estreito e Itaituba, a 27 de setembro de 1972. In: REBELO, Darino Castro. *Transamazônica: integração em marcha*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes, 1973. p.223.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, jun. 1970.

_____. *Nova consciência de Brasil*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, set. 1970.

_____. *A verdadeira paz*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, mar. 1971.

_____. *Tarefa de todos nós*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, set 1971.

_____. *O povo não está só*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, fev. 1972.

_____. *Nosso caminho*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, out. 1972.

_____. *O sinal do amanhã*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, jan. 1973.

_____. *Os vínculos de fraternidade*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, ago. 1973.

_____. *Os anônimos construtores*. s.l., Departamento de Imprensa Nacional, nov. 1973.

Fontes em geral

BETING, Joelmir. “Política econômica – o desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional”. In: WINDERMANN, Luiz Felipe (org). *Brasil – realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1972.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Euclides da. *A margem da historia*. 6. ed. Porto: Lello, 1946.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO; Celso (orgs). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

FERREIRA DE CASTRO, José Maria. *A Selva*. 22. ed. Lisboa: Guimarães.

GODOLPHIM, Waldir da Costa. *A Amazônia e Seus Problemas*. In: WINDERMANN, Luiz Felipe (org). *Brasil – realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1972. p.133-149.

GOODLAND, Robert & IRWIN, Howard. *A Selva Amazônica: Do inferno verde ao deserto vermelho?* São Paulo, EDUSP/ITATIAIA, 1975

MATTOS, Carlos de Meira. *Aqueles que pensaram no “Brasil grande”*. Folha de São Paulo, 29/11/2005.

_____. *Brasil: Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977.

_____. *Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais*. In: Windermann, Luiz Felipe (org.). *Brasil – Realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1974. p. 482-489.

MELO Filho, Murilo. *Murilo Melo Filho (depoimento,1998)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

_____. *O Milagre Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

_____. *A Transamazônica*. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.

_____. *O Progresso Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1974.

_____. *O Desafio Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

MELO, Zuleika. *Profecia da cobra grande; ou, a transamazônica: Peca mítica(a)*. Rio de Janeiro: Ser. Nac. de Teatro, 1972.

MORAIS, Fernando. et al. *Transamazônica*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PEREIRA, Osny Duarte. *A Transamazônica: prós e contras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

REBELO, Darino Castro. *Transamazônica, integração em marcha*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes, 1973.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, O poder executivo e Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde: Scenas e escenarios doamazonas*. 4. ed. Tours: Arrault, 1927.

RAMPAZZO, Gilnei. *A imagem oficial retocada para o consumo*. O Estado de São Paulo, 16/10/1977.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Vol. 2-3.

ACCIOLY NETTO, Antônio. *O império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulinas, 1998.

AGOSTINHO, Gilberto. Todos Juntos Vamos. *Nossa História*, Rio de Janeiro, nº 14, p14-21, 2004.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Resgate*, Campinas, vol. 2, p.48-55, 1991.

AMARAL, Luis. *Técnica de jornal e periódico*. 2. ed. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 1978.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de.; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. *Revista brasileira de História*, São Paulo, vol.21, n.41, p.243-264, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaledi*. vol.5. Lisboa, Porto, Coimbra: INCM, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria H. DUTRA, E. Regina. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro. MALERBA, Jurandir (Orgs.) *Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARVALHO, Elizabeth. et al. *Anos 70/televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

CARVALHO, José Murilo. O Motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, nº 38, p.63-80, 1998.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Helouise. *Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo*. São Paulo: Tese de Doutorado FAU-USP, 1998.

_____. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista *O Cruzeiro*. *Imagens*, n.2, agosto, p. 89-91, 1994.

_____. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, nº 27, p. 139-159, 1996.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica – discursos sobre o território e o poder*. HUCITC e Edusp: São Paulo, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

_____. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. *Estudos de História*, Franca, Vol. 8, n. 1, p. 69-89, 2001.

_____. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *Escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A Mídia. In: REMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.213-230.

KELLY, Philip L. Avanços recentes da geopolítica do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 738, jul-ago, p. 67-91, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LATTMAN-WETRMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 130-183

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: editora da UNICAMP, 1986.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Universidad de Aarhus, Dinamarca, n.5, p. 40-56, 2002.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002.

_____. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico: geopolítica e política externa no Brasil pós-64*. São Paulo: Tese de Doutorado-USP, 1985.

_____. GONÇALVES, Williams S. A Política externa brasileira e o regime militar. *Caderno Premissas*, Campinas, n.10, agosto de 1995.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.

ORTIZ, Renato. *Moderna tradição brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ALBINO, Antônio. RUBIM, Canelas. (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador – BA: Editora da UFBA; São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002. p. 74-104.

RAYNAUT, C; LANA, P. C.; ZANONI, M. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas forma de avaliação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n.1, p. 71-87, jan/jun, 2000.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERPA, Élio Cantalício. *Revolução, Integração e Educação: escritas para comemorar*. In: SERPA, Élio Cantalício. et al. *Escritas da História: memória e linguagem*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

SILVA, Silvana L. da. *Fotojornalismo em revista: O fotojornalismo em O Cruzeiro e Manchete durante os governos Juscelino Kubitschek e João Goulart*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Comunicação - UFF, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRE, Muniz de Araújo Cabral. *Monopólio da fala: Função e linguagem da televisão no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *Comunicação do grotesco: Introdução à cultura de massa brasileira*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

SPINK, M.P; MEDRADO, B; MELLO, R.P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, n.2, maio/ago, 2004.

TAYRA, F. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (72), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-72.htm>. Acesso em 24 de abril de 2007.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político: Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

VALLADA, Kardek Pinto. Revistas no Brasil: um panorama sucinto. In: GALVAO, Waldimas; MELO, José Marques de. *Jornalismo no Brasil contemporâneo: Estudos e depoimentos*. São Paulo: Es. Com. & Artes, 1984.

Anexo



BR-230 / Transamazônica. Fonte: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230.jpg>. Acesso em 28 de setembro de 2006.

Imagem 38